



**Atlas**  
*das*  
*Representações Literárias*  
*de Regiões Brasileiras*

---

*Brasil Meridional*

---

volume 1

Presidente da República  
**Luiz Inácio Lula da Silva**

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Paulo Bernardo Silva**

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente  
**Eduardo Pereira Nunes**

Diretor Executivo  
**Sérgio da Costa Côrtes**

### **ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES**

Diretoria de Pesquisas  
**Wasmália Socorro Barata Bivar**

Diretoria de Geociências  
**Guido Gelli**

Diretoria de Informática  
**Luiz Fernando Pinto Mariano**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**David Wu Tai**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
**Sérgio da Costa Côrtes** (interino)

### **UNIDADE RESPONSÁVEL**

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia  
**Maria Luisa Gomes Castello Branco**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE  
Diretoria de Geociências  
Coordenação de Geografia

**Atlas**  
*das*  
*Representações Literárias*  
*de Regiões Brasileiras*

---

---

*Brasil Meridional*

---

---

volume 1

Rio de Janeiro  
2006

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 85-240-3888-8 (obra completa)

ISBN 85-240-3889-6

© IBGE. 2006

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do autor, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IBGE.

**Capa**

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Gerência de Editoração/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

---

Atlas das representações literárias de regiões brasileiras / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de

Janeiro : IBGE, 2006-

nv.

Conteúdo: v. 1. Brasil meridional -

Inclui bibliografia e glossário.

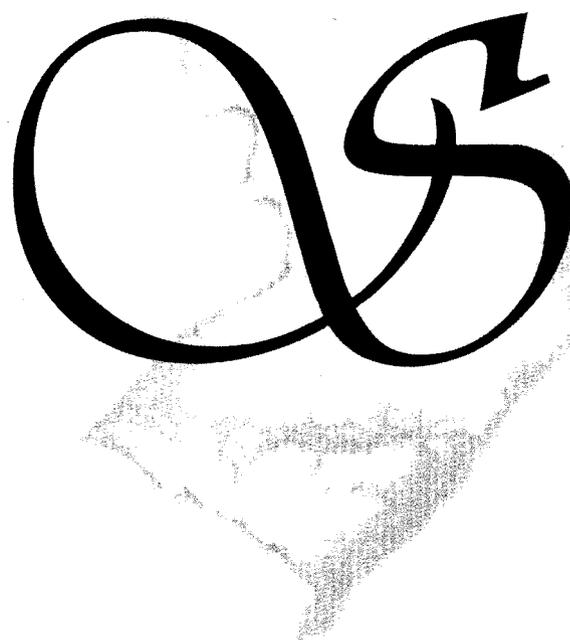
ISBN 85-240-3888-8 (obra completa)

1. Geografia na literatura. 2. Espaço e tempo na literatura. 3. Geografia humana - Brasil, Sul. 4. Geografia regional. I. IBGE. Coordenação de Geografia.

**Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais**  
RJ/IBGE 2006-04

CDU 91:869.0(81)  
GEO

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*



# OS *umário*

<b>Apresentação</b>	5
<b>Região, outro centro</b>	7
<b>Introdução</b>	13
<b>A Literatura e a Região Geográfica</b>	
A Literatura	17
A Literatura, o regionalismo e a região geográfica	18
Papel do espaço na trama romanesca	20
<b>Missões Jesuíticas</b>	
As Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul	25
Mapa da área das Missões Jesuíticas	27
Passagens de romances sobre as Missões Jesuíticas	28
<b>Campanha Gaúcha</b>	
A região geográfica da Campanha Gaúcha	31
A Campanha Gaúcha na Literatura	33

Região e Romance – Século XVIII	36
Mapa do Rio Grande do Sul na primeira metade do Século XVIII	38
Mapa do Rio Grande do Sul na segunda metade do Século XVIII	39
Mapa da Campanha Gaúcha no Século XIX	40
Mapa da Campanha Gaúcha no Século XX	41
Região e Romance – Campanha Gaúcha nos Séculos XIX e XX	42
<b>Colônias</b>	
A região geográfica das Colônias	47
As Colônias na Literatura	50
Mapa da região das Colônias no Século XIX	51
Região e Romance	52
<b>Vale do Itajaí</b>	
A região geográfica do Vale do Itajaí	57
O Vale do Itajaí na Literatura	58
Região e Romance	60
Mapa da região do Vale do Itajaí no Século XX	63
<b>Norte do Paraná</b>	
A região geográfica do Norte do Paraná	67
O Norte do Paraná na Literatura	69
Região e Romance	70
Mapa da área de ocorrência de terra roxa no norte do Paraná	71
Mapa da região do norte do Paraná no Século XX	73
<b>Referências</b>	75
<b>Glossário</b>	79

# A apresentação

Com esta obra, *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras*, o IBGE dá início a uma coleção cobrindo o Território Nacional por um recorte regional que associa o conhecimento específico da Geografia à percepção espacial presente em tramas de grandes obras da Literatura brasileira, sem restringir-se aos limites convencionais político-administrativos.

Neste primeiro volume, *Brasil Meridional*, são contempladas as regiões geográficas da Campanha Gaúcha, Colônias, Vale do Itajaí e Norte do Paraná. As publicações posteriores, que irão compor um conjunto de quatro volumes, são *Sertões Brasileiros*, *Amazônia*, e *Costa Brasileira*.

Esta iniciativa oferece ao público uma visão renovada do quadro regional brasileiro. Neste *Atlas* as regiões brasileiras que constituíram elemento marcante da trama de obras clássicas da Literatura nacional foram identificadas e representadas através de mapas, fotos e imagens de satélite.

O *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras* introduz a dimensão cultural na análise do espaço geográfico, revelando e fixando sua identidade, ressaltada também pelo aporte iconográfico.

Desta forma, esta coleção, tal como retratada no primeiro volume sobre o Brasil Meridional, oferece ao público uma instigante leitura do Território Nacional, pois agrega uma nova forma de abordagem às diferentes regionalizações adotadas pelo IBGE ao longo dos seus 70 anos.

Eduardo Pereira Nunes  
Presidente do IBGE



# *Região, outro centro*

País relativamente jovem e grandemente diversificado, o Brasil é uma unidade territorial que guarda várias formações culturais de alcance geográfico inferior à sua totalidade, mas nem por isso de pouco alcance em se tratando de produção simbólica. Não será preciso retomar o debate sobre regionalismo, identidade regional e assemelhados, que ocupou em alguns momentos as melhores inteligências brasileiras, numa conversa que retomasse a questão desde José de Alencar e seu conterrâneo (e desafeto) Franklin Távora, ambos cearenses e com grande experiência na capital, o Rio de Janeiro, ambos empenhados em afirmar, ao tempo do Segundo Império, o lugar da região no contexto da jovem nação, que se organizava inclusive no patamar estético, nos marcos do Romantismo. Nem será preciso voltar, por exemplo, a Gilberto Freyre, que desde o começo de sua vida intelectual propôs e sustentou o debate sobre as relações nem sempre pacíficas entre as partes e o todo no Brasil.

Uma de suas refregas foi justamente com o Modernismo, este representado por Mário de Andrade, escritor e pensador da cultura brasileira que se empenhou genuinamente em recolher elementos da cultura popular ainda vigentes em seu período de vida, com a intenção de, com eles, recompor uma identidade para o País, agora em pauta modernizadora, que acompanhasse, em sua avaliação, as novidades que o Século XX impunha.

Freyre, opondo-se a Mário, queria uma solução de compromisso que mediasse entre as marcas regionais, que ele queria preservar, e a modernização de tipo acelerado, que Mário ambigualmente saudou em sua obra. Para o pernambucano, não cabia aceitar que modernização fosse igual a urbanização, muito menos a submissão das regiões à metrópole interna, que então já começava a ser São Paulo.

O mesmo Gilberto Freyre inspirou pelo menos mais uma reflexão interessante sobre o lugar das regiões na cultura do País. Trata-se de Clodomir Vianna Moog, escritor gaúcho que propôs, seguindo os rastros de Freyre, a imagem de um arquipélago de sete ilhas como o melhor retrato da vida mental e artística brasileira. Seriam tais ilhas a Amazônia, o Nordeste, a Bahia, Minas, o Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Erico Verissimo, notável romancista seu contemporâneo, ao escrever uma *Breve história da literatura brasileira*, resultado de uma série de conferências proferidas em universidade norte-americana, repisou a mesma trilha, encontrando para cada uma dessas ilhas representações literárias de ótimo nível. Freyre, Andrade, Moog e Verissimo participam da geração nascida com a virada do Século XIX para o XX, e as reflexões até aqui evocadas são dos anos de 1930 a 1950.

Será o caso agora de perguntar, mesmo que numa visada apenas panorâmica, como andou o tema no último meio século,

período marcado, como sabemos, pela Guerra Fria decorrente da nova divisão internacional do trabalho nascida da Segunda Guerra Mundial, período que redesenhou as posições relativas dos países, no Ocidente e no Oriente. Guerra Fria cujo desfecho, pelo que se vê agora, se ligou ao fim da União Soviética, um dos pólos do mundo entre as décadas de 1920 e 1980, e alcançou um novo patamar da globalização, da internacionalização dos mercados: numa velocidade jamais experimentada antes, informações circulam rigorosamente no planeta todo, proporcionando um raio de ação inédito para o capital financeiro, tudo isso parecendo derrubar as fronteiras dos países, que segundo tal visada deixaram de ter cabimento. Se assim é quanto às nações, que diremos quanto às regiões infranacionais...

Mas sabemos que a história atual, com seu novo balanço de forças e tensões, nem se resume a isso — bastaria lembrar que os indivíduos, ao contrário do capital e da informação, não dispõem da mesma mobilidade sobre as fronteiras, especialmente se eles viverem em regiões pobres do globo — nem encontra nessa equação sua melhor descrição — porque a força do pertencimento dos indivíduos e dos grupos sociais àquilo que consideram como sendo sua terra não se anula com a atual crise das estruturas nacionais tal como concebidas no ciclo histórico recente, marcado pela indústria fordista. Tudo somado, pode-se dizer que permanece válida a idéia de região como um âmbito cultural, um cenário de vida, um local de pertencimento, que nasce de uma variada combinação de fatores, indo do simplesmente natural ao sofisticadamente construído. Permanece válida não apenas como conceito por assim dizer de fora para dentro, isto é, da teoria e da ciência sobre a vida real, mas sobretudo de dentro para fora, isto é, desde a percepção que os indivíduos têm cotidianamente sobre o mundo em que atuam.

✦ Esta é a matriz do trabalho que aqui se vai ler: o trabalho de ouvir a voz da literatura produzida em regiões do Brasil, de maneira a distinguir, nessa escuta, o modo como as gentes percebem esse âmbito em sua vida, gentes cuja sensibilidade é traduzida, entre outros meios, na arte, neste caso na literatura. Trabalho da maior relevância, como se pode ver logo, especialmente quando se considera outra ponta do raciocínio — aquela que diz respeito ao fato de que de região deriva diretamente o termo regionalismo, categoria da história das artes, talvez mais particularmente da história da literatura, que designa o fato de uma obra haver brotado de uma região qualquer, uma entre outras (se bem que em geral se trata de cenário com dominância rural), mas ao mesmo tempo — e aqui está o pulo do gato a ser denunciado — esconde um juízo de valor estético, a indicar que a obra dada como regionalista deve necessariamente ser tomada como de menor interesse, porque oposta ao (suposto) universalismo, que estaria representado apenas na arte da Corte, do Centro, da Metrópole, sempre da Cidade.

Neste pequeno embrulho conceitual está grande parte do problema, no ponto de vista da história da literatura. Porque nas letras, como em qualquer outra dimensão da atividade humana, também atua o forte, ainda que nem sempre perceptível, fator político e ideológico, que toma como centrais algumas referências — geralmente aquelas associadas diretamente ao poder — e deixa as demais na condição de periféricas e portanto secundárias. Para ser objetivo: no Brasil, como já se disse um país vasto e variado (isto é, ainda não totalmente integrado e homogeneizado, nem pela regra do mercado, nem pela televisão), o centro cultural hegemônico, que foi o Rio de Janeiro e há talvez meio século é São Paulo, tratou e trata dessa maneira a literatura produzida em, para e/ou por outras partes do País, partes que ficam chamadas

de *região*, categoria que, neste caso, mal disfarça um aspecto de hegemonia ideológica do centro sobre a região, da metrópole sobre as periferias, hegemonia apresentada como natural e não como um construto histórico.

É possível argüir o que acaba de ser dito de várias maneiras, a começar pelo simples fato de que quem está aqui, raciocinando em público, é um sujeito de uma região, quer dizer, que vive numa parte não-hegemônica do País, o Rio Grande do Sul, e pensa sobre isso. Tal aspecto, a depender de julgamento mais razoável ou menos, pode enterrar as observações na vala comum do “ressentimento”, acusação que não é rara de ouvir quando o assunto é o que aqui se discute. Mas não é nada disso, ou no mínimo não é só isso; há mais, muito mais na base da reflexão, a começar pelo fato nada desprezível de que — aqui chegamos finalmente ao ponto central da conversa — muitas regiões não-hegemônicas do Brasil têm produzido, ao largo das gerações, muita literatura, e esta literatura, que pode ser boa ou ruim, como em qualquer parte, muitas vezes alcança níveis indesmentíveis de qualidade, impondo-se ao leitor por esse critério, para além de qualquer outro fator, como é o da simpatia que muitas vezes é tudo o que a literatura precária alcança do leitor.

Consideradas essas variáveis, é de saudar com entusiasmo a iniciativa do *Atlas* que aqui se começa a publicar. Para o caso específico deste volume, que atende ao Sul do Brasil, vale talvez identificar alguns aspectos particulares, que sublinham a relevância de tomar o critério de *região* como válido para a leitura da percepção social e histórica que os indivíduos têm sobre sua vida, através da literatura, tudo isso assinalando uma parceria, uma conversa profunda entre a Geografia, a História e a Literatura, a favor de uma compreensão mais fina da vida brasileira.

O Sul do Brasil, para começo de conversa, é uma abstração. Claro que, vistas as coisas desde o Centro ou o Norte, o Sul parece coisa relativamente homogênea, com frio e gente de pele clara dominando a paisagem imaginária. Essas generalizações são naturalmente compreensíveis, mas imprecisas. É como um sulista pensar em “nordestino” e meter numa mesma figura o baiano cosmopolita de bem com sua identidade, o vaqueiro sertanejo pobre com roupa de couro, o culto recifense de olhos claros e pele bronzeada, assim por diante.

O extremo Sul do Brasil, a fronteira mais viva na história do País, foi marcado por lutas contra castelhanos (do Império espanhol primeiro, da Argentina e do Uruguai depois) e ocupado econômica e socialmente pela estância de gado, onde trabalhava um indivíduo socialmente rebaixado que a literatura transformou em elemento identitário superior, o gaúcho, o homem voluntarioso, dotado de bravura e coragem notáveis, destro no manejo do cavalo e do gado. E solitário, vale a pena acrescentar, já que, na história como na literatura, a mulher será presença problemática, ou porque era muito rarefeita, ou porque precisou impor sua presença na base de uma também grande valentia pessoal. Tal é o quadro que vamos acompanhar nas páginas do *Atlas*, no que se refere à Campanha, pela mão de um grande escritor como Erico Verissimo, que aqui se acompanha de outros depoimentos literários de grande interesse.

Bem outra situação vamos encontrar nas Colônias, nome que aqui designa a região do Rio Grande do Sul que recebeu imigrantes de língua alemã a partir de 1824 e de língua italiana a partir de 1875. Situada num raio não superior a 200 km da capital gaúcha, essa região corresponde mais ao atual clichê identitário sulino, aquele da gente de pele clara, cabelo loiro

e vivendo no frio. Como em qualquer outra parte, também neste caso a imigração traz consigo uma série de elementos sociais e culturais que não tardarão a aparecer na literatura: o contraste por vezes ríspido entre a sociedade pré-existente e a que se organizava; a diferença dos idiomas, que no caso do alemão é certamente mais acentuada do que no do italiano; principalmente um quase abismo entre certas práticas sociais brasileiras, especialmente aquelas baseadas na medonha tradição do escravismo, e certos modos de conceber o trabalho e a vida social, trazidos na bagagem até inconsciente dos imigrantes.

Tanto no caso da Campanha quanto no das Colônias, vale notar que a literatura tomada aqui como fonte da percepção local sobre a região provém de uma formação cultural que desde meados do Século XIX calhou de proporcionar sucessivas gerações de escritores, cada uma das quais como que tomando o bastão da anterior na tarefa de construir, pela fabulação e particularmente na forma do romance, uma autocompreensão por assim dizer autônoma, independente e muitas vezes em contraste com a *autocompreensão* que nas mesmas proporções ia sendo construída no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nada a espantar, conhecida a idéia (e a fantasia) de independência política sul-rio-grandense, que animou uma guerra de dez anos, a dos Farrapos, e permaneceu como um fundo difuso da identidade do estado meridional. Guardadas as diferenças de tema (a Campanha do pastoreio e da guerra, as Colônias da pequena propriedade e da poupança) e de abordagem propriamente literária entre as gerações (aqui no *Atlas* vão mencionadas pelos menos três delas, a de Simões Lopes Neto, dos anos de 1910, a de Erico Verissimo e Cyro Martins, dos anos de 1930-1950, e a de Luiz Antônio de Assis Brasil e Tabajara Ruas, dos anos de 1970 até hoje), o Rio Grande do Sul é um caso característico de formação cultural no sentido dado por

Antônio Cândido, no clássico *Formação da literatura brasileira* — um circuito de autores, obras e público leitor, correntemente realimentado e explicitado pela freqüentação das gerações que, por esse laço, formam uma tradição local autoconsciente.

Que tal formação não coincida com um estado nacional é mais uma questão circunstancial, ligada aos eventos históricos, do que um problema intrínseco da formação em causa; observe-se que, para matizar ainda mais o caso, poderíamos lembrar que também a figura do gaúcho está na base da formação cultural platina, que naquele caso corresponde a dois países, Argentina e Uruguai, com o que temos outra dimensão possível para a perspectiva de *região*; isso sem falar de outro matiz, também de interesse para a especulação atual, que tem a ver com os imigrantes de língua alemã — como se sabe, eles começaram a vir para o Sul do Brasil antes de haver um país chamado Alemanha, fato este que, porém, não os impedia de se sentirem relativamente confortáveis com sua identidade de, bem, alemães, ou de gente de língua alemã.

A região do Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina, se aproxima das marcas encontráveis na citada região das Colônias gaúchas pelo lado da constituição da população, que também ali é de origem germânica e também ali encontra uma natureza muito distinta da que conhecia na terra de origem. Mas já estamos no fim das semelhanças, porque para além delas, como se vai constatar nos romances de Urda Alice Klueger, vai-se ver um conjunto significativo de diferenças. A mais forte talvez seja do tempo histórico: a vida do pessoal de língua alemã no Itajaí é mais recente, ou pelo menos se concebe como uma formação específica mais recentemente; não será por acaso que o centro de atenção da romancista se fixa no Século XX, particularmente

nos momentos dramáticos em torno da Segunda Guerra, quando gente de língua alemã no Brasil acompanhava à distância e com apreensão a ascensão do nazismo — que, sempre é bom lembrar, não foi percebido em seu potencial criminoso desde o começo, sendo antes marcado, na altura de 1933, pela espantosa recuperação econômica obtida pela reorganização autoritária do estado alemão.

Para descendentes de alemães, que até então viviam com ligações familiares com a antiga terra, com a ilusão talvez do retorno à terra-mãe e que certamente tinham o alemão como primeira e familiar língua, os anos da Guerra foram decisivos: aqui no Brasil, atendendo ao projeto de abasileiramento da educação que compunha o projeto de modernização autoritária de Getúlio, acabou-se tal ligação na base da força da lei, abruptamente, para sempre — e aqui, com essa ruptura, precisou ser explicitada a lógica do pertencimento a esse mundo, que em parte acabava precisamente aí.

Finalmente, neste volume do *Atlas* temos a sondagem sobre a região do Norte do Paraná. Sendo esta a região mais jovem dentre as aqui enfocadas, é de compreender que carregue as marcas de tal juventude, assinalada na história nos anos a partir de 1920 e na literatura apenas muito recentemente, como se vê pelo romance de Domingos Pellegrini, de que se citam passagens expressivas. A força da natureza, devastada pela ocupação frenética que se explica, em parte, pela grande proximidade da região em relação ao centro dinâmico que é São Paulo, no mesmo período, é confrontada pela força da colonização, feita por gente em busca de seu lugar no mundo, disposta a gastar o último dos esforços na concretização do sonho de alcançar um patamar digno de vida, tema que ainda hoje é dolorosamente vivo em nosso País, no continente e em tantas partes do mundo.

De tudo o que aqui se vai ler, resulta um verdadeiro mapa das representações mentais fixadas pela literatura. Não custa, por fim, sublinhar que se trata, sempre, de narrativa, e quase todas as vezes de romance, aqui neste *Atlas*. Porque a narrativa, ao proporcionar aos leitores uma viagem mental e afetiva para dentro do mundo relatado e sendo, como é, uma deliberada imitação da vida, traz em si como que um mapa da experiência diária que os homens e mulheres temos tido, em cada parte do mundo, na época que nos coube conhecer. Assim, ainda que a

poesia, a crônica e o teatro possam ter grande papel na captação e estabilização da vida bruta em uma forma artística durável, nada mais razoável que seja a narrativa a matriz dessa pioneira experiência de diálogo, a indicar o tanto de caminho que ainda existe para os leitores de todos os quadrantes. Gente que vive em sua região, um centro para quem nela vive.

Luís Augusto Fischer  
Professor do Instituto de Letras da UFRGS





# Introdução

Este *Atlas* busca identificar e mapear regiões, com base em obras da Literatura nacional, construindo um mapa do Brasil onde a identidade é o elemento central para individualização dos diferentes segmentos territoriais. Através dele, o IBGE busca atualizar seu compromisso de subsidiar o Estado e a sociedade brasileira com informações básicas para o planejamento de ações e o exercício da cidadania, dando visibilidade, através de mapeamento, ao conjunto das identidades que compõem o quadro nacional.

A regionalização constitui importante instrumento de conhecimento e intervenção no território, sendo portanto relevante para órgãos de planejamento e administração de todas as esferas de poder do Estado. O IBGE é, nesta perspectiva, uma instituição estratégica para o exercício da cidadania, porque identifica os limites regionais que serão tanto o suporte para as ações do Estado, quanto a base territorial para a produção e disseminação de informações sobre a população e o território.

As diferentes regionalizações até hoje sugeridas e adotadas pelo IBGE basearam-se em propostas metodológicas determinadas, por um lado, pela própria evolução da ciência geográfica e, por outro, pela dinâmica das transformações socioespaciais do Território Nacional. Foram identificadas, assim, **regiões naturais, funcionais, polarizadas e geográficas**. Estas últimas, consideram o conjunto dos elementos participantes da dinâmica da configuração e reconfiguração do espaço, não como uma soma, mas como um conjunto, onde quadro natural, características do processo de ocupação do território, redes produtivas, funcionalidade dos centros urbanos e fluxos que se estabelecem entre diferentes pontos no espaço participam da caracterização, captando a identidade do segmento espacial desta maneira delimitado.

A maioria das regionalizações propostas pelo IBGE apoia-se nos limites da divisão político-administrativa da federação (municípios e estados), mas a ação dos elementos que constituem a identidade de um determinado segmento do território não é invariavelmente condicionada pela presença de tais limites, sendo necessário, portanto, a representação de regiões nas quais a dinâmica territorial expressa-se para além dos limites político-administrativos. Estas regiões apresentam identidade fortemente constituída, seja em função de um quadro natural contrastante, seja pela especificidade do processo de apropriação do território ou pela combinação de vários elementos históricos e naturais que viabilizaram uma ocupação econômica de longa duração que, assim sendo, imprimiu marcas profundas e duradouras na paisagem, definidas por Santos (1992) como rugosidades espaciais.

Levando-se em conta que a identidade é um dos elementos centrais na construção da cidadania, e que o reconhecimento desta identidade passa necessariamente pela visibilidade que

dela se tem no conjunto da nacionalidade, constitui atribuição relevante do IBGE a identificação e mapeamento de regiões brasileiras, inclusive daquelas em que os elementos culturais são parâmetros fundamentais de sua constituição. Esta preocupação norteia a confecção do *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras* e situa a dimensão cultural como centro do processo de regionalização, utilizando-se, para tanto, de obras da Literatura nacional.

Pretende-se, com isto, fornecer um instrumento facilitador para a incorporação da Literatura ao ensino da Geografia (como também de outras disciplinas da área de Humanidades), tanto para as últimas séries do ensino médio quanto para os cursos de graduação. Este trabalho também é de grande importância para a identificação de novos recortes territoriais, marcados pela identidade, conhecimento indispensável na proposição e na avaliação de políticas públicas e programas de governo. Esta incorporação não representa apenas uma diversificação dos meios para a compreensão de processos socioespaciais. O alcance e as possibilidades do texto literário são bem maiores.

A opção pela Literatura, mais especificamente pelo romance, como instrumento de regionalização deve-se à diversidade, qualidade e riqueza de obras nacionais, particularmente no que diz respeito à visibilidade das questões atinentes ao estabelecimento de nossa configuração territorial e das diversas identidades que aqui se formaram. Numa palavra, as obras de arte são reveladoras, também, das diversas identidades nacionais. Por outro lado, ao oferecer à sociedade brasileira um *Atlas das Representações Literárias* de nossas regiões, o IBGE alinha-se às tendências mais recentes dos estudos geográficos e das Ciências Humanas em geral, que buscam incorporar a dimensão cultural à agenda das pesquisas sobre dinâmica da população e do território.

## Estrutura do Atlas

Este *Atlas* está composto por cinco capítulos e um glossário. Cada um dos capítulos aborda uma região, à exceção do primeiro, que aborda a área das Missões Jesuíticas. Os capítulos que abordam as regiões geográficas incluem a apresentação da região como a Geografia a definiu, tanto no IBGE quanto por geógrafos de outras instituições, estando esta parte composta de texto e mapa. Segue-se a percepção da região pela Literatura e passagens de romances que permitem sua visibilidade – esta parte intitulada *Região e Romance*. Por fim, tem-se os mapas localizando a região que emerge dos romances e fotos ou imagens da mesma. Em todos os textos foram destacados, em negrito, os termos regionais referentes ao território e seu processo de apropriação. Estes termos formam um glossário no final do *Atlas*.

Dos cinco capítulos, apenas quatro referem-se a regiões geográficas brasileiras – Campanha Gaúcha, Colônias, Vale do Itajaí e Norte do Paraná. A área das Missões no Rio Grande do Sul não pode, a rigor, ser assim classificada, uma vez que, no processo de incorporação daquele território pela Coroa portuguesa, a experiência das Missões, como tal, foi destruída. No entanto, os índios, que até então, estavam reunidos nos Sete Povos das Missões, dispersaram-se pelo território e foram incorporados ao trabalho das *estâncias*, o que permitiu a assimilação de vários de seus costumes no cotidiano da Campanha. Assim, para entender o Rio Grande do Sul e boa parte dos costumes e tradições da Campanha Gaúcha, é necessário conhecer o que foi a experiência das Missões em território hoje sul-riograndense, e todo o processo de sua destruição. Daí a existência de um capítulo exclusivo sobre elas.

## Agradecimentos Especiais

A produção deste *Atlas* contou com a orientação técnica do professor e escritor *Luís Augusto Fischer*, especialista em Literatura regional do Rio Grande do Sul e professor do Departamento de Letras da *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Esta parceria foi fundamental na definição dos caminhos que este trabalho elegeu. Também cabe destacar a colaboração de vários pesquisadores, escritores e instituições. O IBGE sente-se honrado em ter contado com este apoio e registra com grande satisfação todos aqueles que contribuíram para a concretização deste projeto.

*Academia Brasileira de Letras*, especialmente na pessoa do bibliotecário *Luís Antônio de Souza*, que facilitou o acesso a obras raras.

*Fundação Casa de Rui Barbosa*, na pessoa de seu diretor *José Almino*, e também da pesquisadora *Marta de Senna*, que abriram contatos com estudiosos de literatura do Paraná, além de terem orientado e criticado várias etapas do trabalho.

Professor *Luiz Antônio de Assis Brasil*, da *Pontifícia Universidade Católica – PUC do Rio Grande do Sul*, e professor *José Clemente Pozenato*, da *Universidade de Caxias do Sul* – que receberam pesquisadores do IBGE no Rio Grande do Sul, indicaram leituras e contribuíram com suas obras para a identificação da Campanha Gaúcha e da região das Colônias.

Professor *Marcelo Franz*, do Departamento de Letras da *Pontifícia Universidade Católica – PUC do Paraná*, que indicou autores e obras sobre a ocupação do sertão paranaense.

Professor *Carlos Capela*, do Departamento de Letras da *Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC*, que forneceu

todas as referências de romances sobre a ocupação do Vale do Itajaí.

*Secretaria da Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul*, especialmente a geógrafa *Suzana Beatriz de Oliveira* que disponibilizou material histórico sobre a evolução da malha municipal do estado. Ainda no Rio Grande do Sul, *Secretaria Municipal de Turismo, Desenvolvimento e Cultura de São Miguel*, particularmente *Bernadete Strapazon Machado* e *Saete Terezinha Almeida da Silva*, que cederam imagens da área das Missões para utilização no *Atlas*.

*Museu Histórico de Londrina*, que cedeu imagens históricas daquela cidade para esta publicação. *Eleonora Ziller Camenietzki*, da *Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ*, que intermediou contatos com especialistas da área de Literatura, assim como o acesso a obras raras da Biblioteca Afrânio Coutinho.

Arquiteto *Cláudio José Menna Barreto Gomes*, do *Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba*, pelo material enviado.

*Fundação Genésio Miranda Lins*, de Itajaí, particularmente na pessoa de seu diretor superintendente, Dr. *José Roberto Severino*,

que nos forneceu material bibliográfico e imagens históricas da ocupação do Vale do Itajaí.

Especial referência e agradecimento ao professor *Rogério Haesbaert da Costa*, do Departamento de Geografia da *Universidade Federal Fluminense – UFF*, que levantou questões, indicou caminhos e sugeriu autores para a discussão da metodologia e a seleção de obras sobre a Campanha Gaúcha.

Professora *Leila Cristina Dias*, do Departamento de Geografia da *Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC*, que intermediou o contato com pesquisadores da área de Literatura daquela universidade.

Professor *Antonio Carlos Robert Moraes*, do Departamento de Geografia da *Universidade de São Paulo*, pelas indicações bibliográficas.

Professora *Maria Célia Nunes Coelho*, do Departamento de Geografia da UFRJ, que além das indicações bibliográficas, intermediou o contato com o professor *Antonio Dimas*, *Universidade de São Paulo*, que propiciou o primeiro contato com a obra de referência para a construção da metodologia – *Lima Barreto e o espaço romanesco*.

# Literatura e a Região Geográfica

## A Literatura

Uma vez reconhecida a Literatura como instrumento privilegiado para a percepção e identificação de regiões, e não sendo este um sistema cotidianamente incorporado ao universo de trabalho dos geógrafos e de uma instituição como o IBGE, é indispensável estabelecer alguns parâmetros que nortearam o desenvolvimento deste trabalho.

Em primeiro lugar, coloca-se a premissa de que a Literatura constitui um sistema à parte, com características e dinâmicas próprias, ainda que não isolada de outros sistemas, podendo-se dela lançar mão no intuito de um maior conhecimento do mundo e da realidade.

René Wellek, citado por Afrânio Coutinho a propósito da relação entre a Literatura e outros sistemas, afirma que:

[...] embora a literatura esteja em constantes relações com outras atividades humanas, ela tem seus caracteres e funções específicos e desenvolvimento

próprio que é irredutível a qualquer atividade diversa; de outro modo, cessaria de ser literatura e perderia a razão de ser: tornar-se-ia filosofia, religião, ética de segunda classe, ou mesmo propaganda [...] (WELLECK Apud COUTINHO, 1966, p.16).

O próprio Coutinho (1966, p. 14) ao abordar o fato literário, assim o explica:

Com ser de natureza estética, o fato literário é histórico, isto é, acontece num tempo e num espaço determinados. Há nê elementos históricos,...; e elementos estéticos, que constituem o seu núcleo, imprimindo-lhe ao mesmo tempo características peculiares, que o fazem distinto de todo outro fato da vida[...] (COUTINHO, 1966, p. 14).

Os elementos estéticos a que se refere Coutinho orientam a análise de uma obra literária em seu valor intrínseco.

Referem-se ao “tipo de narrativa, enredo, motivos, ponto de vista, personagem, linha melódica, movimento, temática, prosódia, estilo, ritmo, métrica, etc.” (COUTINHO, 1966, p. 14).

A Literatura é pois um sistema, um todo com regras e valores próprios e instrumentos de análise interna coerentes.

Mas onde estaria a essência deste sistema e de que matéria exatamente ele trata?

Nicolau Sevcenko dá algumas pistas sobre estas questões ao afirmar:

Fora de qualquer dúvida: a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover[...]. Sendo um produto do desejo, seu compromisso é maior com a fantasia do que com a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com seu estado real (SEVCENKO, 1983, p. 20)

Coutinho aborda a questão a partir de uma perspectiva semelhante, e cita uma monografia do Committee on Research Activities of Modern Language Association of America, na qual

a Literatura é definida como uma arte caracterizada por “obras produzidas pela imaginação: poesia, romance, drama, epopéia. As obras de arte são, assim vistas, não como ‘documentos’, mas como ‘monumentos’ “. (COUTINHO, 1966, p. 15).

Ao mesmo tempo em que afirmam a primazia da obra de arte como ponto de partida para análise, avaliação e compreensão do fenômeno literário, estes autores não descartam a necessidade de buscarmos o contexto histórico e social em que está inserida uma obra literária, desde que não percamos de vista o papel secundário destes elementos.

Estas colocações preliminares destinam-se a demarcar o campo do que pretende ser este trabalho, esclarecendo desde já que, não se trata de estabelecer um juízo de valor de obras da Literatura brasileira a partir de uma perspectiva geográfica. Respeita-se – e não poderia ser diferente – os parâmetros próprios da teoria literária. Mas há a intenção de uma apropriação com objetivos, estes sim, explicitamente de viés geográfico. O que permite esta incursão em território alheio é a constatação, de resto comum a diferentes correntes do próprio campo literário, de que a Literatura relaciona-se, sofre influências, alimenta-se e reflete os contextos sócio-político-culturais em que está inserida. Trazendo a discussão para o campo de interesse em questão pode-se dizer que, ao refletir, em alguma medida, o momento histórico em que está inserida, possivelmente a obra literária trará em seus meandros algo revelador de seu berço, de sua origem territorial, de sua cor local, ou seja, a obra literária possivelmente estará influenciada pela Geografia, restando agora esclarecer a dimensão que se pretende explorar desta influência.

### **A Literatura, o regionalismo e a região geográfica**

As relações entre Literatura e Geografia têm suscitado uma profusão de reflexões, não apenas no meio literário com Lins

(1976), Moretti (2003) e Dimas (1987), mas também em estudos realizados dentro do próprio campo geográfico como os de Monteiro (2002) e Tuan (1978), ou, ainda, interdisciplinares como Malory e Simpson-Housley (1999).

No que diz respeito à Literatura brasileira, os autores que a teoria literária primeiro identificou como regionalistas são aqueles que buscaram retratar elementos da paisagem e da cultura nacionais em suas obras, num momento de ruptura com padrões estéticos europeus que aconteceram na seqüência dos movimentos pela independência (ALMEIDA, 1999). A grande referência nesta fase é José de Alencar, com *O Guarani* e *Iracema*.

O elemento a ser destacado é o valor moral e ético atribuído ao índio brasileiro, em contraposição ao homem “civilizado” europeu. Por ser um momento de ruptura política, ainda que os vínculos de dependência econômica tenham sido mantidos, o surgimento do regionalismo é interpretado como uma tentativa de estabelecer parâmetros e valores nacionais para a construção do *corpus* literário brasileiro. O regionalismo, neste momento, estará associado à preocupação de afirmar a nacionalidade brasileira (ALMEIDA, 1999).

Mais tarde, outros fatores irão exercer influência na caracterização das obras. Com o agravamento das diferenças socio-econômicas internas o texto literário buscará retratar os conflitos e sofrimentos de populações excluídas. O romance regionalista estará mais ligado a elementos locais. O personagem de destaque será o homem do sertão. Num primeiro momento ainda será Alencar a grande referência com *O Sertanejo*, e Taunay com *Inocência* (ALMEIDA, 1999).

Não se pretende aqui tecer considerações sobre as diferentes fases e características do romance regionalista brasileiro, mas

destacar a ênfase dada às “cores locais” nas obras deste período como fator determinante para a classificação dos primeiros regionalistas, e que esta ênfase não permanece como elemento fundamental ao longo do tempo.

O que importa, na perspectiva do presente trabalho, é justamente a mudança de referencial estabelecida pela própria teoria literária na classificação dos romances regionalistas. Diferentes estudiosos do tema atentaram para o fato de que, ao debruçar-se com esmero na descrição de paisagens regionais, corre-se o risco de realizar um trabalho regionalista, mas não literário (COUTINHO, 1966, ALMEIDA, 1999, POZENATO, 1974).

Para a Geografia este ponto é relevante, pois subentende o debate da questão regional. As obras em que o quadro natural é exaustivamente descrito e desempenha a função de cenário ou moldura dos acontecimentos, ainda que possam ser consideradas regionalistas para a Literatura, pouco poderão contribuir para a compreensão do quadro regional dentro de uma perspectiva geográfica, porque tratam de forma estanque, separada, o que existe em mútua e permanente interação. Descrever a região como uma área definida e delimitada a partir de seus aspectos físicos – vegetação, relevo, hidrografia, clima, etc., não reflete a percepção deste conceito no campo geográfico.

A região se revela por um amálgama de fatores que envolve necessariamente o quadro natural, mas vai muito além dele. A exploração produtiva do território e os fluxos que nele se estabelecem, as relações sociais que condicionam sua ocupação, as heranças de tempos passados, as relações com espaços externos à própria região são alguns dos elementos a serem considerados.

Assim, não é preciso que um romance descreva um quadro natural para que dê visibilidade a uma região. Importa, antes,

a percepção que os personagens têm do meio, as relações que se estabelecem entre diferentes espaços presentes na trama e a dinâmica social a elas subjacente.

Por outro lado, há trabalhos, classificados pela teoria literária como regionalistas, em que a região se apresenta de forma sutil ao leitor. Ao comentar o romance de Oliveira Paiva, *Dona Guidinha do Poço* - Almeida (1999 p. 139), define com brilhantismo como pode ser reveladora de um quadro regional, tal qual a Geografia o entende, uma obra regionalista:

A estreita relação, no romance, entre a realidade sociocultural e a trama dramática, conquanto excelentemente realizada, não constitui a única forma de o narrador incorporar o espaço regional à obra.

Ainda mais expressivo é o modo como nela se correlacionam, em outro plano, ambiente natural, tempo, ação e personagem. Não se trata aqui de procurar estabelecer bases sociológicas sólidas para a construção da trama, de molde a que esta, por sua vez, se torne para o leitor um instrumento de revelação do universo sertanejo. Não, neste caso os laços são antes de natureza poética e sugestiva. Ocorrem no interior do discurso literário, produto de uma decisão *arbitrária* (no sentido de *artística*) do criador.

A partir desta abordagem Geografia e Literatura tornam-se concordantes na identificação do romance regional, no que diz respeito aos elementos a serem buscados na obra para a caracterização da região. O que se mantém diferenciado entre elas são os objetivos da caracterização.

Para a Geografia, o romance regional é um instrumento eficiente e valioso para a compreensão dos processos que atuam na construção, permanência e decadência de uma região. Para a Literatura a percepção do espaço pode ser um componente fundamental na construção da trama ficcional e de seus personagens. Este é o foco do trabalho de Osman Lins, *Lima*

*Barreto e o espaço romanesco*, onde ele desenvolve uma metodologia para a percepção e interpretação do espaço na obra de Lima Barreto (LINS, 1976). Por não se tratar de um autor regionalista, torna-se ainda mais evidente que o espaço tem importância e visibilidade não apenas em tramas tradicionalmente classificadas como tal.

A metodologia proposta por Osman Lins para a classificação de obras literárias quanto à forma de tratamento do espaço foi aqui apropriada para a construção de um referencial metodológico na identificação dos romances que dão visibilidade a regiões brasileiras.

## Papel do espaço na trama romanesca

Lins sugere uma metodologia para a abordagem do que chama *ambientação*. Ela não se refere exclusivamente ao conceito geográfico de espaço, mas a todo elemento físico, exterior ao personagem, inserido pelo autor na trama romanesca. O que orienta sua metodologia é identificar se há uma razão para o autor inserir tais elementos.

Ele propõe uma diferenciação entre atmosfera e espaço social. Por atmosfera, na ficção, entende-se o ambiente criado pelo escritor e que exerce alguma influência no estado de espírito da personagem. Pode ser um quarto, uma casa, um bairro, uma floresta. O que importa é o que ambiente sugere — opressão, terror, desespero, angústia, exaltação, aconchego. Já o espaço social aproxima-se bastante de um conceito geográfico, pois implica em condições sociais, políticas e econômicas que participam ativamente da trama. Assim refere-se ele ao conceito:

Como nomearíamos, senão assim, certo conjunto de fatores sociais, econômicos e até mesmo históricos que em muitas

narrativas assumem extrema importância e que cercam as personagens, as quais, por vezes, só em face desses mesmos fatores adquirem plena significação? A que se refere, por exemplo, Francisco de Assis Barbosa, quando diz não ser possível 'proceder-se à revisão da nossa história republicana, do 15 de novembro ao primeiro 5 de julho', prescindindo da obra de Lima Barreto? Ao tempo ou ao que propomos denominar espaço social? (LINS, 1976, p. 74).

E observa, mais adiante, referindo-se à obra *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, que se passa durante a Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, e *O Cortiço* de Aluísio Azevedo:

[...] A Revolta da Armada, tão importante para o seu destino e essencial no plano do romance, cria um cenário específico, inconfundível, não construído com volumes, linhas, cores, mais respirável e que nos parece necessário precisar.

[...] Diríamos, ainda como exemplo, que o cortiço em Aluísio Azevedo, é espaço, simplesmente; mas o veremos parcialmente se não o entendermos, pelo estilo de vida em que implica, com todo um quadro de hábitos, de relacionamento humano, de perspectivas etc., também como espaço social. Tanto pode o espaço social ser uma época de opressão como o grau de civilização de uma determinada área geográfica. Outras tantas manifestações de tal conceito podem ser identificadas na classe a que pertence a personagem e na qual ela age: a festa, a peste ou a subversão da ordem (manifestações de rua, revolta armada) (LINS, 1976 p. 74,75).

Para a interpretação e o entendimento de uma obra literária importa analisar o papel atribuído ao espaço entendido como *ambientação* no contexto da trama. Segundo Lins, esta *ambientação* pode variar de uma temática *vazia*, que em nada contribui para o entendimento do texto, a uma temática *plena*, que participa na composição do enredo.

A *ambientação franca* é aquela em que o narrador introduz, pura e simplesmente, a descrição física do ambiente, estabelecendo um hiato no desenrolar da ação. Neste caso, a *ambientação* não contribui para a compreensão da trama, ou do estado de espírito da personagem. Funciona, tão-somente,

como uma moldura, um pano de fundo dos acontecimentos. O leitor poderia pular este trecho, e em nada seria prejudicada a compreensão do enredo.

A *ambientação reflexa* não aparece como descrição. Ela é percebida pela personagem, o que evita o hiato na trama. De qualquer forma, o entorno está sendo enunciado e não tem, necessariamente, uma relação intrínseca com o desenrolar dos acontecimentos.

Para Lins, tanto a *ambientação franca* quanto a *reflexa* podem representar, apenas, um “espaço inútil”, na medida em que compõem um corpo em separado da trama, sem ligação necessária com o conjunto de seus elementos.

A última categoria apontada pelo autor é a *ambientação dissimulada*. O elemento central a destacar, neste caso, é o fato de que não há um corte no desenrolar dos acontecimentos.

A *ambientação dissimulada* exige a personagem ativa: o que a identifica é um enlace entre o espaço e a ação.

[...]Assim é: atos da personagem, nesse tipo de *ambientação*, vão fazendo surgir o que a cerca, como se o espaço nascesse de seus próprios gestos. (LINS, 1976, p. 83-84).

Lins adverte que esta caracterização não pode ser tomada como esquema rígido de análise. Uma obra pode conter diversos tipos de *ambientação*, usados em diferentes passagens visando a um sentido que só emerge de seu conjunto. Portanto, mesmo uma *ambientação franca* pode estar desempenhando função específica, ainda que pareça, à primeira vista, um apêndice do texto.

Tendo claro que a proposta do autor refere-se a um entendimento do espaço no contexto da ficção romanesca, e que os objetivos e preocupações de tal classificação dizem respeito exclusivamente a processos inerentes ao *corpus* literário, pode-se sugerir uma apropriação da terminologia, visando com isto construir um

referencial na busca de elementos que permitam a identificação da região geográfica em obras da Literatura brasileira.

Tanto a *ambientação franca* quanto a *reflexa*, por serem basicamente descritivas, pouco contribuem para o entendimento e a visibilidade de processos que, do ponto de vista geográfico, sejam reveladores de uma região. Alguns dos clássicos da Literatura regionalista brasileira incluem-se nesta categoria. Não cabe aqui estabelecer juízo de valor numa perspectiva literária, mas apenas observar que tais obras acabam tratando a região como um quadro natural, que justifica e condiciona todos os comportamentos e conflitos, restringindo o papel dos agentes políticos, econômicos, sociais, históricos e culturais na configuração do quadro regional. Por outro lado, há obras deste mesmo período, e de outros, mais recentes, que se enquadram na categoria da *ambientação dissimulada*, em que o contexto

regional é parte intrínseca da trama, e que muito contribuem para uma percepção mais apurada das dinâmicas de configuração do território. Estas constituem a opção deste trabalho.

Uma última observação faz-se necessária. Uma vez que a metodologia adotada leva em conta diversos elementos para a caracterização de uma região geográfica que, concretamente, existe para a Geografia, o que dizer dos romances em que as toponímias, cidades, vilas e demais localidades são ficcionais? (É preciso ter em conta que isto não constitui uma exceção.) Esta questão reforça a validade da metodologia aqui proposta, com base naquela desenvolvida por Lins. Uma vez que os elementos tomados em conta para a caracterização da região não se restringem ao quadro natural, pode-se supor que eles sejam confiáveis para a identificação de regiões previamente identificadas pela Geografia, respeitando-se, sempre, a liberdade da criação artística.





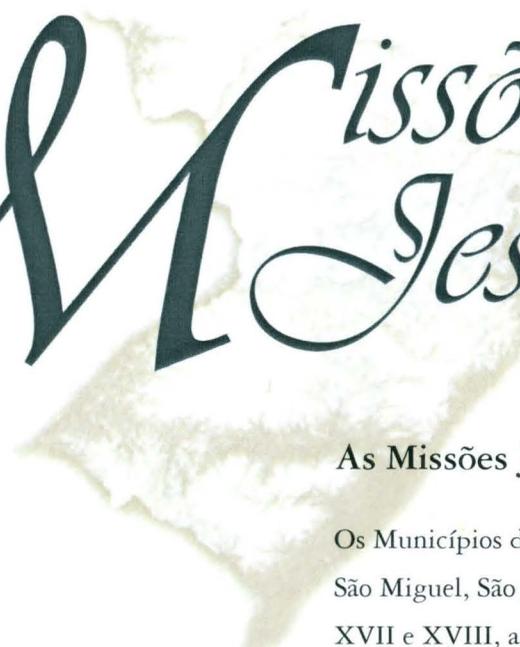
CO YVY OGUE YARA

Pórtico de São Miguel das Missões, 2005.

Frase em Guarani inscrita no pórtico: " Esta terra tem dono".

Em primeiro plano Sepé Tiaraju

José Roberto de Oliveira



# Missões Jesuíticas

## As Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul

Os Municípios de Santo Ângelo, São Borja, São Luís Gonzaga, São Nicolau, São Miguel, São João Baptista e São Lourenço, constituíam, nos séculos XVII e XVIII, as missões jesuíticas, sob o domínio da Coroa espanhola (QUEVEDO, 1996, p.10).

A forma de ocupação da terra na área das missões não perdurou após a destruição das mesmas. Os índios dispersaram-se pelo território do que veio a ser o Rio Grande do Sul e foram absorvidos posteriormente nas **estâncias** da Campanha Gaúcha. Assim, não se pode considerar a área das missões como uma região geográfica, ainda que ela tenha expressão no imaginário nacional, tanto pela força da experiência ali empreendida quanto pelas ruínas que ainda dela dão prova.

Na verdade, a extensão das fronteiras brasileiras e o estabelecimento de uma província que veio a ser o Estado do Rio Grande do Sul, deu-se, justamente, a partir da destruição das referidas missões, por tropas portuguesas e

espanholas. No entanto, não se pode entender diversas características do Rio Grande do Sul sem olhar para trás, e ver como e com que objetivos se deu a ocupação conhecida como Sete Povos das Missões.

As Missões Jesuíticas destinavam-se à proteção e catequese de índios guaranis, que, com frequência, eram vítimas do ataque de **bandeirantes** vicentistas e lagunistas, em busca de mão-de-obra escrava para a exploração econômica do território pertencente à Coroa portuguesa, assim como de *encomienderos* paraguaios, para trabalho nas *encomiendas* (QUEVEDO, 1993, p. 10 e 1996, p.9).

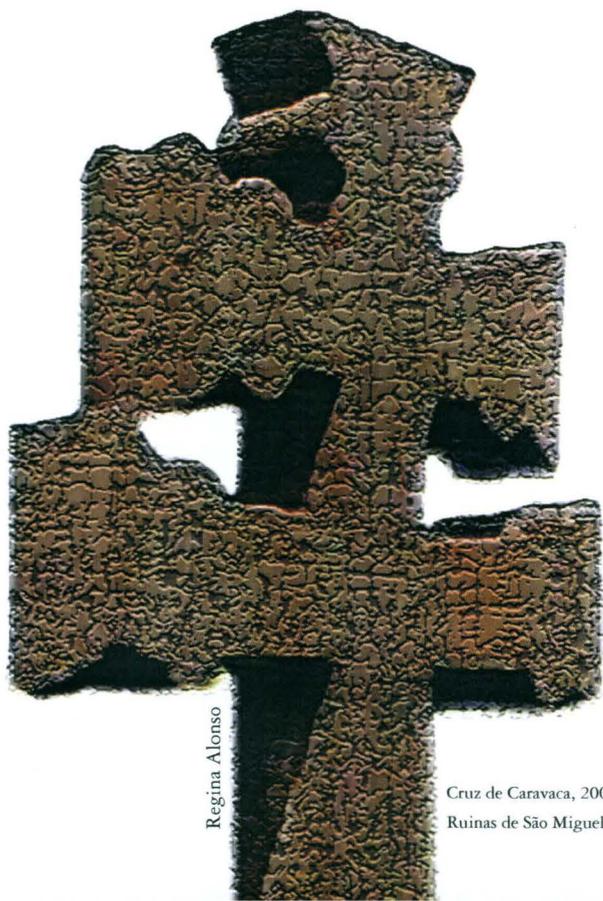
Cada um dos assentamentos criados pelos padres jesuítas chamava-se “**redução**”. O termo, segundo alguns historiadores, está associado à idéia de “reconduzir” o pagão ao caminho do cristianismo e da salvação. A etimologia da palavra, de acordo

com o dicionário Antônio Houaiss, é latina – *reductio*, ónis – ‘ação de tornar a trazer’.

O tipo de ocupação que se estabeleceu nas áreas da Campanha Gaúcha após a expulsão das missões herdou muito do que foi desenvolvido pelos padres jesuítas nas reduções, como também dos costumes dos pioneiros guaranis que habitavam originalmente a área. O primeiro grande atrativo responsável pelo estabelecimento de paulistas nestas terras foi a existência de gado livre, que eles capturavam e levavam para as áreas de mineração de Minas e Goiás (MACHADO, 2000, p. 27-28). Este gado fora introduzido pelos jesuítas, que fizeram vir do Uruguai e Argentina algumas centenas de cabeças, para o abastecimento das reduções (MACHADO, 2000, p.25-26). Os índios reduzidos tornaram-se exímios adestradores de cavalos e criadores de gado. Instrumentos como a **boleadeira** foram desenvolvidos por seus ancestrais em épocas remotas para a captura de emas, e foi posteriormente adaptada para a lida com o gado bovino. Também é um costume indígena o consumo do **chimarrão**. Os romances que abordam a ocupação da Campanha sempre fazem menção à presença de índios nas **estâncias**, como importantes auxiliares no trato com o gado.

Tome-se como exemplo a obra máxima de Erico Verissimo, a trilogia “*O Tempo e o Vento*”, onde um índio, “órfão” das missões, está na origem de um dos principais troncos familiares do romance.

Assim, ainda que a área das missões não possa ser caracterizada como uma região cultural gaúcha, ela é de fundamental importância, tanto no entendimento da ocupação do território do Rio Grande do Sul, particularmente da região da Campanha, após a expulsão dos jesuítas e a demarcação da fronteira sul brasileira, quanto no perfil cultural que se construiu naquele território.



Regina Alonso

Cruz de Caravaca, 2004.  
Ruínas de São Miguel das Missões





Cena da gravação da minissérie A Casa das Sete Mulheres, 2003

Leonid Streliaev, 2003



# Campanha Gaúcha

## A região geográfica da Campanha Gaúcha

A região conhecida como Campanha Gaúcha abrange áreas levemente onduladas (relevo de *coxilhas*), com *campos limpos*, na porção sul do Rio Grande do Sul, junto às fronteiras brasileiras com o Uruguai, ao sul, e com a Argentina, a oeste. Sua extensão varia ao longo do tempo e segundo diferentes propostas de regionalização. Originalmente, o termo *coxilha* designava o relevo de declive suave e prolongado, que se encontra ao sul da depressão central do Rio Grande de Sul, no baixo curso do rio Ibicuí. Entretanto, seu uso estendeu-se e consagrou-se para áreas desde o centro norte até o noroeste do estado (SODRÉ, 1975, p. 394).

Lúcio de Castro Soares, do então Conselho Nacional de Geografia, afirmava, em 1940, que: “A Campanha é pobre de grandes rios. Sua umidade é assegurada pelas chuvas e, em certos pontos, pela água armazenada nas ‘*sangas*’ – valas de escoamento das águas pluviais e dos banhados e brejos”

(SOARES, 1954, p. 58). Como a precipitação distribui-se regularmente ao longo de todo o ano, com máximas pronunciadas no inverno, tem-se que a água é abundante por toda parte (WAIBEL, 1954, p. 65).

A estas características do quadro natural associou-se a pecuária extensiva, que gerou um tipo de ocupação característica, marcada pela baixa densidade de população rural e o predomínio de cidades de porte médio. A criação de ovinos e a produção de lã também atribuíram individualidade à região. Este cenário tradicional se transformou a partir da década de 1920 com a introdução da lavoura de arroz, e intensificou-se a partir da década de 1970, quando a cultura da soja provocou a maior transformação no espaço rural da Campanha. Este fato, associado à modernização das técnicas de criação, aprimoramento genético e melhoria do suprimento alimentar no inverno, e à introdução da vitivinicultura na região, atribuem um novo perfil à área, articulada a complexos agroindustriais (VIANNA, in IBGE, 1985, p. 403, 405).

A primeira demarcação da Campanha Gaúcha pelo IBGE ocorreu em 1941 e, em 1966, foram delimitadas as zonas fisiográficas do Brasil, em que se identifica uma **zona fisiográfica** da Campanha. Em 1968 identificou-se a **microrregião homogênea** da Campanha. Atualmente, a Campanha Gaúcha corresponde à **mesorregião** sudoeste rio-grandense (1989), composta pelas microrregiões da Campanha Ocidental, da Campanha Central e da Campanha Meridional (figura 1).

Para Costa (1988), a Campanha no século XIX tem parte de seus limites junto às fronteiras argentina e uruguaia, mas se prolonga até o litoral sul, incluindo a cidade de Pelotas, importante centro urbano de produção e comercialização de

charque para o mercado nacional no século XIX, e ainda, Rio Grande, cidade portuária por onde era escoada inicialmente esta produção.

## 1. Microrregiões da Campanha Gaúcha



Fonte: Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. v.2: Projeção policônica.

A identidade da Campanha como região é forjada a partir de três aspectos fundamentais: a disputa de Portugal e Espanha pela posse das terras da bacia do Rio da Prata, que gerou vários confrontos armados entre as duas Coroas até que fossem estabelecidos os limites de soberania de cada uma; a estrutura de propriedade da terra que aí se estabeleceu, com a doação de **sesmarias** a militares, comerciantes de gado e apaniguados da Coroa portuguesa que vieram para a colônia em busca de enriquecimento e, finalmente, a experiência das **missões jesuíticas** em territórios que vieram a constituir o Rio Grande do Sul, e sua total destruição por tropas das Coroas ibéricas.

A partir de Laguna (Santa Catarina), limite sul de seus domínios pelo **Tratado de Tordesilhas**, Portugal, interessado em manter seu acesso à bacia do Rio da Prata, promoveu a expansão de

seu território criando a Colônia de Sacramento, em 1680, na margem deste rio oposta à cidade de Buenos Aires. Em 1737, dentro desta mesma perspectiva, foi instalado o forte Jesus Maria José, na área em que hoje está situada a cidade de Rio Grande. Posteriormente, promoveu-se a vinda e assentamento de colonos açorianos neste local (QUEVEDO, 1993, p.14-16; MACHADO, 2000, p. 27, 33).

A estratégia de ocupação “empurrou” a fronteira brasileira para o sul e o oeste, expulsando as missões jesuíticas do alto curso do rio Uruguai (1756). A posse definitiva da área onde estavam instalados os Sete Povos das Missões resultou de um acordo entre as Coroas ibéricas - **Tratado de Madri** (1750) - em que a contrapartida de Portugal seria abrir mão da Colônia de Sacramento. Mas os conflitos não se encerraram (QUEVEDO, 1996, p. 19).

O território onde hoje está situado o Uruguai (antiga província Cisplatina), também foi objeto de disputa entre lusitanos e castelhanos, e a soberania sobre aquela área só se definiu em 1828, em um acordo que criou aquele país e encerrou a **guerra Cisplatina**.

Com a destruição das reduções jesuíticas muitos índios passaram a vagar pelo continente e acabaram incorporando-se às **estâncias**, onde foram elementos cruciais no manejo do gado. Grande parte das tradições gaúchas, como o uso da boleadeira, o consumo do **chimarrão** e o uso do **chiripá**, devem ser-lhes creditadas. Ao longo de todo o período de conflito pela posse das terras missioneiras, e mesmo antes disso, por causa dos ataques bandeirantes às **reduções jesuíticas** para aprisionar índios, ocorria, com frequência, a violação de índias por

portugueses. Ainda que o registro seja lamentável, não se pode omitir esta outra forma, pela qual, os pioneiros ocupantes do território onde hoje situa-se o Rio Grande do Sul, participaram na formação do gaúcho.

A figura política típica da região, o **caudilho**, era, ao mesmo tempo, um latifundiário - senhor de terras, gentes e gado - e um chefe militar, comandante de tropas em numerosos conflitos.

Por se tratar da fronteira brasileira construída ao longo de vários anos e diversos conflitos armados, por sua topografia suave e descampada, tão contrastante com o resto do Território Nacional e nada condescendente com o forasteiro que tenta se aproximar, pela ocorrência de um inverno mais rigoroso, em que o **Minuano** “tortura o vivente”, a paisagem da Campanha emprestou, durante décadas, maior personalidade, no imaginário nacional, ao Rio Grande do Sul e seu habitante típico, o gaúcho. Esta região, com suas guerras, seus heróis e heroínas, suas lendas, sua paisagem, seus habitantes - estancieiros e familiares, índios, negros escravos e agregados incorporados às estâncias, castelhanos, contrabandistas, mercenários e imigrantes alemães e italianos que nela preferiram se estabelecer, em detrimento da região das colônias - constitui-se em matéria ricamente explorada pela farta e prodigiosa Literatura sul rio- grandense.

## A Campanha Gaúcha na Literatura

A condição de fronteira conquistada marca profundamente a história, a geografia e a literatura do Rio Grande do Sul, particularmente no que diz respeito à Campanha.

Para o escritor gaúcho José Clemente Pozenato, as características atribuídas ao “gaúcho típico” - entendendo-se por isso os primeiros colonizadores do território - quais sejam, “o gosto pela

ação enérgica, o espírito de fronteira, o alarde de coragem, sem falar nos pequenos hábitos cotidianos de alimentação, vestuário e diversão”, acabaram sendo incorporados pelos imigrantes tardios e seus descendentes, que vêem nesse *ethos* o modo de ser gaúcho” (POZENATO, 1974, p. 25).

Esse modo de ser, que traduz um forte sentimento de pertencimento, apresenta-se nos textos literários do Rio Grande do Sul,

de início, por sua forma instintiva, como um ufanismo; depois, de forma consciente e programada, conjugada com os ideais políticos de autonomia e liberdade, no regionalismo; finalmente, despojada daquela conotação programática, no que se pode chamar propriamente de regional (POZENATO, 1974, p. 25).

De alguma forma, todas as manifestações literárias definidas por Pozenato na classificação apresentada permitem visualizar uma região, entendida, neste *Atlas*, como uma categoria geográfica. No entanto, as duas primeiras correntes literárias apresentam-na como um quadro estático, limitado, muitas das vezes, a um de seus aspectos. Mais freqüentemente ao quadro natural. Em função disso, ainda que também elas sejam utilizadas neste trabalho, a preferência recaiu sobre os textos literários que Pozenato classifica como regionais, entendendo, de acordo com o autor, que o regional, em Literatura, não caracteriza algo em oposição a universal. Antes, aborda questões universais a partir de eventos e personagens locais.

Assim, foram pesquisadas e identificadas obras que permitissem visualizar não só o modo de ser do habitante dos **pampas**, mas também a dinâmica do processo de ocupação e de configuração territorial daquela que veio a ser a região da Campanha Gaúcha.

Dentro deste espírito, o primeiro autor que se destaca é Simões Lopes Neto. O seu clássico *Contos Gauchescos* apresenta a

Campanha Gaúcha através das memórias de Blau Nunes, um vaqueano que conta seus “causos” enquanto se desloca pelo território do Rio Grande do Sul. O gênero de vida, os gostos, a vestimenta, a linguagem, os dramas e toda a autenticidade do habitante dos pampas tornam-se o fio-condutor da trama. A edição utilizada neste trabalho é de autoria do professor Luís Augusto Fischer. É uma edição comentada, que permite ao leitor de outras partes do País entender os termos e situações abordadas nos vários contos. Fischer observa o fato de que Blau Nunes relata eventos que transcorreram entre 1820 e as primeiras décadas do Século XX. Portanto, período do apogeu e declínio da Campanha como região de maior importância econômica e política no Rio Grande do Sul.

Os dois primeiros volumes da trilogia *O Tempo e o Vento*, de Erico Verissimo, intitulados *O Continente I* e *O Continente II*, apresentam as primeiras correntes migratórias e etnias que participaram na formação do gaúcho, antes da chegada de imigrantes alemães e italianos. Também tratam dos conflitos e confrontos que marcaram a construção da fronteira sul brasileira e como estas guerras marcaram a participação do Rio Grande do Sul no cenário político nacional.

Estão presentes no enredo paulistas de Sorocaba, índios guaranis, mercenários das diversas guerras, negros escravos, além de imigrantes alemães e italianos. A localidade de Santa Fé, onde Ana Terra se estabelece com seu filho depois do ataque à propriedade de sua família, vê seus filhos envolverem-se na **Revolução Farroupilha, na guerra do Paraguai, na guerra civil de 1893 e na revolução federalista de 1923.**

Outro escritor que apresenta diferentes aspectos da ocupação do Rio Grande do Sul é Luiz Antônio de Assis Brasil. Em seu primeiro livro, *Um Quarto de Léguas em Quadro*, aborda os primórdios da ocupação do território a partir do estabelecimento de colonos açorianos em Rio Grande e das estratégias da Coroa portuguesa, representadas pelo general Gomes Freire, de estender seus domínios pela expulsão das Missões Jesuíticas, no oeste, e pela manutenção da Colônia de Sacramento, ao sul. O livro dá a dimensão do impacto sofrido pelos imigrantes, não só pelo sofrimento da longa viagem, mas pelo choque com uma paisagem tão diferente daquela a que estavam acostumados nas ilhas.

A **Revolução Farroupilha** é evento dos mais importantes na relação do Rio Grande do Sul com o Estado brasileiro, naquele momento, 1835, ainda uma monarquia. Mas é preciso lembrar que, naquele momento, a Campanha Gaúcha regia a vida política, econômica e cultural do Rio Grande do Sul. Torna-se, portanto, indispensável, entender, não só as razões que desencadearam este conflito, mas também aquelas que a ele foram sendo incorporadas ao longo do tempo. A obra de Tabajara Ruas, *Os Varões Assinalados*, é título imprescindível neste aspecto. Trata-se de um romance histórico que retrata com propriedade e emoção o quanto este conflito envolveu, não só todo o estado do Estado do Rio Grande do Sul, mas também todo o País, na medida em que representava aspiração de várias províncias do império.

Também é de Tabajara Ruas um título que aborda outro problema típico da Campanha, por sua situação de fronteira e sua configuração territorial - o contrabando. *Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez* passa-se em Uruguaiana, limite extremo da Campanha e do território brasileiro, e a trama enfoca o dia

em que este famoso bandoleiro foi morto ao tentar regressar ao Brasil.

A obra de Josué Guimarães *A Ferro e Fogo* por sua vez, apesar de focar a questão dos imigrantes alemães e, portanto, ter a região das Colônias como cenário principal da trama, também permite visualizar a Campanha num período de intensos conflitos pela consolidação da fronteira - a guerra Cisplatina (1825 - 1828).

Abordando a questão da decadência política e econômica da Campanha Gaúcha, já na década de 1930 destaca-se a trilogia de Cyro Martins, também conhecida como trilogia do “gaúcho a pé”, termo criado pelo autor. *Porteira Fechada*, o segundo título da coleção narra o drama de um antigo agregado, despejado das terras em que sempre viveu, por causa da falência de seu patrão. Surgem a pauperização das cidades da Campanha e os personagens que acompanham este processo – ladrões de ovelha, contrabandistas, jogadores e bêbados.

Solange Brum



Estância do Retiro, Bagé, RS, 2003

## Região e Romance - Século XVIII

“[...] A chegada de vocês, agora, é um estorvo. Procura-se alojá-los em terras, conforme prometia o edital, mas não se consegue terra para dar. Quase toda já está ocupada, por gente que veio antes, muito antes, e que são legítimos proprietários. Aqui à roda do presídio já está tudo distribuído. Encontraram, agora, um lugar que parece tem dado ponto: o porto de Viamão, sítio do Dorneles.

- Se é sítio do Dorneles, é porque tem um Dorneles que é dono.
- É de fato. Mas se está procurando uma forma de arrumar as coisas.
- E a que distância fica aqui este tal porto? É porto de mar?
- Vários dias, lagoa acima, nas margens do rio Guaíba.

[...]

– Há ainda a capela Grande de Viamão, se bem que já tenha, da mesma maneira, moradores antigos.

[...]

– Melhor conformar-se, Lorrvão, com qualquer coisa que digam que devem fazer. [...] Por isso, não estranha se te tocarem ainda para outro lugar, ainda mais longe: as Missões. O plano final é que os ilhéus povoem as Missões.

– E lá tem terra bastante?

– Tem, mas... ainda deve ser conquistada para Portugal.”

Luiz Antônio de Assis Brasil  
Um quarto de légua  
em quadro, 1978, p.157

“– [...] Vai ver que foi um desses paulistas desgraçados, gente perdida tudo, que nem se sabe de quem são filhos! Esses que Gomes Freire trouxe. Me admiro muito que o General, um homem tão fino, tão educado, viesse acompanhado dessa chusma mal-encarada, barbaças.

[...]

– É, mas afinal, já tinha desses paulistas antes do Gomes Freire. Acho que até eram piores que os que vieram agora.

– Podiam ser, mas agora é uma inundação! E sabe que mais doutor? Alguns andam ganhando terra! Imagine! De bandidos, malfeitores, passaram a proprietários, como eu! [...]

O filho menor já refeito da lambada, entrou de novo na conversa:

- E ainda vão ficar mais ricos que o pai! Já estão charqueando!
- Acho que tu tens é charque na cabeça, em vez de miolos!”

Luiz Antônio de Assis Brasil  
Um quarto de légua  
em quadro, 1978, p.142

“[...] E naqueles vinte últimos anos muitos lagunistas e vicentistas se haviam fixado em vários pontos do Continente, estabelecendo **invernadas e currais** que mais tarde se transformavam em estâncias. Contava-se até que quase todos eles já tinham conseguido **cartas de sesmaria**. E o fato de os portugueses haverem fundado em 1737 um presídio militar no Rio Grande indicava que estavam decididos a tomar posse definitiva do Rio Grande de São Pedro.”

Erico Verissimo  
O continente, 2001, p.22  
O tempo e o vento

“Mas, onde quero chegar: foi assim, como lhe vou contar. Estes campos eram meio sem dono, era uma pampa aberta, sem estrada nem divisa; apenas os trilhos do gado cruzando-se entre aguadas e querências. A gadaria, não se pode dizer que era alçada: quase toda orelhana, isso sim.

Mas vivia-se bem, carne gorda sobrava, e potrada linda isso era ao cair do laço O Mariano apareceu aqui, diz que vindo de Cima da Serra, corrido dos bugres.”

Simões Lopes Neto  
Contos gauchescos, 2000, p.55-56

“Já dia claro, sol fora, seis horas, o exército imperial avistou, do outro lado do Passo do Rosário, os homens de Alvear e Lavallega, meia légua, se tanto, coroando a elevação que ficava do outro lado de uma sanga que dividia a frente de batalha [...]. As brigadas de cavalaria de José de Abreu e de Bento Gonçalves, compostas de paisanos armados e de milicianos gaúchos, estavam na vanguarda. O corpo de voluntários do Barão de Cerro Largo, mistura de paisanos, vaqueanos da região, peões de estância, desertores com indulto e gente agregada pelo caminho, mais parecia um bando de malfeitores. Não havia disciplina e nem fardamento, cada um armado com o que havia conseguido, espingardas velhas, espadas enferrujadas, lanças e adagas.

Os Lanceiros Alemães foram mandados para constituir o primeiro corpo de vanguarda. Seguiram-se a eles o 27.º e o 28.º batalhões de caçadores, constituídos só de alemães, com exceção do Major Jesus, do Estado Maior.

– Vamos de carne para canhão – bradou Mayer para o quartel-mestre.

Os couraceiros de Buenos Aires já vinham novamente, os alemães tornaram a avançar, a artilharia inimiga, de cima da coxilha, atirava sem parar, Mayer viu quando a cavalaria de Bento Gonçalves era separada do grosso das tropas pelo arremesso da Divisão Lavalle, viu quando os gaúchos irregulares de Abreu debandavam acossados e viu, de repente, que estava em plena luta com alemães do Barão Heine. Finalmente eles se entendiam com alguém, distinguiam os velhos palavrões da língua materna e não se queriam matar, era só o bater de espadas e o entrechoque de lanças [...]. Deu de rédeas e voltou para a retaguarda, perseguido de perto por um dos lanceiros de Heine. [...] Finalmente o outro mandou que ele parasse, não queria matá-lo, rapaz a gente não tem nada que ver com essa briga.”

Josué Guimarães  
Tempo de Solidão, 1972, p. 75-77  
A Ferro e Fogo.

“Pensou no pai, que passara metade da vida a viajar entre São Paulo e o Rio Grande de São Pedro, sempre às voltas com tropas de mulas, que vendia na feira de Sorocaba. Uma vez o Velho ficara dois anos ausente; correrá até o boato de que ele havia sido assassinado pelos

índios tapes. Um belo dia, porém, Juca Terra reapareceu trazendo na guaiaca muitas onças de ouro e a carta de sesmarias dumas terras lá do Continente que ele dizia ficarem nas redondezas dum tal Rio Botucaraí.”

Érico Veríssimo  
O continente, 2001, v.1, p. 92-93  
O tempo e o vento

“Depois de umas enormes formações rochosas, que aqui pareciam torres, nada mais se viu senão areia e areia. Muito vento, do nordeste. [...] Sentado à mesa em que escrevo, estou vendo o forte do Rio Grande, Precário, daqui, parece muito frágil. Nenhuma pedra. Só uma elevação coberta aqui e ali com capim. [...] O casario que surge em redor é baixo, e extremamente pobre. Nenhum ponto a destacar. - Que desolação! - dizia D. Maria das Graças, segurando a luneta. [...] D. Maria das Graças tem razão. A paisagem é insípida, batida pelo vento. Vento que levanta a areia e cobre a praia de uma tênue camada branca.”

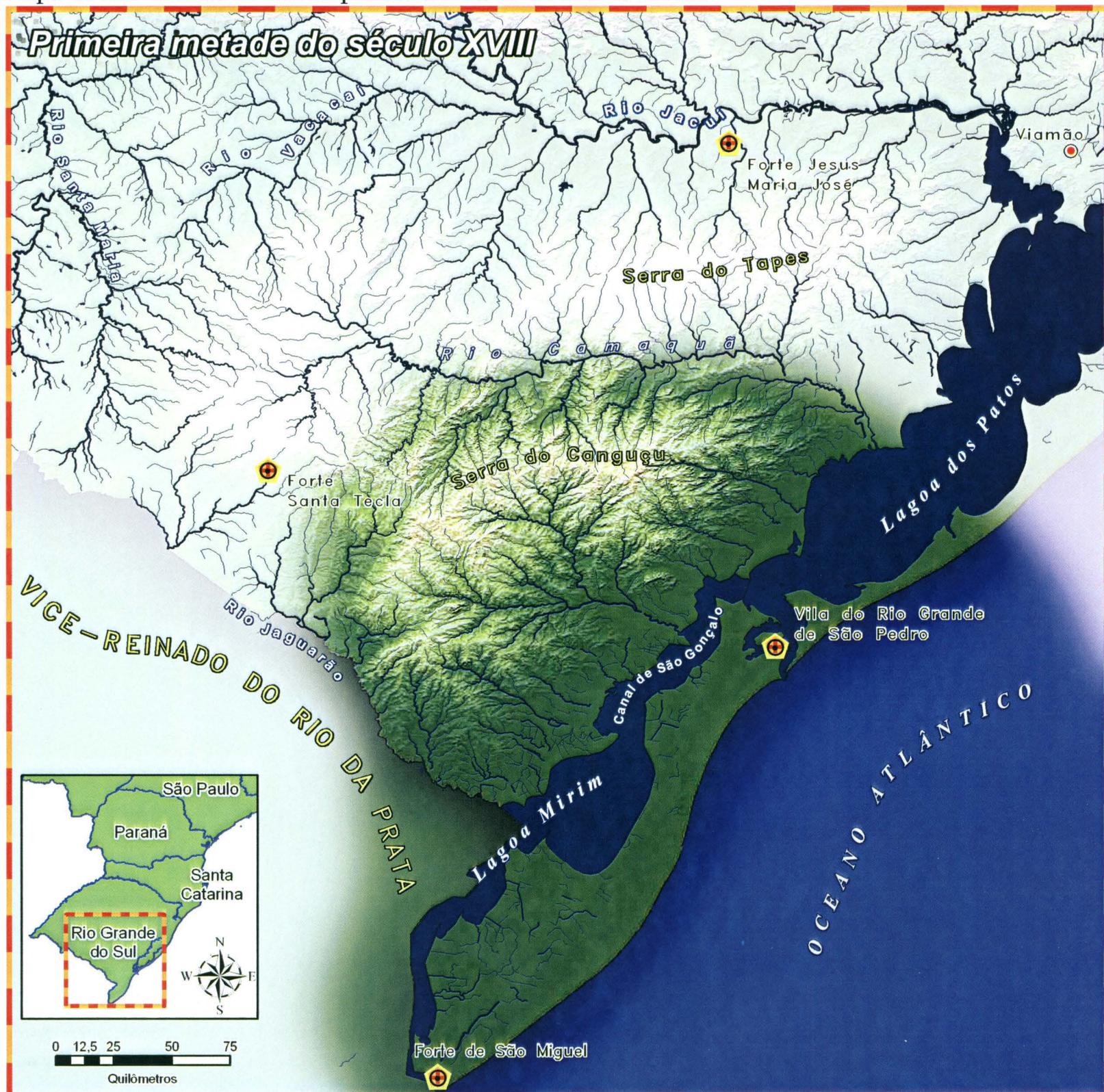
Luiz Antônio de Assis Brasil  
Um quarto de légua em quadro, 1978, p. 57 e 59

Regina Alonso



Praia do Cassino, Rio Grande, RS, 2004

## Mapa do Rio Grande do Sul na primeira metade do Século XVIII



Fontes: Base cartográfica integrada digital do Brasil ao milionésimo: versão 1.0 para ArcGis Desktop/ArcView. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 CD-ROM; Miranda, E. E. de (Coord.). Brasil em relevo. Campinas: EMBRAPA Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <.embrapa.br/index.htm>. Acesso em: abr. 2006.

Mapa do Rio Grande do Sul na segunda metade do Século XVIII







## Região e Romance - Campanha nos Séculos XIX e XX

“E assim Ana Terra viu ir ficando para trás a estância do pai.

[...]E assim cortaram campos, atravessaram banhados, passaram rios a vau. E vieram chuvas e tempestades. Aquela viagem parecia não ter mais fim. Uma tarde avistaram a serra. Três dias depois a subida começou. [...]

Uma tarde avistaram um rio.

– O Jacuí.

[...] Três dias depois chegavam ao alto duma coxilha verde onde se erguiam uns cinco ranchos de taipa cobertos de santa-fé.

[...] Aquele grupamento de ranchos ficava à beira duma estrada antiga, por onde em outros tempos passavam os índios missioneiros que os jesuítas mandavam buscar erva-mate em Botucaraí.

[...] Ana Terra começou a ouvir falar no Cel. Ricardo Amaral, dono dos campos em derredor, senhor de dezenas de léguas de sesmaria e muitos milhares de cabeças de gado, além duma charqueada e de vastas lavouras.

Erico Verissimo  
O continente, 2001, v.1, p. 130, 132-133  
O tempo e o vento

“[...] Lucas olhou um por um os homens presentes [...]. Bebeu um gole fundo na guampa. ‘O Almeida, o João Manoel e eu estudamos demoradamente a situação, avaliamos ponto a ponto todos os acontecimentos. Achamos que chegou o momento da separação’. Nenhum se mexeu. ‘Não podemos continuar combatendo contra a mesma bandeira que carregamos. O abismo entre a Corte e nossos desejos é cada vez maior, precisamos dar um passo decisivo. E esse passo é a proclamação da República. E o momento é agora.’ [...] Netto soprou a cinza do palheiro. ‘Todos os senhores são republicanos. Suponho que todos concordam com isso.’ [...] ‘O líder do nosso movimento é o coronel Bento Gonçalves’, continuou Netto. ‘Todos sabemos que o coronel não é republicano e nunca vai ser republicano. Os senhores pensaram nisso?’ [...] ‘Separar...’, murmurou Netto. ‘Isso é sério.’ Seguiu-se demorado silêncio. ‘Depois que se libertar a primeira Província, as outras seguirão o exemplo’, insistiu Lucas. ‘Formaremos uma grande Federação de Repúblicas Independentes. É a única maneira de trazermos o progresso para nossa terra.’”

Tabajara Ruas  
Os varões assinalados, 2003, p. 138-139

“No orgulho cego dos treze anos investíamos-nos em senhores do rio, com um domínio tão perfeito dessa ilusão que ela se adequava à nossa mente como uma pele, e éramos senhores do rio Uruguai quando remontávamos suas águas fundas, sirgando uma canoa num bando de cinco ou oito para uma pescaria no Imbaá Chico, debaixo do céu mais miraculosamente azul do planeta, sólido como a abóbada de uma basílica.

O rio era dos pescadores, das lavadeiras, dos barraqueiros, dos changadores, dos práticos da Capitania dos Portos, mas, principalmente, era dos contrabandistas. Eu sei: meu tio Juvêncio Gutierrez era contrabandista.”

Tabajara Ruas  
Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez, 1997, p. 8-9

“Fiquei parado sobre os trilhos, pisando-os com meus tênis brancos, tentando sentir alguma vibração (algum aviso) que me anunciasse, em algum lugar, do outro lado da ponte e do rio, dentro de um trem carregado de gado, meu tio Juvêncio. De onde estava podia ver perfeitamente o contorno de Paso de los Libres na outra margem do rio. Via a igreja branca e o casario envolto pelo abraço das árvores. Virando um pouco o rosto, seguindo os trilhos, estava a ponte que unia as duas cidades. Era feita de concreto armado, maciça, imponente, orgulho da região, inaugurada em 1947 pelos generais Dutra, Perón e a lendária Evita, numa grande festa que durou uma semana.”

Tabajara Ruas  
Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez, p.17

“A crise adveio, quando as charqueadas iniciaram a falir, e perdura – cada vez mais devastadora – já faz três décadas. De modo que se em Pelotas - como em poucos lugares do País – havia dinheiro, cultura e refinamento, agora tudo se desfigura. Assim, derriba-se a cidade e transforma-se sua gente. E a descendência da aristocracia saladeiril, afeita ao uso de polainas, a falar francês e a comer em serviços de porcelana de Sèvres com talheres de ouro e prata, obriga-se a soffrear antigos hábitos [...].”

Hilda Simões Lopes  
A superfície das águas, 1997, p. 15

“Naquela época, o assunto era a inauguração de Brasília, eu tinha 15 anos e adorava ir a estância de tio Olegário, próxima a Pelotas. Lá – uma antiga charqueada – os campos eram de tal modo planos que, neles a gente mais parecia estar num enorme tabuleiro, revestido em grama, que só findava nas bordas, onde se divisava um debrum

verde-azulado, formado pela silhueta de matos longínquos. A maioria das pessoas que chegava, fazia elogios à casa e, com discrição, fugia de elogiar a paisagem.[...] ‘é lindo, mas como é triste, dá nostalgia’. Quanto a mim, a planura do pampa gaúcho, em lugar de entristecer, abençoava.”

Hilda Simões Lopes  
A superfície das águas, 1997, p. 41-42

“[...] ‘Quando soube que estavas preso em Entre Rios, resolvi ir ao Rio Grande do Sul.’ Rossetti se transforma. ‘Resolvi ir ao Rio Grande’, repete, pronuncia Rio Grande enchendo a boca, saboreando a palavra como uma laranja suculenta. ‘Eles esperam por nós, Giuseppe! Eles contam conosco! Eles são loucos, Giuseppe! Eles têm uma república! Uma república louca, uma república maravilhosa, uma coisa romana, com imperadores, centuriões, escravos, senadores. Eu os vi! São loucos, são santos, são ingênuos, são cruéis! Tu vais amá-los, Giuseppe! E eles precisam de nós! Precisam de navios, de idéias, de gente que escreva, que pense, que discuta! Têm um grupo de oficiais republicanos brilhante, avançado! Eles estão em luta silenciosa com os fazendeiros, precisam de nós, Giuseppe!’

Partiram três dias depois, a cavalo, para a nova aventura (...). Entraram em território gaúcho num entardecer do princípio do outono. Era o fim de um dia de céu azul e muito alto. Luigi Rossetti e Giuseppe Garibaldi pararam no alto de uma coxilha. Ficaram olhando a vastidão, sentindo o pulsar do sangue: ali estava o pampa (...). ‘Fomos os escolhidos, Luigi. Agora temos uma pátria.’ Garibaldi apontou os campos ondulados. ‘Esta é a juventude da Criação! Aqui está o alvorecer da humanidade.’”

Tabajara Ruas  
Os varões assinalados, 2003 p. 276

“João Guedes, um dos assíduos frequentadores do boliche do capitão, mudara-se da campanha havia três anos. Três anos de pobreza na cidade bastaram para o degredar. Ao morrer, não tinha vintém nos bolsos e fazia dois meses que saíra da cadeia, onde estivera preso por roubo de ovelha.

A história da sua desgraça se confunde com a da maioria dos que povoam a aldeia de Boa Ventura, uma cidadezinha distante, triste e precocemente envelhecida, situada nos confins da fronteira do Brasil com o Uruguai.

Essa história começou numa manhã, no tempo em que João Guedes ainda era morador da campanha.

[...]

Depois de estarem todos reunidos durante alguns momentos, Maria José mandou o filho manguear as vacas mansas, enquanto ela tomava uns mates com o marido.

[...]

Nisso Tita falou:

– Lá apontou um.

Atenderam todos na direção que o dedo da menina mostrara. Guedes se levantou. E depois de observação demorada, declarou não conhecer o que vinha vindo e acrescentou ainda que lhe parecia não ser gente de por ali.

[...]

Só depois que o homem chegou na frente da casa foi que ele viu que se tratava do seu Júlio Bica [...], dos fazendeiros mais fortes do município e homem muito falado. Vinha se expandindo assombrosamente nos últimos tempos, a ponto de dobrar a extensão de campo em pouco mais de dois anos.

[...] Finalmente, entesando o peito no conforto do casaco de couro e com um ar de broma de quem quer usar de franqueza sem constranger, o fazendeiro tocou em cheio no assunto.

– Então, já sabe que lhe botei pra fora daqui?

Guedes aturdiu-se com a nova, ficando a bolapé na conversa. De tantos anos que morava ali, quase se esquecera que aquele pedacinho de campo não lhe pertencia, que ele não passava dum simples arrendatário, por isso, custou a vir à tona, e quando veio, foi para dizer:

– Puxa, que sogaço!

[...]

Seu Júlio, de pernas cruzadas, batendo de leve a soiteira do rebenque no cano justo e luzidio da bota com um cenho de entono mal disfarçado, relanceava em torno um olhar de dono, premeditando o que iria fazer daquele rancho. Desmanchá-lo, claro, antes que algum aproveitador se lembrasse de lhe pedir morada. Aliás, em qualquer circunstância, não cederia o lugar a ninguém, para isso dispunha dum argumento poderoso, que todos respeitavam na campanha, ricos e pobres; aquele campo seria incluído na inverno de boi! E inverno de boi se respeita, porque esse bicho é delicado, não engorda com barulho, com trânsito...”

Cyro Martins  
Porteira fechada, 2001, p. 20-23 e 25

“[...] ‘Vosmecê está lutando por que, coronel? Pela república? Pelos negros?’ Bento Gonçalves acendeu o palheiro. ‘Boa pergunta.’ ‘Eu sei por que luto.’ ‘Deixe eu adivinhar.’ ‘Luto por mim! Pela minha

estância, pelo meu gado!’ ‘Agora sim.’ ‘Começamos esta guerra juntos, contra o Braga e o Sebastião Barreto. Vosmecê não pode negar.’ ‘Eu não nego.’ ‘Eu luto contra pessoas, contra coisas. Sem querer ofender, coronel, eu não acredito nessa balela de lutar por uma causa ou não sei que desculpa.’ ‘Vosmecê não me ofende, Bento Manuel.’ ‘Não, não ofendo vossa excelência. Então?’ ‘Lembra de Tacuarembó?’ ‘Levei muita paulada na cabeça, minha memória tá ruim.’ ‘Tinha um índio com uma lança. E eu no chão, sem nada para me defender.’ ‘Eu me alembro de Sarandi. Tinha um castelhano com uma lança.’ ‘Eu não faria uma bobagem dessas, Bento Manuel. Foi o Osório.’ Bento Manuel olhou para as árvores que pareciam flutuar no meio da cerração. ‘Aquele foi uma guerra boa...’ ‘Foi uma guerra injusta.’

‘Eram castelhanos.’ ‘Mas foi injusta.’ ‘E esta é uma guerra justa? Aquele pelo menos eu entendia. Fomos lá roubar as terras deles. E agora? Estamos lutando por quê? Me explique por que é justa agora!’ Bento Gonçalves apagou o palheiro no tronco úmido. ‘O imperador é um menino.’ ‘Vosmecê é monarquista, tocaio. Agora anda com esses anarquistas, lutando contra o imperador.’ ‘Eu também tenho minha estância, Bento Manuel. E meu gado, minha família. Mas um homem tem outras responsabilidades.’ ‘Mesmo que não entenda?’ ‘Entendimento não dá vergonha na cara pra ninguém.’ [...]”

Tabajara Ruas

Os varões assinalados, 2003, p. 115-116

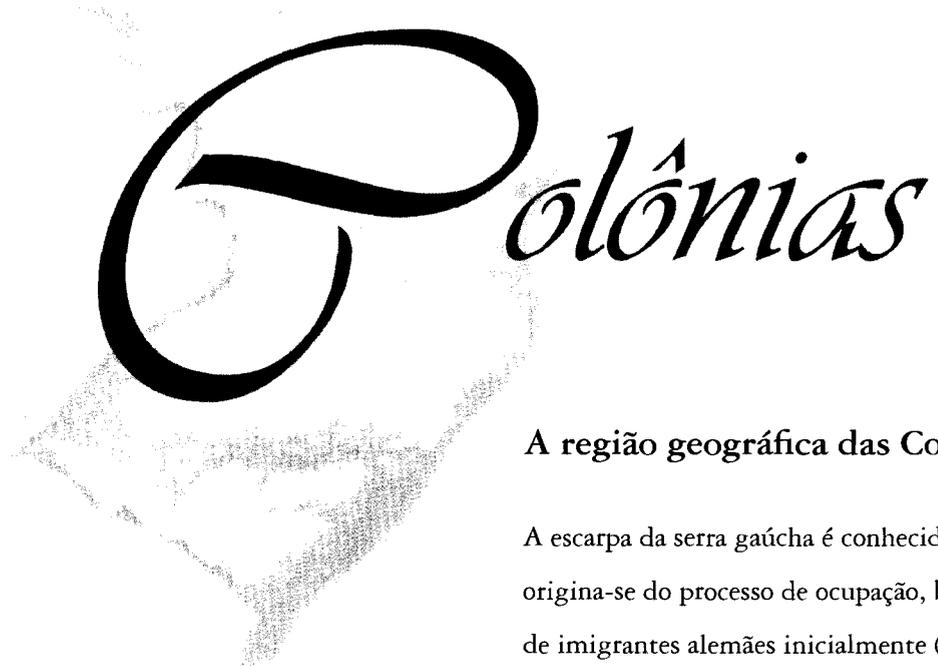
Leonid Streliaev



Sanga na Região da Campanha, 2003







# Colônias

## A região geográfica das Colônias

A escarpa da serra gaúcha é conhecida como a região das colônias. O nome origina-se do processo de ocupação, baseado no assentamento de famílias de imigrantes alemães inicialmente (embora a Alemanha não estivesse unificada naquele momento, 1824), e italianos, mais tarde. Como a vinda desses imigrantes fazia parte de um projeto de colonização levado a cabo pelo império brasileiro, eles são colonos e a região por eles ocupada é denominada região das colônias.

Waibel (1954, p.70), observa que “...na década de 1820 estabeleceram-se as primeiras colônias alemãs no sul do Brasil, tôdas em lugares onde os caminhos de tropa e de gado entravam na selva e dela saíam” (WAIBEL, 1949, p. 70). A maior preocupação do império brasileiro, naquele momento, era garantir a posse daquelas terras pela ocupação efetiva, pois que eram freqüentemente

invadidas por castelhanos, além da existência de índios, os ocupantes pioneiros do território.

## 2. Região das Colônias



Fonte: Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. v.2: Projeção policônica.

Os primeiros imigrantes foram assentados em terras da antiga feitoria do Linho Cânhamo, hoje cidade de São Leopoldo, no vale do rio dos Sinos. Seguiram-se outras levas até que o governo alemão proibiu “a propaganda em favor da emigração para o Brasil” (WAIBEL, 1954, p. 73), em 1850, o que determinou o refluxo de imigrantes alemães nas décadas de 1860 e de 1870, e fez com que o império brasileiro passasse a dar preferência aos italianos. Eles chegaram a partir de 1875, e foram assentados em Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi, colônias que haviam sido criadas entre 1870 e 1871, junto a afluentes do alto curso do rio Taquari (WAIBEL, 1954, p. 73).

A partir de São Leopoldo, as colônias alemãs estabeleceram-se nas escarpas da serra, em áreas de cobertura florestal, ao

longo do curso do rio do Sinos – Sapiranga, Novo Hamburgo e Campo Bom – e do rio Caí – Morro Reuter e Dois Irmãos. Esta escolha, segundo Waibel, está associada à fertilidade das terras, muito maior nas áreas de cobertura florestal da encosta da serra, do que nas de vegetação menos densa – as áreas de ocorrência de mata e campos dos divisores de águas.

As colônias italianas, por sua vez, estabeleceram-se em áreas de matas, nos divisores de águas do rio Caí e do rio Taquari.

Alguns elementos devem ser destacados na constituição de particularidades na paisagem dessa região: a estrutura de propriedade da terra, a sua ocupação produtiva, o desenvolvimento de atividades artesanais que permitiram o surgimento de indústrias e a arquitetura das construções.

Quanto à estrutura das propriedades rurais, os imigrantes foram assentados em **linhas**, que se caracterizavam pelo estabelecimento de unidades fundiárias ao longo de uma linha de fundo de **vale**. Cada propriedade tinha uma frente estreita (de aproximadamente 220m), e estendia-se até o início da encosta, podendo avançar ao longo desta (a profundidade atingia até 3,5 km). Em geral, a habitação estava na frente da propriedade. O sistema agrícola dispunha as culturas intensivas na área mais próxima da casa, enquanto as culturas extensivas ocupavam as áreas mais distantes (VALVERDE, 1954, p. 135).

A denominação linha permanece até hoje na região, ainda que a maioria delas não tenha mais o mesmo tipo de ocupação. Entre outros fatores, a intensa repartição das propriedades por herança tornou antieconômica a continuidade da produção agrícola. O que, por sua vez, “empurrou” os descendentes dos primeiros colonos, e novos colonos que foram sendo trazidos, para a

ocupação de terras no planalto noroeste do Rio Grande do Sul, de tal forma que esta região de ocupação mais recente no estado, caracteriza-se pela mescla - teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros.

Parte dos descendentes de imigrantes, que migraram em busca de terras disponíveis em outras áreas, foram instalar-se no território de Santa Catarina e sul do Paraná.

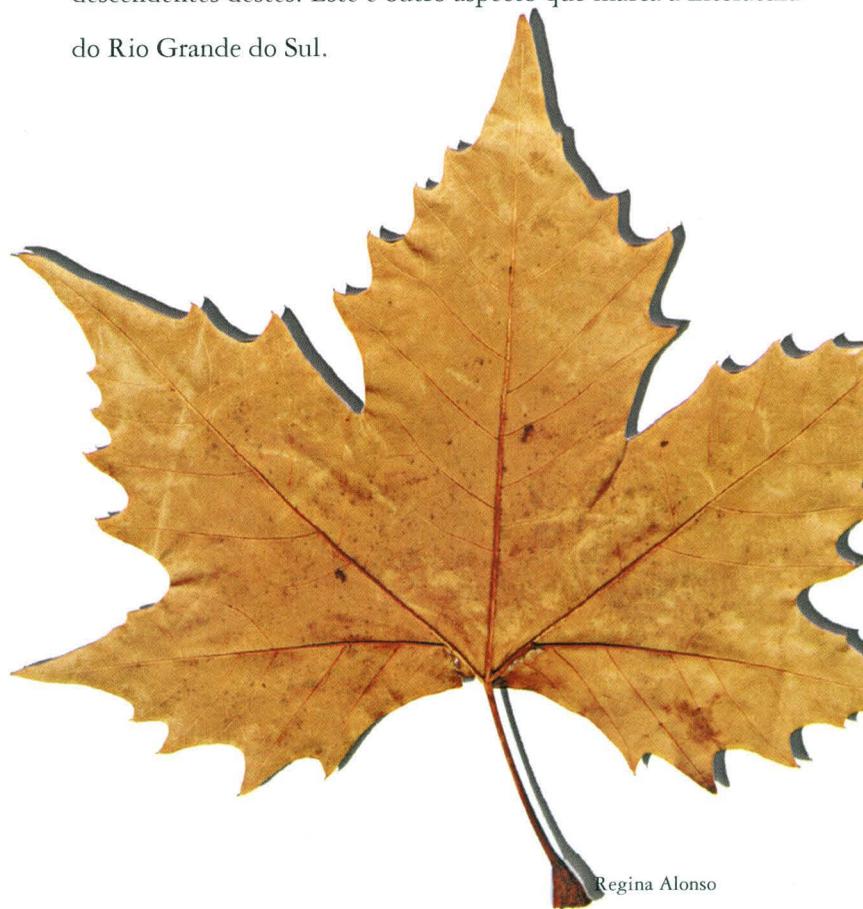
Também é importante destacar o relativo isolamento em que permaneceram, durante algum tempo, os primeiros imigrantes alemães que se estabeleceram na serra gaúcha. Como se tratava de uma área de difícil acesso, ainda não incorporada à dinâmica produtiva da região e com ocorrência de ataques indígenas, a falta de assistência do império brasileiro teve impactos prolongados sobre os imigrantes. Eles permaneceram falando e ensinando o alemão a seus filhos. Eram os imigrantes que construíam suas escolas e providenciavam professores. Poucas localidades recebiam assistência religiosa, e a presença do estado brasileiro só se fazia sentir nos períodos de conflitos armados, em que os alemães eram convocados a lutar (mesmo que não dispusessem de equipamentos e sequer falassem o português), e para a cobrança de impostos. Estes fatos terão importantes reflexos na evolução dos processos sociais da região, desembocando em conflitos dos quais o mais conhecido veio a ser a “**revolta dos muckers**”. Este evento é abordado em um dos romances de Luiz Antônio de Assis Brasil, como veremos mais adiante.

Quanto às culturas, além de alguns produtos tradicionais como feijão, milho e mandioca, os imigrantes cultivavam frutas para a produção de compotas e geléias, além de produzirem seu próprio vinho e carne de porco defumada.

As habitações são outro elemento de destaque na paisagem da região das Colônias. Construções em **enxaimel**, no caso alemão, e associação de pedra e madeira, no caso italiano.

O desenvolvimento de indústrias frigoríficas, vinícolas, de alimentos defumados e embutidos, bem como da indústria de móveis e calçados, está associado aos costumes alimentares da população que aí se estabeleceu, à grande disponibilidade de matéria-prima em área próxima (couro do gado criado na Campanha), e, também, ao fato de que boa parte dos imigrantes era de artesãos.

Tanto imigrantes alemães quanto italianos sofreram as conseqüências do posicionamento do Brasil junto aos aliados, durante a Segunda Guerra Mundial. Muitos tiveram suas casas incendiadas, perderam suas propriedades, foram presos ou atacados, pelo simples fato de serem alemães ou italianos, ou descendentes destes. Este é outro aspecto que marca a Literatura do Rio Grande do Sul.



## As Colônias na Literatura

Os textos literários estão repletos de elementos que abordam não apenas a ocupação desta área, mas também o declínio das pequenas propriedades rurais e a perda de perspectiva por parte de novas gerações.

Destacam-se os trabalhos de Josué Guimarães – *A Ferro e Fogo* (trilogia incompleta que aborda a chegada e o estabelecimento dos primeiros imigrantes alemães) – José Clemente Pozenato – *A Cocanha e O Quatrilho* (trilogia em andamento sobre a chegada, o estabelecimento e a consolidação dos imigrantes italianos) – e Charles Kiefer, que aborda em várias obras a decadência da região de colonização alemã, particularmente na década de 1970.

A obra de Josué Guimarães aborda de forma contundente os conflitos em que se viram envolvidos os primeiros imigrantes alemães que chegaram ao Rio Grande do Sul. A demora no cumprimento dos compromissos assumidos pelo império brasileiro – que gerou sérios atritos entre os imigrantes, inclusive com o registro de distúrbios e assassinatos – a obrigação de lutarem na **Guerra Cisplatina**, antes mesmo que soubessem falar português, a impossibilidade de cultivarem produtos aos quais estavam habituados, como o trigo, por exemplo, e a conseqüente necessidade de se adaptarem a uma nova dieta alimentar, todos estes elementos estão presentes na trama de *A ferro e fogo*, num tributo aos sofrimentos e às realizações dos colonos alemães que se estabeleceram no sul do Brasil.

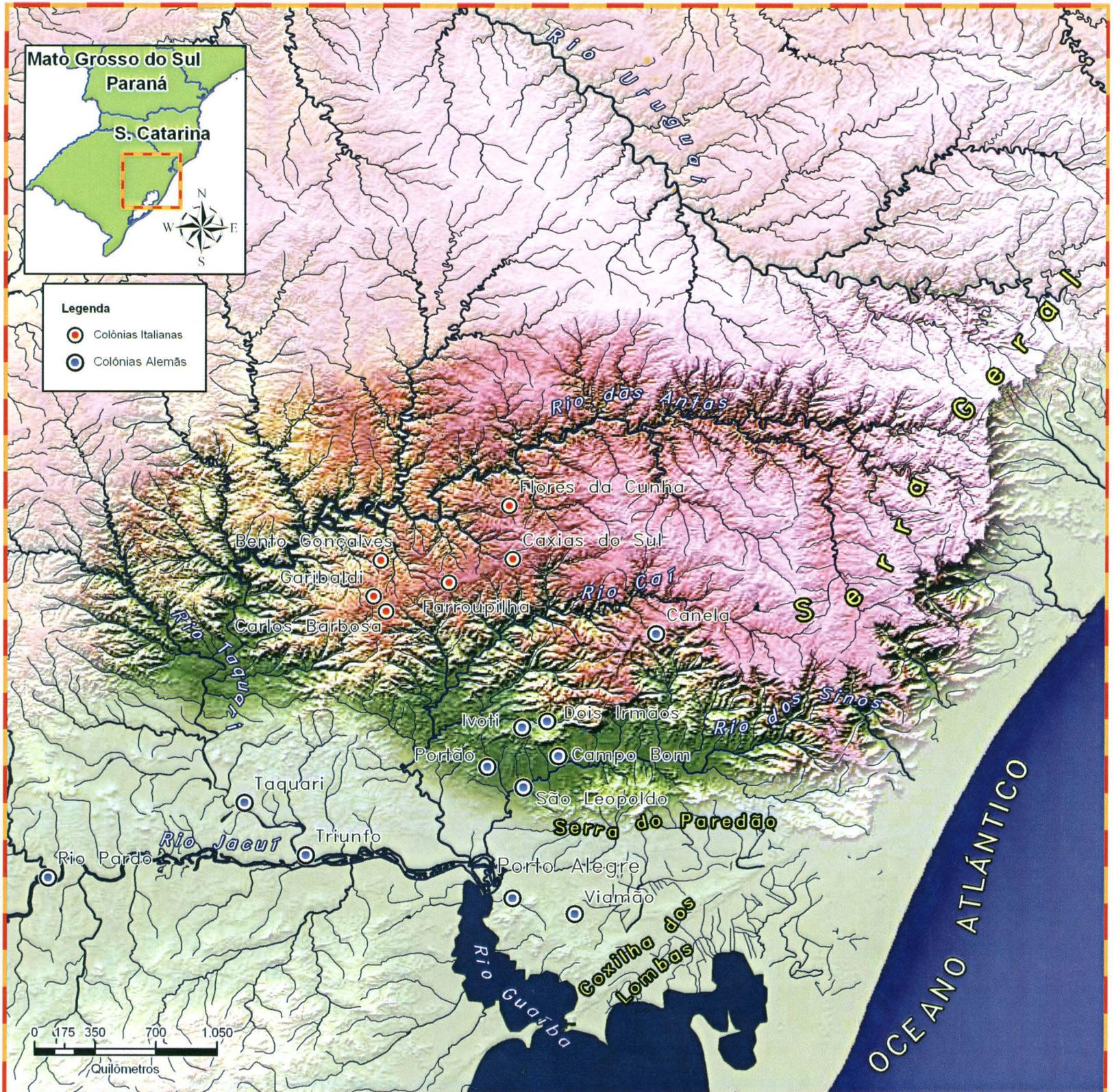
A obra de José Clemente Pozenato, por sua vez, enfoca a imigração italiana no Rio Grande do Sul. O primeiro livro da trilogia em andamento, intitulado *A cocanha*, aborda a angústia daqueles que decidiram deixar sua terra natal, os sofrimentos da travessia do Atlântico, as dificuldades da chegada ao Brasil e

as realizações e frustrações após o estabelecimento. No segundo livro, *O quatrilho*, Pozenato desenvolve a temática da mudança de perspectiva de um filho de italianos, que enfrenta o problema da exigüidade das terras que vão cabendo a cada herdeiro dos primeiros ocupantes, e acaba por imprimir um novo rumo à sua vida. É importante destacar nesta obra a transformação por que passou a região das Colônias. Originalmente uma região de produção agrícola formada por pequenas propriedades, tornou-se a região mais industrializada e dinâmica do Rio Grande do Sul. O entendimento deste importante processo na organização do espaço geográfico do Rio Grande do Sul é parcialmente visualizado nesta excelente obra. Parcialmente, porque a mudança da dinâmica de ocupação da região das Colônias está intrinsecamente ligada à dinâmica da evolução dos fatos na Campanha Gaúcha. Portanto, para entendê-lo, não se pode abdicar das obras literárias que abordam a Campanha gaúcha e todos os conflitos que envolveram a demarcação da fronteira sul brasileira.

Embora pouco conhecido da grande maioria dos brasileiros, um conflito de proporções não desprezíveis marcou a região das Colônias no Rio Grande do Sul. Trata-se da revolta dos “muckers”, que em alemão significa fanáticos, beatos, santarrões (BARBOSA, 1984, p. 12). Este episódio, que envolveu descendentes de alemães estabelecidos na área onde hoje está o município gaúcho de Sapiranga e arredores, é retratado na ficção de Luiz Antônio de Assis Brasil, *Videiras de Cristal*. A importância desta obra está diretamente vinculada à compreensão dos processos que envolveram o assentamento dos primeiros imigrantes no Rio Grande do Sul.

Percebe-se, assim, que a região das Colônias apresenta conflitos e características que marcaram a ocupação da serra gaúcha, bem como a dinâmica da evolução dos processos territoriais do Rio Grande do Sul. Também é de se notar que a literatura sul-riograndense é profícua, ao retratar todos estes fatos.

## Mapa da região das Colônias no Século XIX



## Região e Romance

“[...] Ele, Ângelo teria que fazer a frente. Quisesse o outro ou não quisesse, ia fazer o que tinha pensado. O problema agora era resolver o que fazer com o milho, podia talvez moer todo ele. Talvez fosse mais fácil vender a farinha, e com mais lucro. Teria que subir a Caxias, para ver isso. E se ele mesmo vendesse o milho, direto, sem passar pela mão do Stchopa? O problema era o transporte. Não havia uma carreta em San Giusepe. Mas podia alugar uma em Caxias, se não cobrassem os olhos da cara. E se ele, Ângelo Gardone, comprasse uma? A idéia deixou-o excitado, podia pegar um pouco mais de dinheiro e comprar a carreta. E depois, pensou sentindo o coração bater com mais força, poderia transportar o milho de todos os colonos. [...]”

José Clemente Pozenato  
O quatrilha, 1997, p.132

“[...] Terras boas, de dar espigas de milho de dois palmos. Mas tudo mato, como ali em Santa Corona, mais de vinte anos atrás. Santa Corona estava agora um bonito lugar para se viver, perto estava a vila de Vicenza, com todos os recursos. E agora ia ter uma estação do trem de Caxias, ele mesmo tinha ido um dia olhar a colocação dos trilhos. Era uma pena deixar tudo isso e ir outra vez para o meio do mato, sem casa, sem estradas. Ele não tinha saudades de quando era criança, da fome e do frio que tinha passado. E isso que o pai já havia feito o pior: derrubar o mato, rachar pinheiros com machado e cunha, fazer a primeira casinha.”

José Clemente Pozenato  
O quatrilha, 1997, p.63

“João Daniel Hillebrand, médico de bordo que um dia chegara ao Brasil recomendado à Imperatriz Leopoldina, enche-se de brios com a Guerra Cisplatina, os castelhanos invadindo território brasileiro, agora também terras de seus patrícios que continuavam a chegar regularmente, redige um memorial endereçado ao Brigadeiro Salvador José Maciel, colocando os alemães a serviço da causa nacional. Trinta e sete colonos marchariam como voluntários para os campos de batalha. O presidente achou pouco. Finalmente havia cinquenta deles, treze dos quais no laço, arrancadas das suas mãos as enxadas e colocadas no lugar delas velhas espingardas de carregar pela boca. Companhia de Voluntários Alemães. João Carlos Mayer entre eles, já que haviam descoberto que o seu fraco eram as armas. Trouxera muitas armas contrabandeadas na fronteira. Nos primeiros dias de treinamento, a coisa se complicou. Eles não entendiam as ordens dadas em português.

Meia-volta-volver, eles parados, vendo primeiro o que os outros faziam. Os pelos-duros rindo das trapalhadas. Recebiam ordens e não cumpriam. Como castigo, vinte chibatadas no lombo, na frente das tropas, Pedro Meng se enforcara nas traves de uma cancela, pela vergonha de apanhar na frente de seus companheiros alemães. [...]”

Josué Guimarães  
Tempo de solidão, 1972, p. 53  
A ferro e fogo

“O empório crescendo, cheio de homens, movimento contínuo da manhã à noite, mascates em lombo de burro comprando as coisas que vinham de Porto Alegre, linhas, fitas, botões, agulhas, pavios de candeeiro, palitos de fósforos, fazendinhas ralas, xaropes, musselinas, pimenta, sal, garrafas de schaps, toalhas – tudo lotando os dois sacos de couro, pendentes do lombo dos burros. Caixeiros-viajantes com seus largos chapéus de feltro, palas de franjas e botas retinindo longas esporas. Metiam-se picadas adentro, embrenhavam-se pelas linhas, vendiam de casa em casa as suas bugigangas úteis, tão ansiosamente esperadas e, quando voltavam, traziam encomendas e recados para Catarina, que fosse buscar lingüiça fresca, toucinho, torresmo, trigo, batata-inglesa.”

Josué Guimarães  
Tempo de solidão, 1972, p. 134  
A ferro e fogo

“– Sim, estou querendo abrir uma nova casa pelas alturas do Portão, a gente pode aproveitar algumas picadas melhores para aqueles lados, chegar mais longe, novas fontes de mercadoria. E sabe, é meio caminho para trazer coisas de Estância Velha, principalmente charque e couro, além de toda aquela beirada de serra onde as plantações aumentam e se cria muito porco.”

Josué Guimarães  
Tempo de solidão, 1972, p. 135  
A ferro e fogo

“[...] Mas o funcionário lhe devolveu o passaporte e disse:  
– Como quiser. Combine com seus amigos. Na sala ao lado vão lhe mostrar as linhas e travessões onde há lotes não ocupados. Veja lá com seus companheiros. Acertem com o guia para ir ver a terra e escolher a colônia.  
– Então era assim tudo muito simples, pensou sem acreditar no que estava ouvindo. Era chegar, dar o nome, e escolher o que mais

Luiz Chaves



Foto aérea do Rio das Antas, entre as cidades de Antônio Prado e Flores da Cunha, Serra Gaúcha, 2005

gostasse. Tão fácil que não parecia ser verdade. Devia ter ficado com cara de estúpido, porque o funcionário repetiu:

– Está pronto, pode ir para a sala ao lado.”

José Clemente Pozenato  
A cocanha, 2000, p. 111

“[...] Há trinta anos o pai tinha quarenta hectares. Os filhos casaram e dividiram a terra. Agora é impossível fazer isso. Sob pena de tornar inviável qualquer tipo de cultura. Se ele e os irmãos tivessem mantido os respectivos dez hectares, poderiam reagrupá-los e produzir mais. Aos poucos, iriam comprando pequenos lotes dos vizinhos, até formarem um grande latifúndio, como o da família Schiavini. Mas quê. Cada um – menos ele – vendeu o seu pedaço e se bandeou para a cidade, atrás de luz elétrica, conforto, diversão. Hoje são empregados, pagam aluguel. Um é motorista de caminhão, outro é pedreiro e o mais novo sumiu.”

Charles Kiefer  
O pêndulo do relógio, 1999, p.11

“Ouve o tic-tac paciente do relógio. Conta. O ruído espanta o sono. E se encontrasse um guardado? O pai não falava que os padres das Missões, na fuga, enterraram tesouros naquela região? Muita ironia do destino se o tivessem feito na sua terra. Dizia-se que Herman encontrara um, recheado de moedas de ouro e pedras de grande valor. Invenção, mentira. Com certeza ele próprio espalhara a falsa notícia. É uma raposa, Alfredo não embarca nessa, ah não. A fortuna ele conseguiu emprestando dinheiro do banco, aplicando na compra de mais terras, fazendo inovações, aprendendo com os técnicos da Cooperativa. Enquanto uns se encolhiam, medrosos, foi à luta, cresceu, se expandiu. Acabou devorando os encolhidos.

Alfredo, veja o teu vizinho, derrubou todo o mato, está comprando as terras dos teus irmãos, já tem trator, ceifadeira, arado de disco, está enriquecendo, te lembra Alfredo – parece ouvir Alzira zunir outra vez nos seus ouvidos.”

Charles Kiefer  
O pêndulo do relógio, 1999, p. 31-32

“E assim a colônia apresenta duas faces: de um lado a face *boa*, isto é, a dos imigrantes que, aqui chegados há quase cinquenta anos, adquiriram fortuna e vieram morar em São Leopoldo. Desfrutaram de algumas vantagens do mundo civilizado e podem importar seus cristais da Boêmia, sem esquecer de ilustrar o espírito em viagens a Porto Alegre, distante quatro horas de barco. Enriqueceram no comércio, intermediando as mercadorias do interior. [...] Revela-se assim a outra face da colônia: a *má*, constituída por toda esta gente que se espalha nas duas margens do rio dos Sinos e forma pequenos núcleos de vida apagada: falam apenas alemão, vivem em seus pequenos lotes de terras e tudo o que ganham não conseguem juntar porque estão em débito com o comerciante, esse deus protetor e terrível. Raros são os que podem comprar um sapato, e a grande maioria não sabe ler nem escrever.”

Luiz Antônio de Assis Brasil  
Videiras de cristal, 2000, p. 47

“Os alemães católicos do Brasil, nascidos ou não aqui, não enfrentavam apenas a rudeza do meio físico, mas principalmente a proximidade, quase a convivência diária com os luteranos. A situação era tão delicada que às vezes ocorriam casamentos mistos, o marido católico e a mulher protestante – uma situação deplorável, onde era necessário agir com firmeza. ‘O pecado os aproxima’ – sentenciou, não sem alguma dramaticidade. Quando os jesuítas aqui chegaram há vinte anos, encontraram a colônia no mais completo abandono espiritual. Não havia padres e, para suprir esta falta, alguns colonos improvisavam-se de sacerdotes, dirigindo orações; houve até um caso alarmante: um colono vestia-se de paramentos e imitava os gestos do padre na missa, só faltando consagrar a hóstia. [...] Os padres *brasileiros* não eram aproveitáveis, e não só por desconhecem por completo o idioma alemão e por sua extrema condescendência, mas também por seus costumes: bêbados, indisciplinados e, em alguns casos, abertamente maçons e socialistas. Melhor mantê-los afastados.”

Luiz Antônio de Assis Brasil  
Videiras de cristal, 2000, p. 64

Luiz Chaves



Estrada de acesso ao distrito de  
Criúva em Caxias do Sul, 2005





# Vale do Itajaí

## A região geográfica do Vale do Itajaí

A região conhecida como Vale do Itajaí é composta pelas microrregiões de Itajaí, Blumenau, Rio do Sul e Ituporanga e se caracteriza por um povoamento em que teve papel preponderante a presença de imigrantes, em sua maioria alemães, mas também italianos e eslavos (figura 3).

### 3. Mesorregião do Vale do Itajaí



Fonte: Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. v.2: Projeção policônica.

Dois aspectos se destacam no processo de formação desta região. O quadro natural e a forma de assentamento dos imigrantes. Os colonos foram assentados num padrão semelhante àquele das colônias da serra gaúcha, em pequenas propriedades que se estendiam ao longo de linhas e onde a produção agrícola visava a manutenção do grupo familiar, que dividia as tarefas domésticas, da lavoura e da criação de animais (SEYFERTH, 1974, p.52). Não só porque havia artesãos entre os imigrantes, mas também pela inexistência de um mercado onde pudessem obter produtos necessários às atividades domésticas e da lavoura, muitos fabricavam seus próprios utensílios: velas, móveis, peças para montaria e carroças, etc. (RAUD, 1999). Este fato desempenhou importante papel na posterior industrialização da região, que constitui uma marca na caracterização do Vale do Itajaí.

A importância do quadro natural está ligada à conformação acidentada do terreno, com faixas estreitas de várzea – as encostas íngremes da Serra do Mar e da Serra Geral – e à presença de densa vegetação de Mata Atlântica. Os projetos de colonização, inicialmente promovidos pelo Império, visavam à criação de caminhos que permitissem o acesso ao planalto pelo

litoral, já que todo o movimento de tropas que se deslocavam para o sul, em demanda do gado da Campanha Gaúcha, dispunha apenas de caminhos pelo interior (SEYFERTH, 1974, p.31 e 38). A opção de uma outra rota, pelo litoral, necessitava da existência de povoações que garantissem pousada para as tropas em deslocamento. A configuração acidentada do terreno, assim como a presença da mata fechada, fizeram com que a área não fosse alvo do interesse dos luso-brasileiros. Isto permitiu e criou a necessidade do assentamento de imigrantes, mas também os manteve relativamente isolados do convívio com os demais habitantes. Como consequência, durante muito tempo, poucos alemães falavam, ou sequer entendiam o português, o que causou alguns conflitos por ocasião do ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra os países do Eixo.

Finalmente, cabe destacar a importância relativa da presença de imigrantes no posterior processo de industrialização da região, já que muitas das indústrias aí criadas estão associadas aos costumes destas populações. Seria o caso das indústrias Hering, por exemplo, criadas inicialmente para suprir uma necessidade dos imigrantes alemães, e seus descendentes, que usavam uma camiseta de malha por sob as roupas (RAUD, 1999, 95).

## O Vale do Itajaí na Literatura

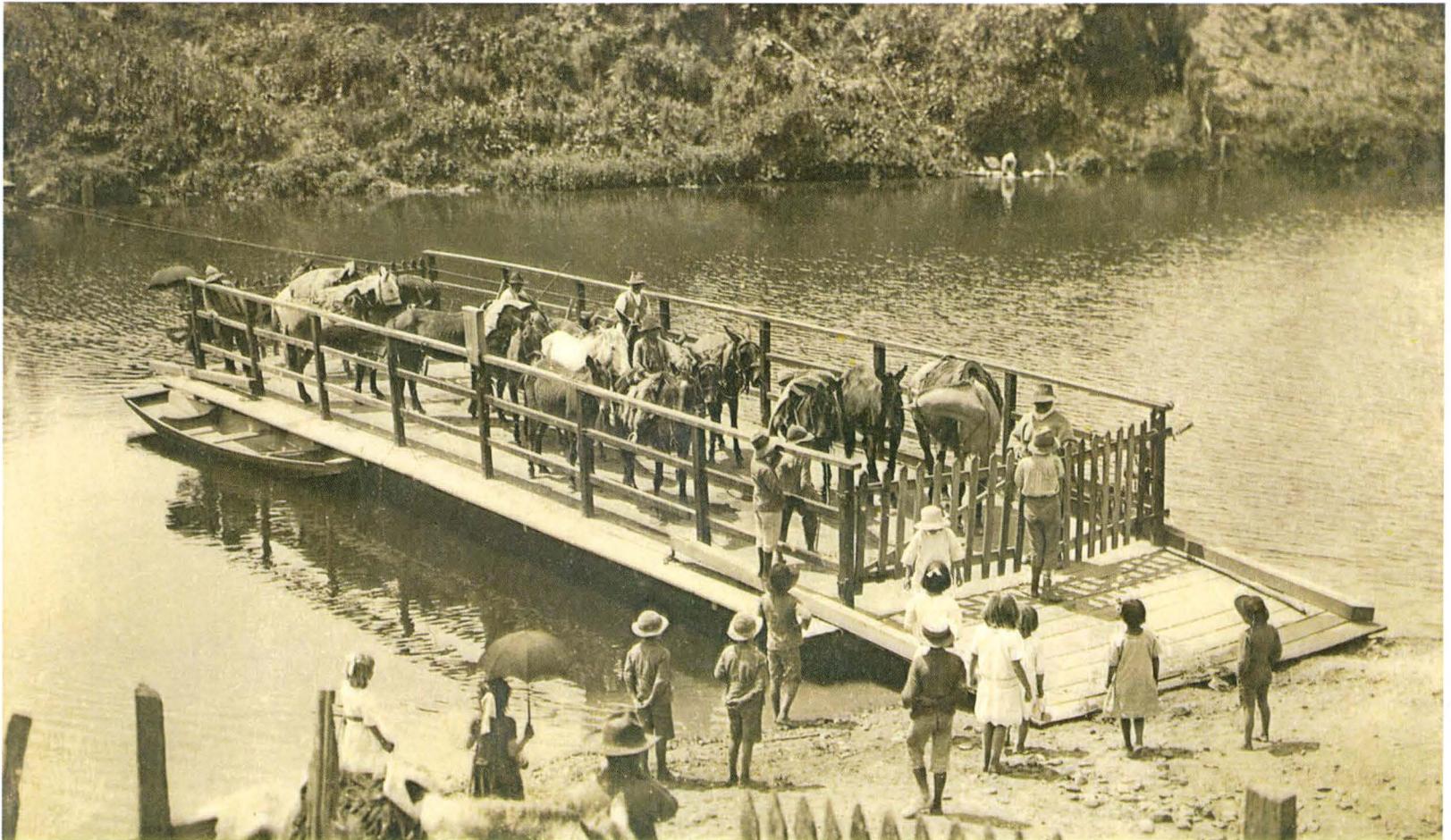
O território de Santa Catarina permaneceu durante muito tempo como área de passagem dos tropeiros que demandavam as terras mais ao sul, em busca do gado dos campos de Vacaria (hoje parte do Rio Grande do Sul). As povoações mais antigas eram aquelas que desempenhavam papel estratégico para a Coroa portuguesa, no controle de acesso à bacia do Prata – Laguna e Desterro (esta última, atualmente Florianópolis), ambas no litoral. Assim, a região do Vale do Itajaí não tem



Regata no Rio Itajaí-Açu. Foto de Itajaí com vista de Navegantes, 1927

ainda 200 anos de ocupação permanente. Por outro lado, como se viu antes, durante muito tempo os colonos alemães assentados na região viveram em comunidades homogêneas, quanto à nacionalidade, e sem contato com habitantes luso-brasileiros, o que retardou ainda mais a adoção da língua portuguesa por suas famílias e seus descendentes. Estes dois fatores combinados ajudam a entender a escassez de romances que retratem a chegada destes imigrantes e os dramas, conflitos e eventos que marcaram sua adaptação à nova pátria. Mas há dois títulos, da escritora Urda Alice Klueger, que ajudam a entender como foi este processo: *Verde Vale* e *No Tempo das Tangerinas*.

O primeiro romance acompanha uma família de alemães que chega ao Vale do Itajaí, nos primórdios da colonização, fugindo da fome e da concentração da propriedade da terra na Alemanha, retratando, com riqueza de detalhes, todo o processo de adaptação à nova pátria. Este processo se desenrola até o período da Segunda Guerra Mundial através de *No Tempo das Tangerinas*, onde os descendentes daquela primeira família, protagonista do romance anterior, retratam o processo de gradual transferência da população rural para as cidades, a comercialização de excedentes como fator importante na economia familiar, a perspectiva de aperfeiçoamento técnico por parte dos mais jovens e os conflitos que atingiram estas populações quando do ingresso do Brasil na Segunda Guerra.



Travessia de tropeiros em balsa no Rio Itajaí-Açu Blumenau, 1927

## Região e Romance - Vale do Itajaí

“Numa manhã de fevereiro de 1857, a família Sonne desembarcou no Brasil, na foz do rio Itajaí-Açu, mais precisamente na praia de Cabeçadas, com destino à Colônia de Blumenau.”

Urda Alice Klueger  
Verde vale, 2003, p. 20

“Por uma trilha que rodeava uma região de mangues, o grupo caminhou em direção à vila. Era uma trilha estreita, onde só passava uma pessoa de cada vez e onde era fácil cair ou escorregar. Mas Eileen não caiu e agüentou corajosamente a lenta e quente caminhada que acabou quando a trilha terminou junto às pequenas casas da vila do Itajaí.”

Urda Alice Klueger  
Verde vale, 2003, p. 23

“Caminharam junto com ele até a sombra de algumas gigantescas árvores à beira do rio, onde havia sido armada uma comprida mesa de tábuas. Além dos Sonne, outros sete imigrantes haviam chegado com o navio. Todos eles sentaram-se à sombra fresca das árvores e

comeram sopa de peixe engrossada com farinha de mandioca, uma farinha grosseira e estranha. Depois houve feijão com carne, uma sobremesa de goiabas, frutas inteiramente desconhecidas, mas que fizeram grande sucesso.”

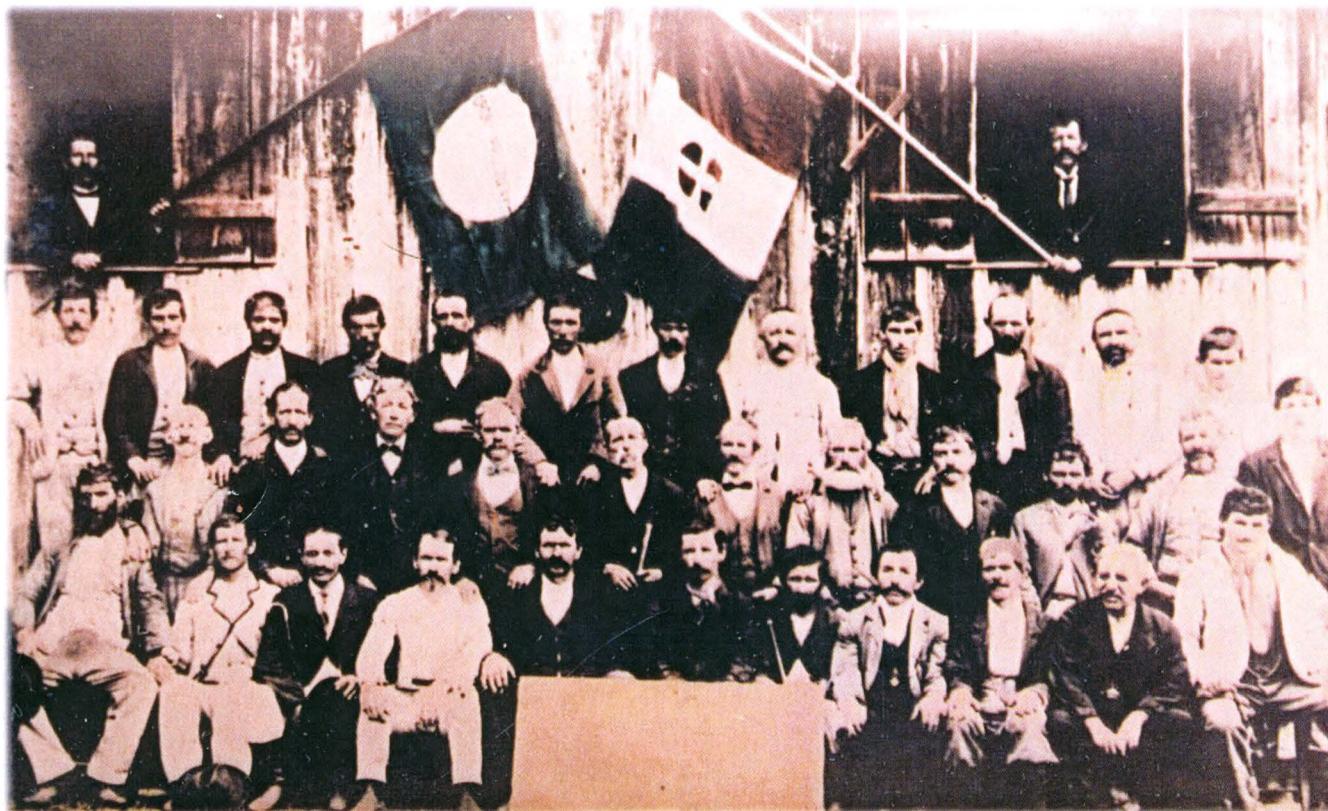
Urda Alice Klueger  
Verde vale, 2003, p. 23

“[...] Seriam acomodados num barracão que a Colônia conservava para esse fim ali na vila, onde descansariam por alguns dias para refazerem-se da longa viagem. Só então seguiriam para a Colônia, que distava dois ou três dias rio acima. Ali receberiam uma porção de terra e ajuda para começar a trabalhá-la.”

Urda Alice Klueger  
Verde vale, 2003, p. 23-24

“[...] Por pior que fosse aquela pequena vila escondida na beira do rio e quase sufocada pelos mistérios da floresta imensa, incomensurável, desconhecida, Eillen ainda a preferia mil vezes ao constante balanço do navio nas águas sem horizonte [...]”

Urda Alice Klueger  
Verde vale, 2003, p. 24



Colonos italianos em frente ao barracão dos imigrantes em Luiz Alves, 1886

“[...] O diretor da Colônia veio receber pessoalmente os imigrantes e ajudou-os no que foi possível até vê-los acomodados no grande barracão [...].

Era uma construção comprida, o teto de folhas de palmeiros, as paredes de ripas, dividida em diversos compartimentos e com uma cozinha comum”.

Urda Alice Klueger  
Verde vale, 2003, p. 28

“Os colonos receberiam cada qual um lote rural, de tamanho suficiente para poderem cultivar a terra e terem uma reserva de mato. Os artífices poderiam fixar-se em lotes urbanos, poderiam eles escolher entre fixar-se imediatamente em seus próprios lotes, ou permanecer por algum tempo na sede da Colônia, ajudando nos trabalhos de desmatamento e plantação. Para os que não tivessem recursos, a administração adiantava o dinheiro necessário para que se estabelecessem, o qual seria devolvido com baixos juros e num prazo a combinar.”

Urda Alice Klueger  
Verde vale, 2003, p. 29

“Durante três dias, Humberto peregrinou pelos arredores da vila nascente, verificando a qualidade da terra, a quantidade de água à disposição, a disponibilidade infinita de madeira. Visitou sítios florestantes, observou como se construía as cabanas cobertas de palmeiros, ouviu conselhos, solidificou planos que antes eram apenas bruma, arranjou caça para as refeições comuns que eram feitas nos barracões dos imigrantes.”

Urda Alice Klueger  
Verde vale, 2003, p. 30

“– Mädchen, por este preço não compraríamos sequer o menor dos pedaços de terra das margens do Reno. Eis-nos agora proprietários de todo um vale cheio de madeira”.

Urda Alice Klueger  
Verde vale, 2003, p. 31

“Mas a vida na Colônia não era só trabalho. A igreja fora construída e estava pronta – havia cultos em todas as manhãs de domingo, e nas suas melhores roupas, as pessoas iam chegando para o ofício: famílias a pé, famílias de carroça, homens a cavalo, gente que vinha de longe e amarrava suas canoas nas árvores que marginavam o ribeirão fronteiro à igreja; de todas as partes afluíam os colonos e a igreja

deixava de ter um caráter puramente espiritual para se tornar um ponto de encontro dos habitantes da pequena sociedade que tinha os pés firmados na terra brasileira e a alma amarrada às saudades da Alemanha.”

Urda Alice Klueger  
Verde vale, 2003, p. 75

“Outro ponto de encontro dos colonos era a Sociedade de Atiradores, a primeira associação recreativa surgida na região. O tiro-ao-alvo e o tiro-ao-pombo tornaram-se verdadeira paixões entre os membros ativos da sociedade.”

Urda Alice Klueger  
Verde vale, 2003, p. 76

“A fundação da Kulturverein, a Sociedade de Cultura, foi algo muito importante na vida da Colônia. Criada com a finalidade de melhorar a economia rural teve grande aceitação por parte de todos [...]. Além do lado prático, a Kulturverein trouxe aos imigrantes uma nova oportunidade de se encontrarem, de conversarem, de fazerem novas amizades, e havia sempre maior afluência de colonos a cada reunião.”

Urda Alice Klueger  
Verde vale, 2003, p. 80

“[...] Dieter, porém, morava na casa dos Sonne. Era um rapaz de vinte anos e já estava com a família há mais de cinco. Ele provinha de uma família numerosa da região de Ibirama. As terras do pai dele não eram suficientes para todos os filhos trabalharem. Resolvera empregar-se quando tinha apenas quatorze anos, para viver por si próprio. Poderia estar dormindo no sótão, no quarto do porão, onde também dormiam os carroceiros de Brusque, quando vinham buscar frutas para a fábrica de conservas [...]”.

Urda Alice Klueger  
No tempo das tangerinas, 2003, p. 10,11

“Os pequenos Wilhelm e Priscila estavam chegando com as cestas de palha cheias de garrafas vazias. Já haviam entregado o leite pela vizinhança que não tinha mais gado. Tinha muita gente, agora, que estava trabalhando na fábrica ou na cidade e que ia se desfazendo do gado. O pai fornecia o leite, a manteiga e o queijo de que precisavam [...]”.

Urda Alice Klueger  
No tempo das tangerinas, 2003, p. 11.

“Quando Anneliese, Priscila e Wilhelm vieram da cozinha, depois de terminadas as lições, o rádio estava transmitindo em português. Eles prestaram atenção: estavam aprendendo português na escola e gostavam de ficar ouvindo o rádio para se familiarizarem com os sons, já que em casa nunca se falava português, bem como em quase todos os lugares que freqüentavam. Guilherme, que deixara a escola naquele ano, também sabia um pouco, mas o pai e o avô só conheciam uma ou outra palavra. [...]”.

Urda Alice Klueger  
No tempo das tangerinas, 2003, p.15.

“O outono e o inverno de 1942 foram bons para os alemães do Vale do Itajaí. O frio veio, com seus tempos de chuva úmida e seus gloriosos dias de terra e céu azul, entregando os pés que calçavam os fiéis tamancos, aos quais os habitantes da terra haviam se acostumado há quase um século e as mãos que labutavam nas madrugadas, seja na ordenha das vacas, nas lidas da lavoura ou nos teares das fábricas. Mas nesse ano o frio veio não apenas como prenúncio do tempo de se usar cobertas de penas de pato, ganso ou galinha nas noites frias, nem apenas como o tempo de se ter sopa gorda à mesa todos os dias, nem como aquele tempo agradável no qual, nas noites de sábado, as famílias e os amigos se reúnem para comer pinhões cozidos, trazidos de longe, da Serra de Lages, como uma iguaria de inverno. O frio de 1942 era como um prenúncio de sempre maiores desgraças.”

Urda Alice Klueger  
No tempo das tangerinas, 2003, p. 119.

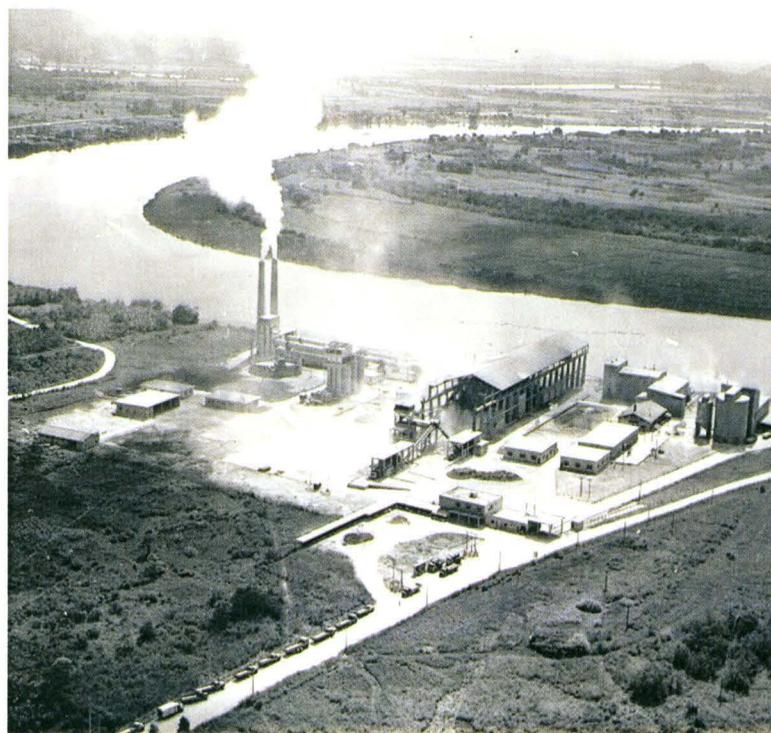
“Havia na comunidade, é claro, um Partido Nazista, que na realidade não passava de um grupo de idealistas obcecados pelo brilho dourado que provinha do grande Führer, e que, no ponto em que estava, pouco ou nada poderia modificar na vida do Brasil. Comparado à grande população, porém, esse Partido Nazista representava uma pequena minoria, não representando a realidade do povo.”

Urda Alice Klueger  
No tempo das tangerinas, 2003, p. 120.

“Por uns quinze ou vinte minutos, os quatro homens remexeram em tudo quanto havia na casa descendo e subindo escadas, abrindo e fechando portas, chegando a espiar sob os tapetes e na caixa de lenha.

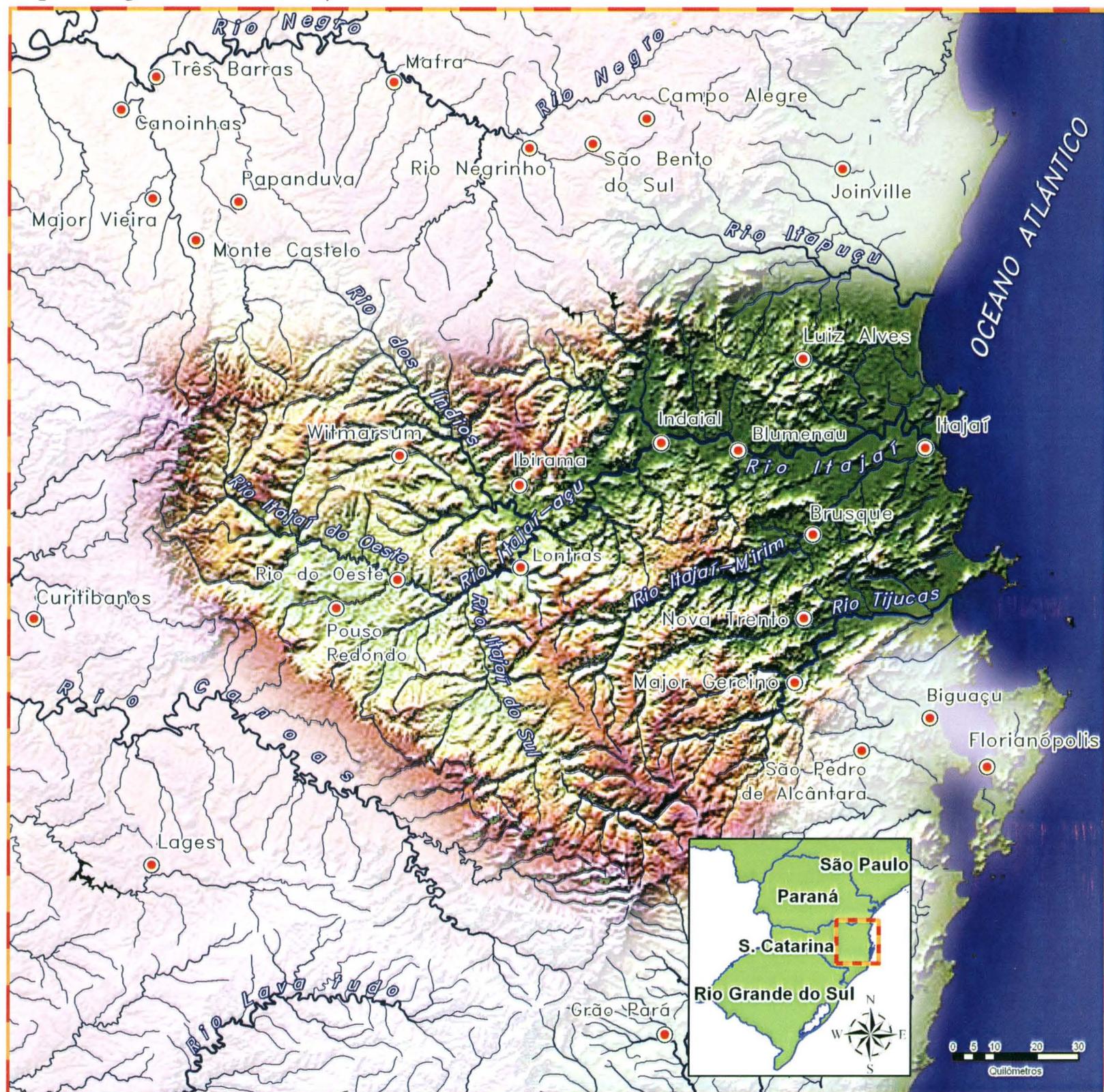
Só então deram com os panos na parede, e um frêmito de vitória os percorreu, enquanto arrancavam, com pregos e tudo, aquela ingênua ornamentação de quase todas as cozinhas da cidade. Retiraram, depois, as iluminuras da parede, quebram os vidros que as protegiam do pó, e lá fora, juntaram tudo num monte e atearam fogo, só indo embora depois que as chamas consumiram irremediavelmente a ‘propaganda nazista’.”

Urda Alice Klueger  
No tempo das tangerinas, 2003, p.121.



Vista do Rio Itajaí-Açu na altura da Fábrica de Cimento Portland, (s. d.)  
Bairro Salseiros, Itajaí

## Mapa da região do Vale do Itajaí no Século XX



Fontes: Base cartográfica integrada digital do Brasil ao milionésimo: versão 1.0 para ArcGis Desktop/ArcView. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 CD-ROM; Miranda, E. E. de (Coord.). Brasil em relevo. Campinas: EMBRAPA Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <. embrapa.br/index.htm>. Acesso em: abr. 2006.



Derrubada de uma peroba no sítio da família Vandrane, 1934  
Neste local atualmente se encontra o Jardim São Remo, Londrina  
José Juliani



# Norte do Paraná

## A região geográfica do Norte do Paraná

A região Norte do Paraná caracteriza-se essencialmente pelo rápido e recente processo de ocupação do território, (a partir dos anos 30 do Século XX), pela pluralidade étnica de seus pioneiros, pela ocorrência de manchas de **terra roxa** – fator de atração populacional – bem como pela colonização dirigida da região, realizada por companhias estrangeiras, especialmente de capital inglês.

Assim, fatores econômicos, sociais e ambientais desencadearam o processo de configuração da região, na medida em que a cafeicultura de São Paulo buscava novas áreas de expansão, que permitissem a redução dos custos de produção. O norte do Paraná dispunha de grandes extensões territoriais de floresta tropical nativa, terras que o Estado do Paraná – emancipado da província de São Paulo em 1853 – preocupava-se em assegurar a

posse e consolidar os limites com aquele estado vizinho através da efetiva ocupação.

Os férteis solos de terra roxa originalmente cobertos por densa floresta, foram progressivamente desmatados, transformados em campos de cultivo capazes de garantir a alta produtividade agrícola, sobretudo da economia cafeeira paulista que para lá se estendeu.

Através de contrato de concessão das atividades de exploração e colonização firmado com a Companhia de Terras Norte do Paraná, o estado paranaense viabilizou o projeto de ocupação da região. A referida companhia, de capital britânico, promoveu a vinda de colonos estrangeiros. Milhares de imigrantes da Europa e da Ásia confluíram para lá num curto intervalo de tempo, correspondente ao período dos anos 1930 aos 1960. Até 1948 haviam imigrado para o Paraná 57 000 poloneses, 22 000 ucranianos, 20 000 alemães, 15 000 japoneses, 14 000 italianos, seguidos por “franceses, austríacos, ingleses, russos, sírio-libaneses, suíços, holandeses, portugueses, espanhóis etc.”, em menores números (WACHOWICZ, 2001, p. 158).

Para o IBGE (1968), no norte do Paraná existem três mesorregiões: Norte Pioneiro, Norte Central e Noroeste Paranaense, também popularmente conhecidas, respectivamente, como Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo (DIVISÃO..., 1968).

Compreende o Norte Pioneiro ou Norte Velho a porção nordeste do terceiro planalto, onde situam-se as cidades de Cornélio Procópio e Wenceslau Braz. Esta área foi inicialmente ocupada em fins do século XIX, de forma espontânea, por mineiros e paulistas atraídos pela existência de terras livres e férteis (MORO, 1998).

O Norte Central ou Norte Novo constitui-se no foco da colonização dirigida por interesses e capitais públicos e privados. As cidades de Londrina e Maringá resultam dessa colonização que ocorreu a partir dos anos de 1930 e caracterizou-se pela reunião de diferentes povos e culturas, bem como pelas estruturas fundiária e produtiva, construídas em bases capitalistas modernas. Já o Noroeste Paranaense ou Norte Novíssimo, onde localizam-se as cidades de Paranaíba e Umuarama, expressa-se pela continuidade do processo de ocupação do Norte Central, num ritmo ainda mais acelerado (MORO, 1998).

#### 4. Mesorregiões do Norte do Paraná



Fonte: Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. v.2: Projeção policônica.

A região Norte do Paraná começou a se formar em fins do Século XIX e início do Século XX, com a ocupação dos solos de terra roxa do Terceiro Planalto, completando assim a conquista das diferentes **zonas fisiográficas** do relevo paranaense, em disposição leste-oeste: Faixa Litorânea, Primeiro, Segundo e Terceiro Planaltos.

A frente colonizadora prosseguiu em marcha acelerada para o oeste, estendendo ao Noroeste Paranaense o modelo de pequenas e médias propriedades estruturadas com base no emprego da mão-de-obra familiar (MORO, 1998).

Ao longo das décadas de 1930 a 1960, o Norte Central e o Noroeste Paranaense demonstraram extraordinária rapidez no processo de ocupação de seu território, crescimento demográfico e urbanização (MORO, 1998). Porém, a partir de 1960, a incorporação da modernização da agricultura no Norte do Paraná, compreendida entre outras coisas, pelo uso intensivo da mecanização nos processos produtivos, provocou o agravamento da concentração da terra, com o decorrente desemprego da mão-de-obra rural.

Durante os anos de 1970, a região conviveu com a estagnação da economia cafeeira, provocada por uma conjuntura de fatores mercadológicos e naturais: política de preços desestimulante para os produtores, e a frequência na ocorrência de geadas em anos muito próximos: 1967, 1969, 1972, 1975 (MORO, 1998). Esse quadro de crise foi acompanhado pela substituição da cultura do café pela pecuária extensiva e, posteriormente, pela rotação de culturas: soja-verão/trigo-inverno. A partir de 1975, o fomento ao PROÁLCOOL estimulou o plantio subsidiado de cana-de-açúcar (KOHLHEPP, 1991).

De acordo com dados do IBGE, em consequência direta das mudanças referentes à produção agrícola, seguiu-se um declínio da população rural da região. Por outro lado, a taxa de urbanização, apesar de muito acentuada entre 1970 e 1980, não representou a incorporação da totalidade dessa mesma população às áreas urbanas. Portanto, houve um decréscimo da população total. As maiores perdas populacionais se deram no Norte Velho de Jacarezinho, no Norte Novo de Apucarana e no Norte Novíssimo de Umuarama (GEOGRAFIA..., 1990).

Uma vez que a cafeicultura demandava o emprego intensivo de mão-de-obra e vinha sendo sucedida por culturas adaptáveis a altos níveis de mecanização, grandes contingentes de trabalhadores rurais foram dispensados pelas fazendas e forçados a migrar. Na ausência de áreas livres para atividades agropecuárias, dirigiram-se então para os centros urbanos regionais ou para as Regiões Centro-Oeste e Amazônica, expandindo as fronteiras agrícolas do País (KOHLHEPP, 1991).

Enfim, a Região Norte do Paraná é resultado de um processo socioespacial peculiar que se individualizou por seu rápido ritmo de ocupação e crescimento demográfico, devastação ambiental, pujança e decadência da economia cafeeira e ainda, pela perda populacional ocasionada pela mecanização agrícola.

### O Norte do Paraná na Literatura

Como observado anteriormente, a formação socioespacial da região Norte do Paraná se efetivou em tempos recentes, em ritmo bastante acelerado, ao longo do Século XX. Conseqüentemente, a sua produção literária encontra-se ainda hoje em processo de construção e amadurecimento, dispondo de um acervo de títulos reduzido em termos numéricos, porém de grande qualidade literária.

Considerando tais aspectos, o romance *Terra Vermelha* de Domingos Pellegrini sobre o Norte do Paraná tornou-se obra de referência para o desenvolvimento do presente estudo. No romance, Domingos Pellegrini relata a saga da formação regional do norte paranaense, concentrando-se mais detidamente no surgimento e transformação de Londrina, centro irradiador do processo de ocupação daquela região.

O autor desenvolve sua obra de ficção com base em fatos da história recente do país e da região e suas repercussões mútuas.

Apresenta os processos sociais, econômicos e políticos deflagrados pela ocupação do Norte do Paraná, a partir de aspectos da vida cotidiana de um casal de migrantes - José e Tiana - e as relações sociais e de amizade por eles estabelecidas ao longo de suas vidas desde sua chegada a Londrina na década de 1930.

O casal fez a travessia do rio Tibagi em 1935, na última viagem de balsa antes da chegada da ferrovia. Na ocasião, coincidentemente, José e Tiana conheceram o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, que lá se encontrava motivado por suas pesquisas.

A história dos protagonistas José e Tiana tem início em fins dos anos vinte, no interior de São Paulo. Os personagens se conhecem no corte de cana-de-açúcar, onde trabalham como contratados nas fazendas da usina de açúcar da cidade de Rafard. José é nascido em Rafard e descende de italianos, Tiana migrou com a família de Minas Gerais e vive na cidade vizinha de Capivari.

Tiana e José representam, portanto, os típicos migrantes brasileiros que, impelidos pelas precárias condições materiais de existência em sua terra de origem, realizam a migração e ocupação das terras desabitadas a oeste do rio Tibagi (Norte Central), participando da estruturação de uma sociedade singular em termos de Brasil.

No romance, a prosperidade material dos personagens acompanha o progresso da cidade de Londrina. José se firma profissionalmente como corretor de terras e Tiana funda a Hospedaria Pioneira, onde hospedam-se os recém-chegados de todas as partes do mundo, uma síntese da própria cidade e da região norte do Paraná. Lá, Tiana faz questão de prestigiar cada nação participante da construção de Londrina, afixando

bandeiras de mais de 30 países nas paredes do refeitório.

Tanto que, no período da Segunda Guerra Mundial, quando o delegado exige a retirada das bandeiras, Tiana prefere fechar o refeitório em respeito aos laços de amizade que mantém com as famílias japonesas, alemãs e italianas da região.

A formação de Londrina, a “pequena Londres”, se expressa no romance através da sucessão de quadros ambientais que indicam as transformações operadas no espaço, ao longo do desenvolvimento da cidade. Num primeiro momento, a visão da densa mata do lado esquerdo do rio Tibagi, depois, o rápido processo de derrubada da floresta e de propagação das lavouras de café; a expansão e enriquecimento de Londrina e a crise da economia cafeeira gerando o abandono da área rural e a favelização da cidade, associada ao agravamento de questões ambientais como enxurradas e fortes vendavais.

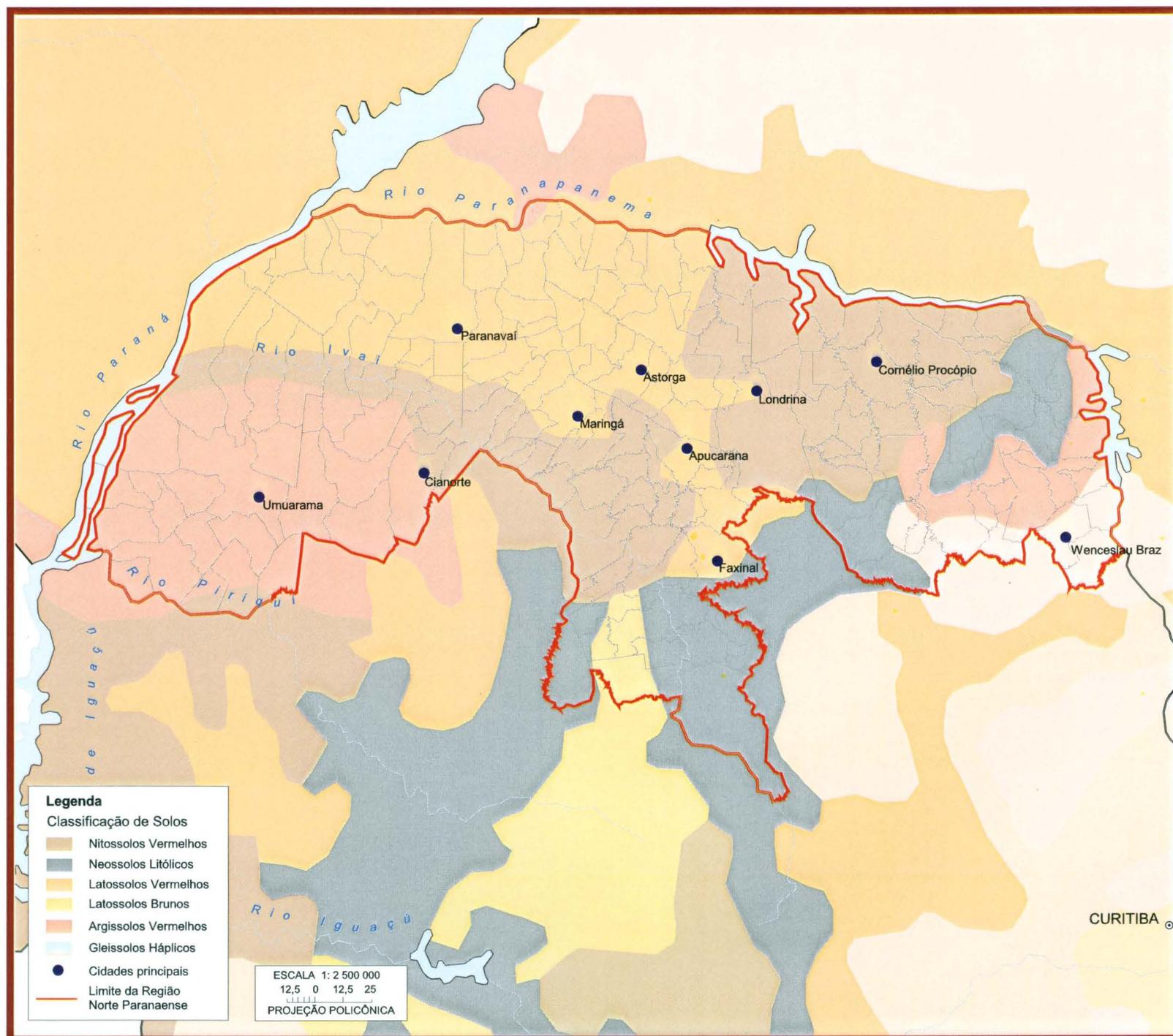
Enfim, o romance apresenta a criação e o desenvolvimento de um mundo que reuniu elementos singulares em sua constituição como o caráter multiétnico de sua população, a rapidez de sua conformação com base na monocultura comercial do café e, por fim, os problemas ambientais advindos da rápida urbanização e das transformações socioeconômicas em curso nas últimas décadas. Estes, também comuns a outros grandes centros urbanos do País.

## **Região e Romance - Norte de Paraná**

### **Terra Vermelha (Domingos Pellegrini)**

“Não era mesmo mais a terra esbranquiçada ou marrom-claro de São Paulo, era quase vermelha; o capim na beira do rio era mais alto que dois homens, e via cafeeiros que dariam meio saco cada um, mandiocas de arrobas, algodoais da altura de milharal e pés de milho com três espigas grandes” (PELLEGRINI, 2003, p. 91).

## Mapa da área de ocorrência de terra roxa no Norte do Paraná



“– Os ingleses não querem dinheiro já – tinha falado o ferreiro.  
– Querem é colonos para valorizar a terra. [...] – Praquelas bandas, não vai gente fidalga, só casco-duro, só fracassado na vida, aí lá se ajeitam” (PELLEGRINI, 2003, p. 92).

“(A mata) era mesmo mais alta que a do lado de lá, uma parede verde onde a estrada se enfiava estreita como uma fita vermelha no verde. [...] Só então entendeu também por que diziam sertão do Tibagi: dali até o rio Paraná eram trezentos quilômetros de mata, um deserto de gente, apesar de tanto bicho (PELLEGRINI, 2003, p. 96, 97).

“[...] o homem falou até gostaria que esta terra não fosse tão boa, para que não chegasse tanta gente. [...] Quando os colonos plantassem café, em vez de algodão como queriam os ingleses, ia chover gente ali – e decerto iam derrubar matas de cabeceiras e plantar café até na beira de rio; aquela terra ia ficar descoberta, ia ver a luz do sol pela primeira vez e depois todo dia, até ressecar. Na própria clareira, que a Companhia tinha aberto para botar no meio Londrina como ovo num ninho, antes jorravam três minas e por isso se chamava Patrimônio Três Bocas; mas agora, com a terra já ressecada, duas minas já não jorravam mais – mas o povoado ia passar a município [...] (PELLEGRINI, 2003, p. 98).

“A Companhia não cascalhava nem cuidava mais da estrada, importante para os ingleses era a ferrovia, conforme os planos feitos em Londres para colonizar mais de um milhão de hectares; a maior colonização do mundo [...].  
- Escute disse o barbudo. Nossa sinfonia de martelos...  
Casas brotam da terra ainda com restos de mata, palmitos e troncos

queimados. Algumas eram sobre tocos, embora não se visse rio que pudesse inundar ali.

- É que mineiros são prevenidos[...].

- Muito mineiro, paulista, nordestino, nortista, gaúcho e gente de todo o mundo. Pra quem gosta de língua estrangeira é uma maravilha” (PELLEGRINI, 2003, p. 102).

“No alto da última colina, pararam para ver o povoado enfumaçando a clareira, uma dúzia de ruas de terra subindo uma colina, casas sem pintura, ainda rosadas de madeira nova, entre ranchos de palmito, alguns tão novos que ainda estavam cobertos de palmas verdes. No alto, uma igreja de tábuas também tão novas que parecia pintada de rosa. Todas as ruas eram retas, a única que entortava era a que continuava a estrada, por onde chegavam os colonos enquanto não chegava a ferrovia [...]”(PELLEGRINI, 2003, p. 103).

“[...] via que a tal de Londrina era só aquilo mesmo, casas plantadas no barro, ruas de barro, mata ainda ali ao alcance do rio, serrarias gemendo; mas tinha muito mais movimento que Capivari mesmo em dia de festa lá. Passavam caminhões com toras, carroças com tábuas, sacas de algodão; cavalos, burros, até uma boiadinha indo para os fundos de um açougue, colonos comprando ferramentas. Aqui e ali ouvia línguas estrangeiras, mãe ralhando com filho, marido com mulher, [...] e não se entendia nada, nem uma palavra. Num bar contaram que o próprio chefe do escritório da Companhia era russo, por isso ninguém falava terreno mas sim data:  
- Quer comprar uma data? Um inglês perguntou quando ele encostou no balcão da Companhia, decerto pensando que ele tinha dinheiro porque usava gravata” (PELLEGRINI, 2003, p. 104).

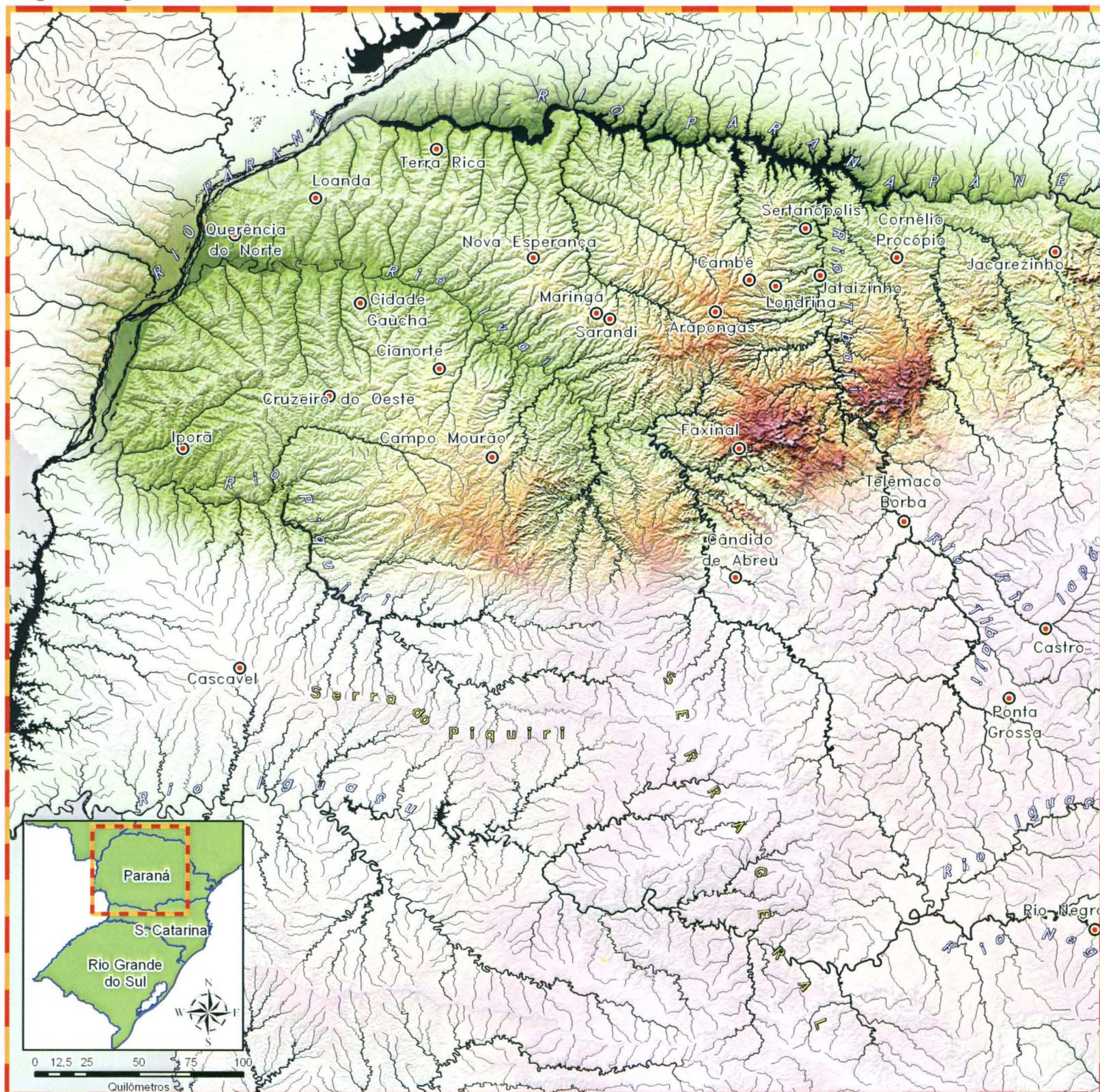
José Juliani



Fachada do escritório da Companhia de Terras Norte do Paraná, 1935

Localizava-se na esquina das Ruas Maranhão e Minas Gerais. Hoje no local está o Edifício Autolon e Cine teatro Ouro Verde

## Mapa da região do Norte do Paraná no Século XX



Fontes: Base cartográfica integrada digital do Brasil ao milionésimo: versão 1.0 para ArcGis Desktop/ArcView. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 CD-ROM; Miranda, E. E. de (Coord.). Brasil em relevo. Campinas: EMBRAPA Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: < [embrapa.br/index.htm](http://embrapa.br/index.htm) >. Acesso em: abr. 2006.

“A primeira geração de Londrina morou em ranchos de palmito mas eram gente com alma de ferro, gente de palavra, que não se quebrava, com uma fé que tudo vencía. A segunda geração mora em casas de madeira, com alma de pedra, pois já não confiam uns nos outros, não se ajudam como todos se ajudavam aqui nos primeiros dias, onde todos empurravam juntos e iam em frente. Agora, já temos a terceira geração, de gente que chegou de trem, pisando em ruas calçadas e encontrando conforto, gente que mora em casas de alvenaria mas tem alma de papel, que qualquer vento muda e onde qualquer borracha apaga. Que é que um homem como eu vai ficar fazendo aqui? Adeus política, adeus, políticos! Vou é cuidar dos meus bichos, que neles posso confiar!”(PELLEGRINI, 2003, p. 314).

“A cidade toda tosse na fumaceira, e da fumaça (do café) saem famílias andarilhas; [...] Vagam pela cidade aprendendo a pedir esmolas, catando restos de feira, tomando sopa no albergue ou no Hotel Pioneiro, catando lata para erguer barraco em favela. No barraco, vão cozinhar à noite o almoço que levarão amanhã de marmita, montando em caminhão de madrugada, indo trabalhar por dia nas mesmas fazendas onde moravam antes com casa, fogão, pomar, galinheiro, horta, chiqueiro e ribeirão. Comendo a marmita fria, serão chamados bóias-frias. [...] Da fumaça do café saem enfim colhedeadas de soja, trigais sobre os cafezais [...] os bóias-frias calçarão sandália de borracha e se vestirão quase como mendigos, homens e mulheres franzinos de comer só polenta com quiabo e arroz com abobrinha, fazendo filhos mais franzinos que capinarão mato da soja com enxadas de cabo curto e tristeza de dar dó, enquanto a fumaça preta do café já se mistura com a fumaça branca da palhada do trigo, de onde sairão mais retirantes, mais favelados e ladrões, ...” (PELLEGRINI, 2003, p. 369-370).

“[...] os ventos que, bem disse o professor Waack, sem a floresta um dia virariam vendavais. Árvores caindo com as raízes arrancadas. [...] Vendaval derrubando casebres nas favelas, derrubando até a placa na entrada da cidade: Iguais a você aqui já temos 100 mil: VOLTE! [...] As fazendas arrancando os cafezais, os colonos botando o pé na estrada, favelas cercado a cidade como se o vento tivesse trazido” (PELLEGRINI, 2003, p. 377).

“Conforme o professor polonês, o povo dali era de perseguidos políticos ou renegados religiosos da Europa, ou então fugidos da miséria na Itália ou do serviço militar na Espanha, tantas raças e línguas tão diferentes mas todos procurando vida nova, [...]” (PELLEGRINI, 2003, p. 106).

“[...] Perguntou o que o francês (Claude Levi-Strauss) fazia na terra-vermelha, o homem disse que já tinha visto o que queria, uma cidade nova nascendo como só na América nasciam as cidades. Já até podia ver a cidade crescendo; paralelas à ferrovia, as ruas das lojas e bancos, claro, pois por elas passaria mais movimento; as outras ruas eram interrompidas pela própria ferrovia, e decerto ali ficariam as lojas menores, bazares, pequenos negócios e serviços. No futuro, talvez a cidade crescesse também para o outro lado da ferrovia, mas cresceria mais para o oeste: - As cidades crescem mais para o poente” (PELLEGRINI, 2003, p. 198-199).

“Colheriam de encher as tulhas, e mesmo assim tiveram de alugar armazém na cidade, para não vender nem uma saca por preço baixo. Pena que porco não come café, dizia Góis. Mas em agosto de 1942, quando o Brasil entrou na guerra, a geada mataria muito cafezal e o preço do café dobraria de um dia para o outro. A geada também mataria todos os macacos do Norte do Paraná. Pelo menos, diria doutor Tãmara, sem macaco era capaz de acabar de vez a febre amarela. A mata fedida a carniça de macacos. O preço do café disparava. Prenderam alemães com um rádio no distrito do Heimtal, fecharam a escola alemã, como fecharam em seguida a escola japonesa, mas doutor William foi visitar as famílias, dizer que era coisa do governo e não da Companhia”(PELLEGRINI, 2003, p. 253).

“Um dia chegou de Curitiba um alemão com tralhas e mochilas, disse que era o professor Waack [...] Precisava de um guia para subir o Tibagi de bote, aproveitando que estava de vazante. [...] ia estudar o rio, as plantas, os solos; era o último rio que faltava estudar para o primeiro livro completo de geografia do Paraná”(PELLEGRINI, 2003, p. 289-290).

# R

## Referências

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance brasileiro: (1857-1945)*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. 328 p.

AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil: a revolta dos muckers: Rio Grande do Sul 1868-1898*. São Paulo: Símbolo, 1978. 303 p. (Ensaio e memória, 5).

ASPECTOS da geografia riograndense. Rio de Janeiro: IBGE, 1954. 231 p.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Os fanáticos de Jacobina: os Muckers*. 2. ed.. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984. 51 p. (Coleção imigração alemã, 1).

BASE cartográfica integrada digital do Brasil ao milionésimo: versão 1.0 para ArcGis Desktop/ArcView. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 CD-ROM.

BRASIL, Luiz Antônio de Assis. *Um quarto de légua em quadro: diário do Doutor Gaspar de Fróis, médico*. 6. ed. Porto Alegre: Movimento, 1978. 192 p.

\_\_\_\_\_. *Videiras de cristal: o romance dos Muckers*. 6. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000. 542 p.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. v. 1. 365 p.

CARNEIRO, Glauco. *Lusardo: o último caudilho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. v. 1: Revolução de 1923. (Brasil. Século 20).

CHEUCHE, Alcy José de Vargas. *Sepé Tiaraju: romance dos sete povos das missões*. 6. ed. Porto Alegre: AGE, 2004. 183 p.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA (Brasil). Resolução nº 77 de 17 de julho de 1941. Estabelece as normas a que deverá obedecer a divisão regional das unidades federadas brasileiras, para fins práticos, propõe um quadro básico de divisão e dá outras providências. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 1, p. 221-239, jan./mar. 1942.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: tradição demográfica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 3, p. 21-28, jul./set. 1995.

COSTA, Rogério Haesbaert da. *Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 104 p.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966. 392 p.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960. 535 p. (Sociedade e educação. Série 6, v. 2).

DIMAS, Antônio. *Espaço e romance*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. 77 p. (Série Princípios, 23).

DIVISÃO do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 135 p.

DIVISÃO do Brasil em micro-regiões homogêneas. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. 563 p.

DIVISÃO do Brasil em regiões funcionais urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 1972. 112 p.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Edusp: FED, 1995. 650 p. (Didática).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário eletrônico Aurélio*. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996?. 1 disquete 3 ½ pol. + 1 CD-ROM.

FISCHER, Luís Augusto. *Dicionário de porto-alegrês*. 12. ed. ampl. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001. 268 p.

GEIGER, Pedro Pinchas. Esboço preliminar da divisão do Brasil nas chamadas regiões homogêneas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 2, p. 59-64, abr./jun. 1967.

GEOGRAFIA do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. 5 v. v. 5: Região Sul. 534 p.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 5 v. v. 2: Região Sul. 420 p.

GUIMARÃES, Josué. *Tempo de guerra*. 7. ed. Porto Alegre: L&PM, 1998. 226 p. (A ferro e fogo, 2).

\_\_\_\_\_. *Tempo de solidão*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1972. 239 p. (A ferro e fogo, 1).

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

KIEFER, Charles. *O pêndulo do relógio*. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999. 60 p. (Série Novelas, 15).

KLUEGER, Urda Alice. *No tempo das tangerinas*. 7. ed. Blumenau: Hemisfério Sul, 2003. 160 p. (Obras completas, v. 2).

\_\_\_\_\_. *Verde vale*. Blumenau: Hemisfério Sul, 2003. 203 p. (Obras completas, v. 1).

KOHLHEPP, Gerd. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no norte do Paraná (Brasil). *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, n. 53, v. 2, p. 79-94, abr./jun. 1991.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976. 154p. (Ensaaios, v. 20).

LOPES, Hilda Simões. *A superfície das águas*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1997. 223 p. (Coleção 2000).

LOPES NETO, João Simões. *Contos gauchescos*. 2. ed. Introdução e notas de Luís Augusto Fischer. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000. 194 p.

\_\_\_\_\_. *Lendas do Sul*. Introdução e notas de Luís Augusto Fischer. 2. ed., Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002. 160 p.

MACHADO, Orual. Soria. *O longo amanhecer do Sul*: um mosaico de histórias e fatos sobre a conquista e ocupação das terras rio-grandenses. Porto Alegre: Mercado Aberto: FUMPROARTE, Prefeitura de Porto Alegre, Secretaria Municipal da Cultura, 2000. 208 p.

MAGNAGO, Angélica Alves. A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 4, p. 67-94, 1995.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*: imaginação geográfica e política externa no Brasil: 1808-1912. São Paulo: Ed. da UNESP: Moderna, 1997. 318 p. (Biblioteca básica).

MALHA municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. v.2: Projeção policônica.

MALLORY, William E.; SIMPSON-HOUSLEY, Paul (Ed.). *Geography and Literature*: a meeting of the disciplines. 6th ed. Syracuse, N.Y.: Syracuse University, 1999. 210 p.

MAPA de biomas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 1 mapa, color. Escala 1: 5.000.000; proj. policônica. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas/tematicos/mapas\_murais>. Acesso em: 28 mar. 2006.

MAPA de solos do Brasil. IBGE: EMBRAPA, 2001. 1 mapa, color. Escala 1: 5.000.000; proj. policônica. Elaborado a partir de compilações, atualizações e conversão para o meio digital de levantamentos de solos produzidos pelo Projeto RADAMBRASIL, pela Diretoria de

Geociências do IBGE, e pelo Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos da EMBRAPA.

MARTINS, Cyro. *Porteira fechada*. 11. ed. Porto Alegre: Movimento, 2001.

MESQUITA, Olindina Vianna. Estrutura do espaço regional. In: GEOGRAFIA do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 5 v. v. 2: Região Sul. p. 375-419.

MIRANDA, E. E. de (Coord.). *Brasil em relevo*. Campinas: EMBRAPA Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br/index.htm>>. Acesso em: abr. 2006.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. 242 p.

MORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu (1800-1900)*. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2003. 215 p.

MORO, Dalton Aureo. Desenvolvimento econômico e dinâmica espacial da população no Paraná contemporâneo. *Boletim de Geografia*, Maringá: Universidade Estadual de Maringá, v.16, n.1, p. 1-57, 1998.

PAISAGENS do Brasil. 2. ed. 5. tiragem. Rio de Janeiro: IBGE, 1974. 290 p.

PELEGRINI JUNIOR, Domingos. *Terra vermelha*. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2003. 471 p.

POZENATO, José Clemente. *A cocanha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000. 376 p.

\_\_\_\_\_. *O quatrilho*. 14. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. 216 p. (Série Novo romance, 5).

\_\_\_\_\_. *O regional e o universal na literatura gaúcha*. Porto Alegre: Movimento, 1974. 62 p. (Coleção Augusto Meyer, v. 4).

QUEVEDO, Júlio. *A guerra guaranítica*. São Paulo: Ática, 1996. 32 p. (Guerras e revoluções brasileiras).

\_\_\_\_\_. *As missões: crise e redefinição*. São Paulo: Ática, 1993. 104 p. (Princípios, 229).

RAUD, Cécile. *Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. da FURB, 1999. 276 p.

RUAS, Tabajara. *Os varões assinalados*. Porto Alegre: L&PM, 2003. 538 p. (Coleção L&PM Pocket, 314).

\_\_\_\_\_. *Perseguição e cerco a Juvêncio Gutierrez*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. (Série Novelas, 50).

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992. 88p. (Coleção Espaços).

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 257 p.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974. 159 p. (Coleção Documentos brasileiros, 5).

SOARES, Lúcio de Castro. Campos de criação do Rio Grande do Sul. In: ASPECTOS da geografia riograndense. Rio de Janeiro: IBGE, 1954. p. 57-59.

TIPOS e aspectos do Brasil. Ilustrações de Percy Lau e Barboza Leite. 10. ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. 505 p. Excertos da Revista Brasileira de Geografia.

TUAN, Yi-Fu. Literature and Geography: implications for geographical research. In: LEY, David; SAMUELS, Marwyn S. (Ed.). *Humanistic geography: prospects and problems*. Chicago: Maaroufa, c1978.

VALVERDE, Orlando. Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul. In: ASPECTOS da geografia riograndense. Rio de Janeiro: IBGE, 1954. p.119-169.

VERISSIMO, Erico. *O continente I*. 44. ed. São Paulo: Globo, 2001. (O tempo e o vento, v. 1, t.1).

\_\_\_\_\_. *O continente II*. 35. ed. São Paulo: Globo, 2001. (O tempo e o vento, v. 1, t. 2).

VOCABULÁRIO básico de recursos naturais e meio ambiente. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 344 p. Acompanha 1 CD-ROM.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. 360 p. (Coleção Brasil diferente).

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. In: Aspectos da geografia riograndense. Rio de Janeiro: IBGE, 1954. p. 63-118.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil colonial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. 414 p.

# Glossário

Considerando que várias palavras ou locuções que constituem este glossário possuem diferentes significados, alguns deles não coincidentes, optou-se por selecionar algumas das principais definições ou interpretações existentes, com base na literatura consultada.

Em todos os verbetes, a fonte de informação utilizada está indicada ao final da citação. No caso de acepções múltiplas, estas estão separadas, no verbete, por meio de um numeral, em negrito.

**açoriano** Relativo aos Açores, arquipélago português do Atlântico, ou o que é seu natural ou habitante (HOUAISS, 2001).

**alçada** Gado que fugiu e se tornou bravo (LOPES NETO, 2000, p. 55, nota 4, de Luís Augusto Fischer).

**arcabuz** Antiga arma de fogo, portátil, de cano curto e largo, que em sua origem era disparada quando apoiada numa forquilha; espingardão (criada no Século XV e, mais tarde, foi suplantada pelo mosquete) (HOUAISS, 2001).

**banhado** Áreas alagadiças ou pântanos cobertos de vegetação (FERREIRA, 1996).

**boleadeira** Artefato composto por esferas (de pedra, marfim ou ferro), forradas de couro espesso (retovo) e unidas por três tiras de couro (sogas) presas entre si por uma das pontas. Usada pelos campeiros para envencilhar animais ou

mesmo como arma. Uma das bolas, de menor tamanho (manica), é empunhada pelo boleador para imprimir movimento rotatório ao conjunto (HOUAISS, 2001).

**campo** De ocorrência intimamente ligada a uma topografia suave, apresenta uma cobertura herbácea contínua, que pode ser entremeada de subarbustos isolados ou em tufos. Apesar de apresentar diferenças fisionômicas e florísticas decorrentes das condições ecológicas locais, os subtipos foram englobados sob a denominação de Campo. Entre os componentes da flora destacam-se as Gramíneas e as Ciperáceas como formadores do tapete herbáceo.

As plantas que ocorrem nas regiões campestres sofrem uma série de adaptações ao meio descampado. Assim, entre outras, temos o revestimento piloso que, além de diminuir o aquecimento das folhas, retarda a transpiração.[...] Regionalmente, esta adaptação dá um caráter fisionômico todo especial à área da Campanha Gaúcha, caracterizada pela paisagem vegetal acinzentada (GEOGRAFIA..., 1977, v. 5, p. 94).

**campo limpo** Poderemos considerar o campo limpo como um *grassland*, isto é, um tipo de vegetação caracterizado por uma cobertura herbácea, sem árvores. Apresenta-se às vezes como estepe, quando as plantas estão dispersas, deixando o solo em grande parte descoberto ou, então, como verdadeira pradaria, quando a cobertura é densa e contínua (ASPECTOS..., 1954, p. 41).

**caudilho** O Rio Grande do Sul era um caso especial entre as regiões brasileiras, desde os tempos da Colônia. Por sua posição geográfica, formação econômica e vínculos sociais, os gaúchos tinham relações com o mundo platino, em especial com o Uruguai. Os chefes de grupos militarizados da fronteira – os caudilhos –, que eram também criadores de gado, mantinham extensas relações naquele país. Aí possuíam terras e se ligavam pelo casamento com muitas famílias (FAUSTO, 1995, p. 168).

**charque** Carne bovina, cortada em mantas, salgada e seca ao sol ou por processos afins. O mesmo que carne-seca, jabá, carne-do-ceará, carne-de-ceará, carne-do-sul, carne-de-charque, carne-do-seridó, carne-do-sertão, carne-velha, ceará, iabá, sambamba, sumaca (FERREIRA, 1996).

**chimarrão** Bebida pela qual os gaúchos são conhecidos no Brasil. Este termo é preferido na metade norte do estado do Rio Grande do Sul, ao passo que o pessoal da metade sul, por influência do espanhol, prefere o termo mate. Em certas partes do Estado, faz-se distinção entre chimarrão, o amargo, e mate, usado para quando se adiciona açúcar na água (coisa que aprazia crianças) (FISCHER, 2001, p. 74).

**chiripá** Vestimenta rústica, sem costura, de tecido de metro e meio, que se passa entre as pernas e amarra na cintura com cinta de couro ou de tecido. Usa-se diretamente sobre o corpo, sozinha (LOPES NETO, 2000, p. 87, nota 9, de Luís Augusto Fischer).

**coxilha** O movimento de terreno a que cabe a designação de coxilha aparece na região que se desenvolve ao sul da depressão central, no Estado do Rio Grande do Sul, na parte que nos diz respeito. [...] Na zona baixa em torno do Ibicuí, estendendo-se para o sul, entretanto, é que se encontra a paisagem física em que tem pleno cabimento. Referindo-

se às facilidades para o contrabando em tempos antigos, em conseqüência da permeabilidade do terreno, SIMÕES LOPES NETO, em um dos seus *Contos Gauchescos*, tem uma referência preciosa. Escreveu ele: “Só se cuidava de negacear as guardas do Cerro Largo, em Santa Tecla, do Haedo... O mais era várzea!” Indicando que, salvo aqueles acidentes, bem salientes, da paisagem ao sul do Ibicuí, por toda a parte a paisagem era fácil, o campo era aberto, e nada poderia impedir a passagem das tropas. Não havia passagens obrigatórias.

Nessa paisagem, realmente, é que o termo encontra, no terreno, uma correspondência que está ligada às suas origens. Aí, numa significação pura, traduz o movimento do terreno a que se refere. Ali é o “morro ou colina de diminuta altitude e longo declive”, referido por um dicionarista. Ali é “um extensa e prolongada lombada, colina de longo declive e pouca altitude, cobertura de vegetação herbácea, em geral rica de plantas forrageiras”, a que se refere a “Terminologia Geográfica”, publicada na *Revista Brasileira de Geografia*. Ali é a “campina com pequenas e grandes elevações, espécie de colina, geralmente coberta de pastagem, e onde se desenvolve a indústria pastoril” – embora tal definição possa admitir restrições.

O que caracteriza principalmente a coxilha é, sem dúvida, a fraca declividade. EZEQUIEL MARTINEZ ESTRADA, estudando o ambiente físico gaúcho, expressa nitidamente a impressão de quem aprecia o largo ondular das coxilhas: “Quem vai aos campos do sul e ao pampa não vê nada. Esforça-se por indagar de onde provém esse influxo que o invade, de uma beleza que nada pode reduzir a conceitos, e se cansa. A planura não lhe sugere nenhum sentimento estético que possa exprimir com palavras ou por outros meios. Unicamente é a solidão” (SODRÉ, 1975, p. 394).

**curral** Lugar geralmente cercado onde se prende e/ou recolhe gado, especialmente bovino; estábulo, redil (HOUAISS, 2001).

**encomienda** Tipo de trabalho indígena à disposição do colonizador. O rei de Espanha concedia ao colonizador – com extensão ao herdeiro – o direito de receber em seu próprio benefício o serviço prestado pelo índio na lavoura e na construção e restauração de obras. Cabia ao colonizador, em troca, cuidar do bem-estar do índio (QUEVEDO, 1993, p. 97).

**enxaimel (ou enxamel)** A casa de enxamel é aquela que tem a estrutura de vigas de madeira exposta externamente. O intervalo entre as vigas é preenchido com tijolos, que podem ficar a descoberto ou ser revestidos com uma camada de reboco. Este tipo de casa foi trazido para o sul do Brasil pelos colonos alemães. É típico de regiões da média Alemanha, tais como a Francônia, o Hesse, o Hunsrück e a Renânia (VALVERDE, 1954, p. 136, nota 13).

**estância** O nome estância provém da antiga distinção espanhola entre “ganaderia estante” e “ganaderia trashumante”; a primeira é a sedentária, a que aproveita o ciclo da vegetação natural – é o que explica Daniel D. Vidart. *La vida rural uruguaya*, Ministério de Ganaderia y Agricultura, Departamento de Sociologia Rural, Pub. nº 1, Montevideu, 1955, pág. 43, que ressalta ser o nome estância o mais significativo entre os que designam núcleos de exploração pecuária: hatos (Venezuela), fazenda (Brasil), rancho (Texas, E.U.A), fincas (países hispano-americanos), estância (Uruguai e Argentina). Walter Spalding, entretanto, dá origem portuguesa ao nome: *estança*, paragem, pouso (DIÉGUES JUNIOR, 1960, p. 313, nota 21).

**guaiaca** Cinto largo de couro ou de camurça, provido de bolsinhos, usado para se guardar dinheiro e objetos miúdos (LOPES NETO, 2000, p. 36, nota 4, de Luís Augusto Fischer).

**Guaíba** Nome dado ao principal rio que corta a cidade de Porto Alegre e denomina, também, pântano profundo em parte do sul do Brasil (FERREIRA, 1996).

**Guaíra** Para evitar a exploração dos *encomienderos* e garantir a “paz evangélica”, ou seja, o equilíbrio entre os interesses dos colonos e dos índios, os jesuítas criaram suas reduções em áreas afastadas [...].

Guairá [Guaíra] compreendia todo o oeste do atual estado do Paraná, [...]. Em 1610 os jesuítas se instalaram definitivamente na área, onde fundaram catorze reduções, entre os rios Paranaparema, Tibaji e Iguazu (QUEVEDO, 1996, p. 8).

**Guerra Cisplatina** [...] (estava em curso a Guerra da Cisplatina (1825-28), pela qual Brasil e Buenos Aires, sede das Províncias Unidas do Rio da Prata, disputaram a posse do território do atual Uruguai; desta guerra resultou um acordo que reconheceu a independência da Banda Oriental do Uruguai...) [...] (LOPES NETO, 2000, p. 132, nota 1, de Luís Augusto Fischer).

**Guerra Civil de 1923** A derrota dos federalistas no período Floriano não representou o fim das oposições no Rio Grande do Sul. O PRR dominava o Estado, mas os opositores continuavam a agir, legal e ilegalmente. Por vários anos, eles não se entenderam. De um lado, estavam os antigos federalistas; de outro, dissidentes republicanos desgostosos com medidas tomadas pelos chefões do PRR. As feridas abertas pela guerra civil demoraram a cicatrizar.

Afinal, em 1922, os dois grupos se uniram, formando a Aliança Libertadora, com o propósito de impedir mais uma reeleição de Borges de Medeiros ao governo do Estado [...] O candidato da oposição era Assis Brasil, velha figura liberal, cunhado de Júlio de Castilhos, conhecido por seu talento oratório, desde os tempos em que freqüentara os bancos da Faculdade de Direito de São Paulo. A derrota da Aliança Libertadora e as acusações de fraude eleitoral levaram a uma guerra civil em janeiro 1923. Após onze meses de confronto, o ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, enviado ao Rio Grande do Sul como mediador do presidente Bernardes, conseguiu pôr fim à luta. Borges se manteve no cargo, mas seu poder foi limitado (FAUSTO, 1995, p. 316-317).

**Guerra do Paraguai** Acontecimento internacional que marcaria profundamente a história do Segundo Império brasileiro, consistiu no confronto armado ocorrido no período de 1864 a 1870 entre, de um lado, Brasil, Argentina e Uruguai (a Tríplice Aliança) e, de outro, o Paraguai. É sabido que cada um dos quatro países envolvidos visava ou aumentar sua influência na região, ou garantir sua autonomia frente aos países vizinhos. Além disso, a Bacia do Prata possui importância geográfica estratégica, assumindo posição central no desenrolar do conflito em questão. No entanto, há diferentes versões sobre as causas da Guerra do Paraguai. Na historiografia tradicional brasileira, o conflito resultou da

megalomania e dos planos expansionistas paraguaios. Para historiadores de esquerda das décadas de 1960 e 1970, o conflito teria sido fomentado pelo imperialismo inglês, que teria se valido de sua influência na região para, por

meio do Brasil e da Argentina, impedir o crescimento econômico paraguaio. Uma terceira versão mais recente, menos ideológica, centra a explicação do conflito nas relações entre os países nele envolvidos, chamando a atenção para a formação dos Estados nacionais da América Latina e da luta entre eles para assumir uma posição dominante na região. O estopim do conflito foi o ataque ao navio brasileiro Marquês de Olinda por uma canhoneira paraguaia, seguindo-se a esse ato o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países (FAUSTO, 1995, p. 208-212).

**Itati** Na região do Itatim [Itati], localizada a quinhentos quilômetros acima de Assunção, os jesuítas instalaram seis reduções, que resistiram até 1669 (QUEVEDO, 1996, p. 9).

**légua de sesmaria** Medida itinerária antiga, equivalente a 3.000 (três mil) braças de lado, ou 6.600 (seis mil e seiscentos) metros (FERREIRA, 1996).

**linha** 1. [...] picadas, abertas pelos pioneiros na mata original e que logo desde o princípio serviram como linhas de comunicação e estradas. Nas zonas serranas de colonização antiga, as linhas coloniais seguem normalmente os fundos de vales fluviais e de cada lado delas estão alinhados os lotes dos colonos, à distância de algumas centenas de metros. Algumas linhas coloniais têm 10 ou 20 quilômetros de extensão e centenas de lotes se distribuem ao longo delas. Esses lotes são estreitos ao longo da estrada e do rio, mas se estendem numa longa faixa retangular para o fundo, muitas vezes até o divisor de águas (WAIBEL, 1954, p. 100).

2. Dois Irmãos [...] surgiu numa linha colonial. Sua única rua se estende numa extensão de aproximadamente 3 quilômetros, aproximadamente, na direção N-S, aproveitando a direção dos vales afluentes. Os lotes [...] se distribuem perpendicularmente; na direção EW, portanto. [...] Originalmente, os lotes em Dois Irmãos tinham, todos, as dimensões normais de uma ‘colônia’, isto é, 100 braças de frente por 1600 de fundo (a braça tem 2,20 metros). [...] Cada lote é, assim, uma verdadeira faixa de 55 metros (25 braças) de largura, por 3,520 quilômetros (1600 braças) de comprimento. Esta enorme extensão ocupa não somente todo o vale, como também sobe a parte inferior da encosta (VALVERDE, 1954, p. 134).

**mesorregião** Área individualizada, em uma Unidade de Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que ali se formou. O conhecimento da realidade espacial brasileira evidencia que o Agreste, a Mata e o Sertão Nordestinos; o Sul de Minas Gerais, o Triângulo Mineiro; a Campanha Gaúcha; as áreas coloniais Antiga e Nova do Rio Grande do Sul; o Vale do Itajaí; o Norte do Paraná; o Pantanal mato-grossense; a Bragantina, são unidades espaciais identificadas como mesorregiões (DIVISÃO..., 1990, p. 8).

**microrregião homogênea** [...] a noção fundamental é a da uniformidade do espaço, baseada nas características socioeconômicas que os dados estatísticos devem espelhar, espaços estes que deverão sofrer modificação, toda vez que

uma alteração substancial desta uniformidade for afetada pelo desenvolvimento econômico (MAGNAGO, 1995, p. 78).

**minuano** As chuvas finas e intermitentes ocorrem imediatamente após a passagem da *frente* (na superfície) sobre o lugar. Os ventos que acompanham tais chuvas são denominados pela população regional de *minuano*. Tais ventos sopram geralmente com velocidade fraca a moderada, podendo atingir até 20 nós. Determinam tipos de tempo muito desagradáveis em virtude de seu alto índice de umidade relativa e pela queda de temperatura que eles provocam, principalmente no Inverno, quando chegam a estar possuídos de temperatura inferior a 10° C. Quando o *minuano* conserva a temperatura de 2 a 3° C acima de zero ele recebe a denominação popular de *geadas de vento*. Trata-se de um nome impróprio, uma vez que não se pode formar geada em temperaturas positivas (GEOGRAFIA..., 1977, v. 5, p. 77-78, nota 22).

**missão jesuíta** Oriunda do latim, a palavra *missione* significava um poder conferido aos padres jesuítas para pregar a fé cristã entre os índios – enquanto encargo, catequese de forma sistemática num sentido político e diplomático. Praticava-se, na missão, a política indigenista real, na qual o missionário tinha de ensinar os valores da civilização europeia aos índios. Devido à necessidade geopolítica da posse do território, em que os povoados foram instalados, os missionários tiveram também a obrigação de guarnecer e interiorizar a fronteira espanhola na região do Prata. A partir de 1640, houve o armamento dos povoados missioneiros para deter o avanço luso-brasileiro na América Meridional. Geralmente, confunde-se missão com redução. A missão é indissociável da fronteira, uma não prescinde da outra, enquanto a redução está mais associada à conversão do gentio (QUEVEDO, 1993, p. 99).

**orelhana** Diz-se do animal que ainda não foi marcado (LOPES NETO, 2000, p. 86, nota 1, de Luís Augusto Fischer).

**pampa** Abrange a metade meridional do Estado do Rio Grande do Sul e constitui a porção brasileira dos Pampas Sul-Americanos que se estendem pelos territórios do Uruguai e da Argentina, e são classificados como Estepe no sistema fitogeográfico internacional. É caracterizado por clima chuvoso, sem período seco sistemático, mas marcado pela frequência de frentes polares e temperaturas negativos no período de inverno, que produzem uma estacionalidade fisiológica vegetal típica de clima frio seco, evidenciando intenso processo de evapotranspiração, principalmente no Planalto da Campanha. Compreende um conjunto ambiental de diferentes litologias e solos, recobertos por fitofisionomias campestres, com tipologia vegetal dominante herbácea/arbustiva, recobrando as superfícies de relevo aplainado e suave ondulado [...] O Bioma Pampa, que se delimita apenas com o Bioma Mata Atlântica, é formado por quatro conjuntos principais de fitofisionomias campestres naturais: Planalto da Campanha, Depressão Central, Planalto Sul-Rio-Grandense e Planície Costeira No primeiro predomina o relevo suave ondulado originário do derrame basáltico com cobertura vegetal gramíneo-lenhosa estépica, podendo esta ser considerada como a área “core” do bioma no Brasil. De um modo geral o Planalto da Campanha é usado como pastagem natural e/ou manejada, mas possui, também, atividades agrícolas, principalmente o cultivo de arroz nas esparsas planícies aluviais (MAPA..., 2004).

**redução** 1. [...] Na época colonial, a igreja pretendia converter os nativos à fé católica e ‘elevá-los’ da sociedade tribal para um tipo de sociedade moderna. Para isso, reunia os índios em aldeamentos, que tinham igrejas ou capelas de madeira ou taipa. Nessas aldeias, chamadas de *reduções*, as casas dos índios eram construídas de pau-a-pique e os nativos trabalhavam nos campos e em atividades artesanais (QUEVEDO, 1996, p. 6).

2. De origem latina, a palavra *reduction*, *reductionis*, ato ou efeito de reduzir, significa ‘reconduzir’, ‘converter’. Num primeiro momento, o jesuíta convertia, submetia o guarani à fé católica. Para isso, procurou aldeá-lo, basicamente, com o objetivo de conversão (QUEVEDO, 1993, p. 99).

3. Reconduzir à Igreja e à vida em comum, milhares de nativos condenados ao extermínio. Redução não de reduzir pela força, mas sim reconduzir ao redil pela palavra do Senhor (CHEUICHE, 2004, p. 63).

**região funcional** Para obter o sistema simplificado de divisões territoriais e de núcleos urbanos hierarquizados no território nacional, adotou-se o método de contagem de relacionamentos ou vínculos mantidos entre os centros urbanos em três setores de atividades: fluxos agrícolas, distribuição de bens e serviços à economia e à população.

A linha metodológica do trabalho partiu da concepção de que a cidade não é apenas uma forma, mas uma estrutura. Esta estrutura é dada pela existência de uma economia básica urbana, capaz de estabelecer laços econômicos entre as cidades e suas regiões (DIVISÃO..., 1972, p. 10).

**região geográfica** [...] área de ocorrência de uma mesma paisagem cultural [...] [...] resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural [...] A região é vivenciada por seus habitantes, que reconhecem sua existência concreta a ponto do nomeá-la: Pays de la Brie, Sertão, Amazônia, Campanha Gaúcha, etc. Por outro lado, os habitantes têm a sua identidade referenciada à região que habitam (CORRÊA, 1995, p. 22).

**região natural** [...] conceito adotado tanto pelos geógrafos físicos como por aqueles que adotaram o determinismo ambiental, isto é, a visão darwinista e neolamarckiana como base para o entendimento das relações entre homem e natureza. A região natural é concebida como uma porção da superfície terrestre identificada por uma específica combinação de elementos da natureza, como, sobretudo, o clima, a vegetação e o relevo, combinação que vai se traduzir em uma específica paisagem natural [...] (CORRÊA, 1995, p. 21).

**região polarizada** [...] mesmo nas áreas pouco desenvolvidas, onde não é a polarização ou a vida de relações interna que preside o processo de organização regional, sempre existe algum fluxo e alguma malha urbana; desse modo, sempre podem ser definidas as relações entre as cidades e suas áreas de influência. Daí a idéia de que qualquer território pode ser dividido em “regiões polarizadas”, igualando-se regiões organizadas e bacias urbanas com áreas que pertencem a outros tipos de regiões, mas, nas quais, naturalmente existe certo nível de vida de relações. As “regiões polarizadas” seriam nesta forma, áreas dependentes de um mesmo centro de atividades terciárias [...] (GEIGER, 1967, p. 62).

**revolta dos muckers** A revolta “mucker” ocorreu entre 1868 e 1874 em São Leopoldo, a primeira colônia alemã fundada no Rio Grande do Sul,

prolongando-se alguns incidentes até 1898. A palavra “mucker” era usada como sinônimo de “beato”, “fanático”, “santarrão”. Assim, os adversários designavam, na época, pejorativamente, os rebeldes. A revolta envolveu imigrantes alemães que se reuniram em torno do curandeiro João Jorge Maurer e de sua mulher Jacobina, inicialmente para obter esclarecimentos e, mais tarde, com fins religiosos: acreditavam-se eleitos por Deus para fundar na Terra uma nova era, e começaram a trabalhar concretamente neste sentido. Perseguidos pelas autoridades locais, foram presos mas libertados por falta de provas condenatórias. Em 1873 registraram-se em São Leopoldo numerosos incidentes, como assassinatos e atentados, sendo os “muckers” considerados seus autores. O clima tornou-se extremamente tenso, com acusações de parte a parte. Em junho de 1874, os adeptos de Jacobina promoveram um ataque em massa contra os principais adversários. Foram deslocadas tropas do Exército e da Guarda Nacional para a região. Os rebeldes resistiram a três ataques, matando o comandante das tropas legalistas. A 2 de agosto de 1874 a maior parte dos “muckers” foi morta; os restantes foram condenados a penas altas. Os impronunciados mudaram-se para outras colônias onde, anos depois, foram trucidados pela população local (AMADO, 1978, p. 18-19).

**Revolução Farroupilha 1.** [...] eclodiu em 1835, no Rio Grande do Sul [...] “Farrapos” e “farroupilhas” são expressões sinônimas, que significam “maltrapilhos”, “gente vestida com farrapos” [...] Os adversários dos farrapos gaúchos deram a eles esse apelido para depreciá-los. Mas a verdade é que se suas tropas podiam ser farroupilhas, os dirigentes pouco tinham disso, pois representavam a elite dos estancieiros, criadores de gado da província. [...] As queixas do Rio Grande do Sul contra o governo central vinham de longe. Os gaúchos achavam que, apesar da contribuição da província para a economia brasileira, ela era explorada por um sistema de pesados impostos. As reivindicações de autonomia, e mesmo de separação, eram antigas e feitas, muitas vezes, tanto por conservadores quanto por liberais. [...] Os farrapos contaram com o concurso de alguns oficiais do Exército, chegados recentemente ao Rio Grande do Sul, entre eles João Manuel de Lima e Silva, irmão de um dos primeiros regentes e tio de Caxias. Nas fileiras dos revoltosos, destacaram-se pelo menos duas dezenas de revolucionários italianos refugiados no Brasil, sendo o mais célebre deles Giuseppe Garibaldi. A figura mais importante do movimento foi Bento Gonçalves, filho de um rico estancieiro, com larga experiência militar nas guerras da região. [...] A luta foi longa e baseada na ação da cavalaria. Garibaldi e Davi Canabarro levaram a guerra para o norte da província, assumindo por uns tempos o controle de Santa Catarina. Na região gaúcha dominada pelos rebeldes, foi proclamada na cidade de Piratini, em 1838, a República de Piratini cuja presidência coube a Bento Gonçalves. [...] Afinal, em 1845, após acordos em separado com vários chefes rebeldes, Caxias e Canabarro assinaram a paz [...] Foi concedida anistia geral aos revoltosos, os oficiais farroupilhas integraram-se de acordo com suas patentes ao Exército brasileiro e o governo imperial assumiu as dívidas da República de Piratini (FAUSTO, 1995, p. 167-170).

2. A concorrência do charque platino e a política tributária do Império, freqüentemente mencionadas como as causas essenciais da rebelião, indubitavelmente desempenham seu papel. Mas a dimensão assumida pela

Farroupilha deve ser creditada às singularidades da formação histórica do espaço geográfico do Rio Grande, que gerou uma classe dirigente que se vinculava [econômica e socialmente] apenas por laços tênues à estrutura do Estado brasileiro (MAGNOLI, 1997, p. 153).

**Revolução Federalista de 1893** Estendeu-se de 1893 a 1895 e dividiu o Rio Grande do Sul em dois campos irreconciliáveis. De um lado os republicanos históricos, adeptos do positivismo, organizados no Partido Republicano Riograndense (PRP) e, de outro lado, os liberais, que fundaram, em 1892 o Partido Federalista e defendiam um governo parlamentar. Por seu turno, os republicanos defendiam a Constituição, que previa a concentração de poderes no Executivo, ficando o Legislativo encarregado apenas de aprovar a legislação financeira. As bases sociais dos federalistas encontravam-se principalmente entre os estancieiros da Campanha. Eles constituíam a elite política tradicional, com raízes no Império. Os republicanos baseavam-se na população do litoral e da serra, onde se encontravam muitos imigrantes. Formavam uma elite mais recente que irrompia na política disposta a monopolizar o poder. [...] A luta foi implacável, dela resultando milhares de mortos. Muitos deles não morreram em combate; foram degolados após terem caído prisioneiros (FAUSTO, 1995, p. 255).

**sanga 1.** Valas de escoamento das águas pluviais e dos banhados e brejos (ASPECTOS..., 1954, p. 58).

2. Do espanhol *sanja*, designa a pequena lagoa formada em depressão de terreno, ou por ação da natureza ou por intervenção humana; por vezes, está no sangradouro de córregos. A comparação *como água de sanga cheia* indica o lento e contínuo escoar da água (LOPES NETO, 2000, p. 73, nota 73, de Luís Augusto Fischer).

3. Buracos, escavações no terreno, onde a água se empoça e, habitualmente, seca rapidamente (LOPES NETO, 2002, p. 42, nota 29, de Luís Augusto Fischer).

**sesmaria 1.** Antiga divisão de terras, geralmente 6.600 metros, que foi criada, em 1375, por D. Fernando de Borgonha, através da “Lei das sesmarias”. Naquela época, a produção cerealífera estava em crise e o rei criou a lei para que houvesse um melhor aproveitamento da terras agriculturáveis, estimulando o seu cultivo. Quando o Brasil foi colonizado, a Coroa portuguesa transferiu para cá esse modelo, doando terras, consideradas incultas, dos índios para os portugueses, os novos colonizadores. Na verdade, foram doadas sesmarias de até 50 léguas de extensão. As primeiras no Brasil foram concedidas a partir de 1530 (QUEVEDO, 1993, p. 100).

2. Terreno abandonado ou inculto que os reis de Portugal cediam aos novos povoadores. Antiga medida agrária, ainda hoje usada no Estado do Rio Grande do Sul, para áreas de campo de criação; a légua de sesmaria equivale a 3.000 braças, ou 6.600 metros (HOUAISS, 2001).

3. Sesmaria (de sesmar) [...] dividir em sesmaria (as terras). Sesma (lat. \* sexima, de sex, seis). A sexta parte de qualquer coisa (LELLO; LELLO apud CARNEIRO, 1977, p. 46).

4. Lote de terra, mas também medida de área; a légua de sesmaria tem 3000 braças (6.600 metros) de lado, formando uma área de 4.536 hectares (LOPES NETO, 2000, p. 119, nota 3, de Luís Augusto Fischer).

**Tapes** Região entre os rios Ibicuí e Jacuí, no Rio Grande do Sul (GEOGRAFIA..., 1977, v. 5, p. 147).

**terra roxa** [...] no grande planalto do interior de São Paulo, reuniram-se as mais favoráveis condições de solo e clima para a lavoura de café. Aí se encontra a terra roxa, de alta produtividade, onde o rendimento do cafeeiro podia chegar a trinta anos, enquanto em outras terras não ia além de um quarto de século. Trata-se na realidade de terra vermelha, chamada de *rossa* (vermelha) pelos imigrantes italianos; por um curioso fenômeno lingüístico, *rossa* virou 'roxa' (FAUSTO, 1995, p. 202).

**Tratado de Madri** A melhoria das relações entre Portugal e Espanha, nos anos 1740, tornou possível um acordo geral, não só para a região [Colônia de Sacramento], mas para toda a fronteira da América portuguesa e espanhola. O Tratado de Madri, assinado em 13 de janeiro de 1750, consagrou o princípio do *uti possidetis*, revogando o meridiano de Tordesilhas e reconhecendo a expansão portuguesa [para além desse limite]. No sul, o tratado determinou a entrega de Sacramento à Espanha, uma vez que a campanha uruguaia era de colonização castelhana. À guisa de compensação, Portugal receberia, além do reconhecimento à ocupação portuguesa no Rio Grande, os Sete Povos das Missões. Os jesuítas seriam evacuados para suas reduções de Missiones e Corrientes (WHELING; WHELING, 2005, p. 172).

**Tratado de Tordesilhas** [...] ato inaugural da diplomacia moderna, pois foi o primeiro acordo entre Estados sem a interferência papal.

[...] Em junho de 1494 foi afinal assinada a Capitulação da Partição do Mar Oceano, ou Tratado de Tordesilhas, pelo qual as terras existentes a até 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde pertenceriam a Portugal e as demais à Espanha. Confirmava assim, a doutrina jurídica do *mare clausum* [segundo a qual a propriedade da descoberta dos mares determinava sua posse] (WHELING; WHELING, 2005, p. 41).

**vale** Depressão topográfica alongada, aberta, inclinada em uma determinada direção em toda a sua extensão. Pode ser ou não ocupada por água. Os vales podem ser dos tipos: fluvial, glacial, suspenso e de falha (VOCABULÁRIO..., 2004, p. 323).

**vau** Trecho raso de um rio ou do mar, onde se pode passar a pé ou a cavalo. Nome, também, do acidente geográfico dado a um banco de areia ou elevação do fundo do mar que, às vezes, chega à superfície (HOUAISS, 2001).

**zonas fisiográficas** [...] agrupamento de municípios realmente ligados por ocorrências geográficas dominantes e características, e que apresentem aspectos comuns formando conjuntos peculiares; caracterização baseada principalmente nos fatos da Geografia Física (geologia, relevo, clima e vegetação natural) e secundariamente nos fatos da formação histórica, etc. (DIVISÃO..., 1972, p. 221).

# Equipe Técnica

## Diretoria de Geociências

**Coordenação de Geografia**  
Maria Luisa Gomes Castello Branco

**Coordenação e planejamento**  
Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos

**Concepção e elaboração**  
Ethel Guedes Vieits  
José Carlos Louzada Morelli  
Marcelo Paiva da Motta  
Maria Lúcia Ribeiro Vilarinhos  
Regina Célia Silva Alonso  
Rogério Botelho de Mattos

**Apoio técnico**  
Regina Celi Toledo Gonçalves  
Paulo Afonso Melo da Silva

**Organização do glossário**  
Vera Maria d'Ávila Cavalcanti

## Colaboradores

**Coordenação de Geografia**  
Adma Hamam de Figueiredo  
Ana Maria Fernandes da Costa  
Cláudio Stenner  
Evangelina Xavier Gouveia de Oliveira  
Gentil Felix Viana Junior  
Luis Cavalcanti da Cunha Bahiana  
Marcelo Paiva da Motta

Maria Amélia Vilanova Neta  
Maria Luisa Gomes Castello Branco  
Paulo Jorge de Barros Malta  
Ricardo Cárdenas Jansen  
Alberto Luiz Vieira da Costa (estagiário)  
Carlos Humberto da Silva Filho (estagiário)  
Maikon Roberth de Novaes (estagiário)

### **Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais**

Eduardo Leandro da Rosa Macedo  
Hellen Cano  
Maria Inês de Castro Ribeiro  
Ricardo Forin Lisboa Braga  
Ricart Normandie Ribeiro Júnior

### **Gerência de Documentação e Informação**

José Augusto Barreiro Sampaio  
Carlos Alberto Passos Cabral

### **Diretoria de Pesquisa**

#### **Coordenação de População e Indicadores Sociais**

Luiz Antonio Pinto de Oliveira

### **Projeto Editorial**

#### **Centro de Documentação e Disseminação de Informações**

### **Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

### **Gerência de Editoração**

#### **Estruturação textual**

Katia Vaz Cavalcanti

#### **Copidesque e revisão**

Anna Maria dos Santos  
Cristina R. C. de Carvalho

#### **Programação visual, diagramação e tratamento de imagens**

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

### **Gerência de Documentação**

#### **Normalização bibliográfica**

Ana Raquel Gomes da Silva  
Aparecida Tereza Rodrigues Regueira  
Bruno Klein  
Diva de Assis Moreira  
Elizabete Siqueira Soares  
Solange de Oliveira Santos

#### **Elaboração de quartas-capas e padronização de glossário**

Ana Raquel Gomes da Silva

### **Gerência de Gráfica**

#### **Impressão e acabamento**

José Augusto dos Santos

### **Gráfica Digital**

#### **Impressão**

Ednalva Maia do Monte

**E** com grande satisfação que o IBGE traz a público o Atlas das representações literárias de regiões brasileiras, no qual são identificadas e representadas, através de mapas em diferentes escalas, fotos e imagens de satélite, regiões brasileiras que constituíram elemento marcante da trama de algumas das grandes obras da Literatura nacional, construindo, dessa forma, um mapeamento onde a identidade é o elemento central para individualização dos diferentes segmentos territoriais que compõem o quadro nacional.

Este primeiro volume compreende a Campanha Gaúcha, Colônias, Vale do Itajaí e Norte do Paraná. Apresenta, inicialmente, por meio de textos e mapas, cada uma dessas regiões em sua dimensão geográfica, com base na regionalização definida tanto pelo IBGE quanto por outras Instituições, enfocando, a seguir, a dimensão cultural dessas unidades territoriais com base na percepção da região pela Literatura. Essa abordagem é expressa em passagens selecionadas de Erico Veríssimo, Cyro Martins, Simões Lopes Neto, entre outros importantes romancistas, que dão visibilidade ao Brasil Meridional, objeto deste volume. São apresentados, ainda, mapas localizando a região que emerge dos romances, bem assim fotos ou imagens. Em todos os textos foram destacados em negrito os termos regionais referentes ao território e seu processo de apropriação, os quais integram um glossário, ao final da obra.

Além das quatro regiões brasileiras, o presente Atlas dedica um capítulo exclusivo à área das Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul que constitui valiosa referência para a compreensão de boa parte dos costumes e tradições da Campanha Gaúcha.

Ao oferecer à sociedade brasileira este Atlas, o IBGE alinha-se às tendências mais recentes dos estudos geográficos e das Ciências Humanas em geral, que buscam incorporar a dimensão cultural à agenda das pesquisas sobre dinâmica da população e do território.

70  
70 anos do IBGE

**IBGE**  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística